

Claudinei Aparecido de Freitas da Silva  
(Org.)

# Sirio López Velasco

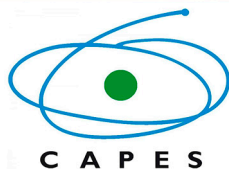
## Filosofia Ecomunitarista Aplicada

textos breves (2022 - 2023)



Volume 1

O livro – de autoria de Sirio López Velasco, pensador uruguaio, radicado no Brasil – projeta um considerável alcance do ponto de vista de sua produção teórica. O que o leitor afeto à produção filosófica genuinamente latino-americana tem, agora, precisamente, em mãos? O autor consolida, em mais esse singelo trabalho, não só, com refinado rigor, mas por meio de uma exposição didática e clara, muitos dos temas que lhe tem preocupado nessas últimas décadas tendo como pano de fundo o cenário mais imediato de suas reflexões: o pensamento ecomunitarista. Velasco tem em vista uma crítica de fundo do capitalismo geral em que busca situar o fenômeno da crise da razão com e para além de Marx. Em tal prisma, sob um fino e rigoroso exame, pacientemente conceitual, Sirio não limita o seu trabalho apenas a uma avaliação criticamente analítica, mas fundamentalmente propositiva. Como perspectiva ele afirma: “hoje resulta claro, especialmente no caso da A. Latina, que a democracia em perspectiva ecomunitarista não poderá se fundamentar unicamente em fontes ocidentais, mas, pelo contrário, deverá incorporar dialogicamente as contribuições positivas oriundas de outras fontes (particularmente as indígenas, negras e orientais). As culturas indígena e negra têm resistido por 500 anos à Conquista para nos legar sua lúcida perspectiva cosmocêntrica socioambiental”. Ora, à primeira vista, talvez fosse de supor que esse movimento reflexivo parecesse “utópico”, num sentido ingenuamente romântico de promover transformações sociais. Ou, ainda, “utópico” como mero recurso especulativo, isto é, recurso retórico filosófico. Fato é que, aos olhos de Velasco, tal projeto é “utópico”, sim, mas numa orientação radicalmente diversa. Uma de suas virtudes consiste em demonstrar, à luz da experiência histórica, a possibilidade de mudança, ou seja, de revolução e criação em que nós nos investimos dialeticamente como sujeitos históricos, transcendendo, pois, todo darwinismo social do homem como espécie natural.



editora *fi*.org



## **FILOSOFIA ECOMUNITARISTA APLICADA**



# **FILOSOFIA ECOMUNITARISTA APLICADA**

TEXTOS BREVES DE SIRIO LÓPEZ VELASCO (2022-2023)

VOLUME 1

Organizador

**Claudinei Aparecido de Freitas da Silva**



**Diagramação:** Marcelo Alves

**Capa:** Gabrielle do Carmo



A Editora Fi segue orientação da política de distribuição e compartilhamento da Creative Commons Atribuição-Compartilha Igual 4.0 Internacional [https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt\\_BR](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR)



O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu respectivo autor.

---

#### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

---

L864f

López Velasco, Sirio (2022-2023)

Filosofia ecomunitarista aplicada: textos breves de Sirio López Velasco (2022-2023) [recurso eletrônico] / Sirio Velasco López ; organizado por Claudinei Aparecido de Freitas da Silva. – Cachoeirinha : Fi, 2023.

v. 1 ; 222p.

ISBN 978-65-85725-42-2

DOI 10.22350/9786585725422

Disponível em: <http://www.editorafi.org>

1. Filosofia ecomunitarista – Latino-americana. I. Silva, Claudinei Aparecido de Freitas da. II. Título.

---

CDU 14(81/899)

## SUMÁRIO

<b>PRÓLOGO 1</b>	<b>11</b>
<b>A VIRADA ECOMUNITARISTA</b> <i>Claudinei Aparecido de Freitas da Silva</i>	
<b>PRÓLOGO 2</b>	<b>18</b>
<b>CARTA ABIERTA A SIRIO LÓPEZ</b> <i>José Alberto de la Fuente</i>	
<b>1</b>	<b>29</b>
<b>BREVE AUTOBIOGRAFÍA ÉTICO-POLÍTICO-INTELLECTUAL</b> <i>Sirio López Velasco</i>	
<b>2</b>	<b>36</b>
<b>¿PARA QUIÉN Y POR QUÉ ESCRIBO HOY? UNA BREVE RESPUESTA DESDE EL ECOMUNITARISMO</b>	
<b>3</b>	<b>41</b>
<b>EL FILÓSOFO Y LAS LUCHAS SOCIALES EN AMÉRICA LATINA EN EL SIGLO XXI</b>	
<b>4</b>	<b>59</b>
<b>NOTAS PARA UNA ESTÉTICA ECOMUNITARISTA (DESDE A. LATINA)</b>	
<b>5</b>	<b>72</b>
<b>BREVÍSIMAS NOTAS SOBRE LA FELICIDAD: UNA MIRADA ECOMUNITARISTA</b>	
<b>6</b>	<b>81</b>
<b>ECOMUNITARISMO MÁS ALLÁ DE AGAMBEN: BREVÍSIMAS REFLEXIONES</b>	
<b>7</b>	<b>86</b>
<b>A ESTA ALTURA YA NO LEO, RELEO</b>	
<b>8</b>	<b>88</b>
<b>ECOMUNITARISMO Y DESCOLONIZACIÓN EN FILOSOFÍA Y CIENCIAS: BREVÍSIMAS NOTAS INTRODUCTORIAS</b>	

<b>9</b>	<b>96</b>
<b>DEL BUEN VIVIR INCA A LA ECONOMÍA ECOMUNITARISTA</b>	
<b>10</b>	<b>103</b>
<b>TESIS ECOMUNITARISTA: NO ES DISCUTIENDO MÁS QUE LA IZQUIERDA VA MÁS ALLÁ DEL CAPITALISMO</b>	
<b>11</b>	<b>108</b>
<b>EL ECOMUNITARISMO: SUPERANDO LA TRAGEDIA DEL TRABAJO CAPITALISTA Y DEL DESEMPLEO</b>	
<b>12</b>	<b>113</b>
<b>YANOMAMI Y ECOMUNITARISMO</b>	
<b>13</b>	<b>117</b>
<b>REDEFINICIÓN ECOMUNITARISTA DEL BUEN VIVIR EN ABYA YALA</b>	
<b>14</b>	<b>123</b>
<b>¿PUEDE HABER BUEN VIVIR EN EL CAPITALISMO?</b>	
<b>15</b>	<b>128</b>
<b>ECOMUNITARISMO Y DESCOLONIZACIÓN: UNA INTRODUCCIÓN MÁS ALLÁ DE LA FILOSOFÍA Y LAS CIENCIAS</b>	
<b>16</b>	<b>133</b>
<b>ECOMUNITARISMO Y DISMINUCIÓN DE LA JORNADA DE TRABAJO: BREVÍSIMAS NOTAS</b>	
<b>17</b>	<b>140</b>
<b>ECOMUNITARISMO, MEDIOS DE COMUNICACIÓN Y NOTICIAS FALSAS</b>	
<b>18</b>	<b>145</b>
<b>ECOMUNITARISMO Y FREI BETTO: POLÍTICAS SOCIALES Y EDUCACIÓN</b>	
<b>19</b>	<b>152</b>
<b>ECOMUNITARISMO Y BOLIVIA: DEFINICIONES FUNDAMENTALES</b>	

<b>20</b>	<b>157</b>
<b>EL HOMBRE QUE VISITÓ A ARTIGAS EN 1835</b>	
<b>21</b>	<b>164</b>
<b>ECOMUNITARISMO: ¿QUIÉN HACE LA REVOLUCIÓN?</b>	
<b>22</b>	<b>169</b>
<b>FÚTBOL: ¿OPIO DEL PUEBLO? LA RESPUESTA DEL ECOMUNITARISMO</b>	
<b>23</b>	<b>176</b>
<b>FILÓSOF@S Y PROPUESTAS REVOLUCIONARIAS: LA VISIÓN ECOMUNITARISTA EN POQUÍSIMAS PALABRAS</b>	
<b>24</b>	<b>180</b>
<b>NUESTRAMÉRICA ECOMUNITARISTA SOBERANA ANTE UCRANIA: NI EEUU-OTAN, NI RUSIA, NI CHINA</b>	
<b>25</b>	<b>185</b>
<b>EN ÓPTICA ECOMUNITARISTA 50 AÑOS DESPUÉS EL PROGRAMA DE LOS TUPAMAROS SIGUE VIGENTE</b>	
<b>26</b>	<b>191</b>
<b>ECOMUNITARISMO Y LA CARTA DE LA SECRETARIA DE ALLENDE: BREVÍSIMAS NOTAS</b>	
<b>27</b>	<b>196</b>
<b>ECOMUNITARISMO Y “PODER”:</b> NOTAS ACLARATORIAS	
<b>28</b>	<b>201</b>
<b>LA POSICIÓN ECOMUNITARISTA: NUESTRAMÉRICA SOBERANA (NI EEUU-OTAN, NI RUSIA, NI CHINA)</b>	
<b>29</b>	<b>205</b>
<b>CARTA ECOMUNITARISTA A UM/A EDUCADOR/A DE ADOLESCENTES OU ADULTOS</b>	
<b>BIBLIOGRAFIA GERAL</b>	<b>216</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO</b>	<b>219</b>



## **PRÓLOGO 1**

### **A VIRADA ECOMUNITARISTA**

*Claudinei Aparecido de Freitas da Silva*

(Toledo, Paraná, Brasil, 20 de agosto de 2023)

Ao adentrarmos em 2023, o público tanto de língua portuguesa quanto castelhana é brindado por mais um significativo projeto editorial emplacado pela Editora FI de Cachoeirinha, RS. Trata-se de *Filosofia Ecomunitarista Aplicada: Textos Breves de Sirio López Velasco*. O livro – de autoria de Sirio López Velasco, pensador uruguaio, radicado no Brasil – projeta seguramente outro considerável alcance do ponto de vista de sua produção teórica. O que o leitor afeto à produção filosófica genuinamente latino-americana tem, agora, em mãos, precisamente?

O autor consolida, em mais esse singelo e pujante trabalho, não só, com refinado rigor, mas por meio de uma exposição didática e clara muitos dos temas que lhe tem preocupado nessas últimas décadas tendo como pano de fundo o cenário mais imediato de suas reflexões: o pensamento ecomunitarista. Isso tudo sem falar de que a sua longa e maturada trajetória intelectual não tem se estabelecido senão conjugada com a sua recorrente presença na cena cultural desde a América Latina, bem como, em particular, na esfera pública do debate político-social. Mais que um simples teórico do pensamento, Velasco encarna verdadeiramente a figura do intelectual engajado, condição, como se sabe, cada vez mais rara no ambiente acadêmico. É

reconhecendo a dimensão maior desse espírito que o livro se inscreve no coração mesmo da história, avivando temas e questões da atualidade.

Esses temas, por si só sumariados, já dizem muito! Eles são articulados, conforme sugerido pelo subtítulo, a partir de textos seletos que, embora breves, alcançam um patamar de profundidade *sui generis*. Ao associar rigor e exposição didática, o autor se dirige a um público não só especializado, mas mais amplo no sentido de tornar esse contributo, de fato, mais palpável ou palatável reflexivamente. Afinal, que temas são estes e até onde eles alavancam uma verdadeira virada ou reviravolta quanto à proposta de base?

Velasco tem em vista uma crítica de fundo do capitalismo geral em que busca situar o fenômeno da crise da razão com e para além de Marx. Em tal prisma, sob um fino e rigoroso exame, pacientemente conceitual, o autor não limita o seu trabalho a uma avaliação criticamente analítica, mas fundamentalmente propositiva. E ele assim procede, por exemplo, ao trabalhar a noção de democracia. É a crise histórica da experiência democrática que sintomaticamente se diagnostica à luz do dia via o corolário conceito de Ecomunitarismo, originalmente formulado por ele. Para uma melhor compreensão dessa proposta, situemos, ao menos, alguns de seus aspectos que nos parecem mais significativos.

Velasco, inicialmente, procede a um recenseamento crítico de inúmeras concepções de democracia historicamente instituídas, desde a sua matriz clássica grega até a soviética mediada pela versão liberal burguesa vigente em nossos dias. É assim que o livro faz um balanço geral de cada um desses modelos, identificando tanto suas virtudes

---

<sup>1</sup> É o que ocorre, p. ex., com a Entrevista de 111 minutos no canal do *You Tube* concedida à Dr<sup>a</sup> Mónica Fernández Braga, da Universidad Nacional de Quilmes, B. Aires, Argentina, sob o título "Comentarios sobre la ética de la liberación la perspectiva de Sirio López Velasco", realizada el 18/1/22 y disponible en [https://www.youtube.com/watch?v=FODNfZ7\\_Asl](https://www.youtube.com/watch?v=FODNfZ7_Asl)

quanto seus vícios. Salvo melhor juízo, a real democracia que se almeja não parece estar suficientemente contemplada nesses distintos registros, o que cria uma ocasião oportuna de transcendê-los rumo a uma perspectiva, como prenuncia Sirio, “pós-capitalista”. Qual seria, enfim, esse horizonte entrevisto? Nosso autor acena o caminho: O que se propõe é uma teoria da democracia em ótica ecomunitarista. Por isso, reagindo contra as concepções democráticas que aceitam explícita ou implicitamente o capitalismo, trata-se de avançar numa direção diametralmente oposta, fundada na dedução argumentativa de três normas fundamentais da ética formuladas por Velasco nos seguintes termos: i) a de lutar para a realização de nossa liberdade individual de decisão; ii) de realizar essa liberdade em busca de respostas consensuais com os outros e iii) de preservar-regenerar a saúde da natureza humana e não humana. O que se tem como pano de fundo é a tríplice aliança ético-normativa, condição indispensável para se pensar uma nova instância de práxis democrática baseada na liberdade de escolha e, é claro, movida pela busca de respostas compartilhadas entre liberdades cooperantes. A construção de uma via consensual jamais prescinde dessa gramática profunda intersubjetivamente válida à luz do discurso.

Qual então o núcleo desse contributo? Ele é balizado por Velasco em *Contribuição à Teoria da Democracia: uma Perspectiva Ecomunitarista* (Porto Alegre: FI) como se segue:

[...] caracterizamos o ecomunitarismo como uma ordem utópica socioambiental pós-capitalista (irrealizável no seu todo, mas indispensável guia para que a ação cotidiana tenha um sentido histórico claramente definido) composto por várias dimensões concomitantes e combinadas (2017, p. 10).

Entre essas dimensões, quatro merecem atenção, radicadas, sempre, a partir das três normas éticas acima deduzidas: *primeiramente*, uma economia ecológica e sem padrões, na qual os produtores livremente associados contribuam conforme sua capacidade e necessidade. Em *segundo lugar*, uma educação ambiental problematizadora capaz de promover uma rica vida intercultural e artística aliada também a uma educação sexual libertadora e um espírito esportivo mais formativo e cooperativo. Em *terceiro lugar*, uma comunicação simétrica, que ponha em mãos de meios comunitários e/ou públicos (geridos comunitariamente) os atuais latifúndios da grande mídia privada. E, em *quarto*, uma política coletiva e solidária baseada na maior dose possível de democracia direta e participativa na qual os espaços indispensáveis de democracia representativa que se mantenham sejam confiados a ocupantes rotativos e revogáveis a qualquer momento pelos seus eleitores (Cf. VELASCO, 2017, p. 10-11).

Ora, é esse contexto multidimensional que a democracia liberal burguesa perde de vista como horizonte último, uma vez que se funda numa retórica puramente abstrata que não leva em conta, em seu conjunto, aquelas três normas básicas irrevogáveis. O ponto nevrálgico é que a democracia liberal viola o direito de argumentar e, com isso, escapa-lhe o sentido mais pleno da democracia “[...] como sendo o governo do povo, pelo povo e para o povo” (VELASCO, 2017, p. 11), tão precisamente definido por Lincoln. Assim, toda norma exógena pétrea (de cariz moral, religiosa ou jurídica) arbitrada à revelia do consenso termina por hipostasiar a ideia mais própria de democracia, reduzindo-a a uma mera ficção demagógica e, portanto, ideológica.

Pois bem. O que a democracia ecomunitarista postula é que, para além de interesses financeiros, personalistas ou de *lobbies* egoístas, há

um interesse maior a ser preservado: a soberania popular. Tal interesse transcende, inclusive, organizações como ONGs e partidos políticos. A crise da ideia de partido, p. ex., assim se justifica:

[...] a permanência dos atuais Partidos políticos não aparece como uma necessidade inerente ao ecomunitarismo; isto porque uma vez superada a divisão entre as classes, a rica diversidade humana pode se expressar através das organizações sociais e dos meios de comunicação [...] sem a necessidade dos Partidos na sua forma atual. (VELASCO, 2017, p. 126).

Velasco admite que, com a desconstrução da ideia de partido, se reconfigura também a noção de líder, à medida que este, antes deve “dirigir obedecendo”, isto é, não cabe decidir por si mesmo sem deixar de ouvir (consultar) os demais. É sob esse contexto mais amplo que as mídias sociais exercem um papel importante na democracia ecomunitarista, pois “[...] a rede não admite chefes fixos, mas lideranças provisórias-rotativas (sic)” (VELASCO, 2017, p. 127). O que se constata é que “[...] as redes demonstram hoje que a atividade ‘política’ é maior do que a política partidária, recuperando seu sentido grego de ‘organização da cidade-estado em mãos do conjunto dos cidadãos’” (VELASCO, 2017, p. 127).

De todo modo, Velasco reconhece que fenômenos como a burocracia, a corrupção, o culto à personalidade e a prática eleitoreira nada mais são do que sintomas dos ideais democráticos liberais. A superação desses problemas só é possível mediante uma decisão comunitária de prioridades e ações em seu livre e legítimo exercício intuídas no âmbito das condições ético-argumentativas antes postuladas. Da mesma forma, a tradicional divisão entre os três poderes se desconstrói completamente, uma vez que

[...] todas as decisões e ações das três esferas repousam nas decisões diretas por parte de cada cidadão e seus sucessivos coletivos comunitários; ora, essa autoridade se mantém e renova em cada caso através dos mecanismos participativos, e do controle da ação e eventual revogação sobre os representantes provisórios previamente eleitos (VELASCO, 2017, p. 132).

É, pois, na instância de uma democracia participativa que se reconhece outra dinâmica estrutural. Sob esse aspecto, o Ecomunitarismo projeta uma alternativa premente de emancipação ecológica, quer dizer, “[...] a ameaça de um holocausto ecológico capaz de exterminar a humanidade inteira é uma situação absolutamente inédita na história da espécie humana” (VELASCO, 2017, p. 34). Tal quadro se desenha em função da lógica extrativista do capital, cujos desastres atingem proporções sem precedentes na história. Assim, a superação desse quadro só se torna exequível via uma educação ambiental ecomunitarista ou, se se quiser, “irrenunciavelmente socioambiental” e a partir de um espaço compartilhado, de cuja gestão pública cada cidadão é membro ativo.

É nessa direção que o autor recupera alguns registros, a título ilustrativo, de vivências interculturais:

Hoje resulta claro, especialmente no caso da A. Latina, que a democracia em perspectiva ecomunitarista não poderá se fundamentar unicamente em fontes ocidentais, mas, pelo contrário, deverá incorporar dialogicamente as contribuições positivas oriundas de outras fontes (particularmente as indígenas, negras e orientais). As culturas indígena e negra têm resistido por 500 anos à Conquista para nos legar sua lúcida perspectiva cosmocêntrica socioambiental (VELASCO, 2017, p. 125).

À primeira vista, talvez fosse de supor que esse movimento reflexivo parecesse “utópico”, num sentido ingenuamente romântico de

promover transformações sociais. Ou, ainda, “utópico” como mero recurso especulativo, isto é, recurso retórico filosófico. Ora, o livro de Velasco, a exemplo dos anteriores, é “utópico”, sim, mas numa orientação radicalmente diversa. Uma de suas virtudes consiste em demonstrar, à luz da experiência histórica, a possibilidade de mudança, ou seja, de revolução e criação em que nós nos investimos dialeticamente como cossujeitos históricos, transcendendo, pois, todo darwinismo social do homem como espécie natural. É sob essa acepção que a democracia, em perspectiva ecomunitarista, é “utópica”, ou seja, racionalmente circunscrita como ideal a ser perseguido e não como simples crença ou ato de fé. Trata-se, como reconhece o autor, de um estágio de reflexão jamais conclusivo e, por isso mesmo, provisório, uma vez que se mantém permanentemente aberto à crítica.

Esse rico material que, por vezes, assume também, em seu estilo, o caráter de “crônica” ou mesmo “diário” inflama a *l’heure présent*, extraindo dessa, de maneira aguda e penetrante, o que de mais filosófico suscita. Isso apenas revela, uma vez mais, a dimensão multifacetada da obra velasquiana que, por sinal, não deixa de inscrever uma verve literária, ficcional como o recente trabalho editado também pela FI, *El Otro y Otros Textos*<sup>2</sup>.

Que o leitor possa acompanhar e, portanto, usufruir em franco diálogo com o seu autor, de mais esse momento propositivo e fecundo de reflexão.

---

<sup>2</sup> LÓPEZ VELASCO, Sirio. *El otro y otros textos*. Cachoeirinha, RS: FI, 2023. DOI 10.22350/9786585725200. Acesso free: <https://www.editorafi.org/ebook/a020-el-otro-y-otros-textos>

## **PRÓLOGO 2**

### **CARTA ABIERTA A SIRIO LÓPEZ**

*José Alberto de la Fuente*

(Puerto Varas, sur de Chile,  
20 de agosto de 2023)

Querido Sirio:

En el día de hoy, la vida me ha regalado espacio, tiempo y entusiasmo para escribirte. La oportunidad y mediación de esta carta se debe a la gentileza del Doctor Claudinei, quien me ha solicitado incluirla en la selección de los artículos de este libro de ecomunitarismo aplicado. He desechado la forma académica y he optado por responder a la pregunta que dejaste formulada en una de tus cartas dirigida a educadores y educadoras de adolescentes y adultos. Tu pregunta dice “se você chegou até aqui, amig@ educador/a, aguardo sua carta de resposta”.

Quiero orientar mis palabras al profesor, al filósofo y al político uruguayo radicado en Brasil, quien ha dedicado su vida intelectual a la liberación de Nuestramérica y a la redención de los pobres, marginales y condenados por la miseria del capitalismo. Mi experiencia de casi cuarenta años en educación escolar y en la formación de profesores en universidades chilenas, es la base reflexiva que me permitió entender y adherir a tu filosofía. Cuando comencé a compenetrarme en la gramática profunda de los cuasi razonamientos causales de la ética ecomunitarista, de sus tres normas fundamentales y sus dimensiones

para la construcción del poscapitalismo, me desperté a reconstituir el sentido de mi trabajo pedagógico y a dar un paso adelante para entender, con otra lógica, el razonamiento de las demás teorías de la evolución de la humanidad.

A comienzo de año, en algunos de nuestros intercambios de correos, recuerdo que te sugerí escribir un conjunto de textos para lectoras y lectores estudiantes, donde se acercara la narrativa ecomunitarista, de modo más didáctico, en medio de una cultura juvenil distante, ajena y renuente a libros más extensos. Desgraciadamente, la celeridad de los cambios tecnológicos y virtuales en educación, no han sido implementados ni graduados a la misma velocidad de la mediática escolar, de sus didácticas, lo cual ha impactado negativamente en la restricción de los repertorios verbales, en la fragmentación de la escritura y en el consiguiente daño a la sintaxis de los idiomas. *Filosofía ecomunitarista aplicada*, me parece que será un opúsculo muy oportuno para difundir tu pensamiento y facilitar los debates de enseñanza-aprendizaje en escuelas y universidades.

No quisiera olvidar tu reacción de modestia cuando a fines de marzo, aquilatando la envergadura de tu filosofía política ecomunitarista, te escribí un WhatsApp sobre la importancia de la difusión de tu pensamiento en medio del trance en que nos hallamos involucrados por la crisis medioambiental, el destino de la vida y la naturaleza. Recuerdo que yo estaba acopiando información física y astronómica para un capítulo de novela. Por ahora hay investigadores que saben de tus libros y omiten citar siquiera el concepto de Ecomunitarismo. Creo que tus planteamientos los desconciertan o simplemente los ignoran de manera mezquina y escasamente científica. Hay un sector importante de la academia que está ciega porque carece

de generosidad; su ascepticismo, temor y comodidad les impide acercarse al pensamiento divergente. Pareciera que el mundo occidental continúa encerrado en el círculo obsoleto de los ideólogos del fin de la historia. Sin más, me permito transcribir ese WhatsApp porque no estoy equivocado y tampoco creo exagerar la importancia de tu filosofía:

– “Estoy armando un diálogo final como lo hizo Galileo cuando le tocó defender su gran obra ante la inquisición en 1630: *Diálogo sobre los máximos sistemas del mundo*. Los nombres de los personajes centrales (Salviati, Simplicio y Sagredo) serán los mismos que usó Galileo para ironizar la escolástica sobre la visión aristotélica/ptolomeica y validar la visión copernicana del universo. Con todo lo que he ido madurando en estas ideas, voy concluyendo que el Ecomunitarismo es la utopía del giro copernicano ante la crisis y colapso del dios mercancía, la sustitución y cambio radical/estructural del capitalismo, donde la humanidad transita hacia la realización plena del quehacer comunitario, afirmando sus pasos en las tres normas éticas de hombres y mujeres que intuyen y sienten su emancipación, en la dialéctica del consenso comunitario, recuperando/cuidando/regenerando la naturaleza humana y no humana. Anoche me dormí imaginando cómo debatió Galileo ante las injurias e irreverencias equívocas y teológicas de los religiosos, quienes lanzaron el libro al tacho del índice católico, por considerarlo hereje, inmoral y pernicioso para la profesión de fe del tribunal que hasta el día de hoy pretende seguir hegemonizando el mundo. Arduo empeño el de Galileo, feliz coincidencia sobre el por qué de la evolución social y el cómo superar sus desencuentros y conflictos aparentemente insolubles. Galileo observando el cielo hasta perder sus ojos para explicar el funcionamiento de nuestra galaxia; Sirio López

observando al ser social hasta alcanzar el poscapitalismo en la felicidad del Buen Vivir” –

De ahora en adelante, nuestros estudiantes, discípulos y futuros maestros deben compenetrarse de tu filosofía y axiología política ecomunitarista; adoptar otra lógica para seguir consolidando una visión de mundo a base de nuevas acciones civilizadoras. Entender que existimos en la diversidad de semillas que trae el río; que la dialéctica de la naturaleza nos enseña que los maravillosos bosques nativos crecen y se alimentan de la pudrición de sus hojas y que los dones humanos están repartidos en todas las culturas para beneficio recíproco entre ellas. Debemos saber que tu escritura filosófica es un discurso eurístico de carácter biográfico, conceptual, argumentativo, ético y estético, dispuesto a buscar, interrogar y explorar en una actitud sostenida que avanza conversando, comentando y complementándose en su permanente apertura política. El Ecomunitarismo nos abre el horizonte para la realización de nuestros sueños porque abriga la posibilidad de utilizar las herramientas para una educación integral, problematizadora y científica. Las circunstancias de hoy serán los desafíos de los dilemas de mañana, actos de solidaridad histórica de jóvenes participando en la organización de sus escuelas. En tu *Biografía ético-política e intelectual* y en tu artículo *Para qué y por qué escribo hoy*, nos dejas palmariamente claro cómo has ido creciendo, confirmando y madurando en tus pensamientos en reemplazo de las trincheras belicistas por comunidades pacíficas, enroladas en la acción cotidiana y organizadas por la democracia directa para el ejercicio auténtico de la soberanía. Los escritores somos como náufragos que abandonamos la isla que nos salva de las tormentas. Vamos y enfrentamos la realidad. Una vez refugiados en la isla, observamos, leemos y escribimos; luego

volvemos a lanzarnos a la deriva del mundo sin saber cómo y por cuántos oídos receptivos seremos recibidos. Esto lo vislumbró el Che en más de uno de sus mensajes que han pretendido silenciar. Lo único seguro es el punto de partida, el puerto de zarpe, la voluntad de emancipación. Mas no importa, sabemos que el camino se hace al andar. Nos dices que, al avanzar en edad, relees más que lees libros nuevos o desconocidos. Las sucesivas lecturas de un mismo libro poseen la magia de nuevas aventuras y se descubren nuevas imágenes. Esta experiencia es común en los niños, quienes ponen como exigencia que les repitan el mismo cuento varias veces. Me parece que es muy motivante tu respuesta al decir por qué y para quién escribe un “viejo sublevado”. Desde siempre yo he tenido la sensación de fragilidad, pequeñez e ignorancia. Actualmente el capitalismo se enseñoera en todo el orbe. Me parece que ser intelectual es no abandonar jamás al niño y al estudiante que llevamos en el corazón, un signo de humildad empeñado en conocer, una suerte de sagacidad para jugar con el asombro. Esto nos enseña a distinguir las trincheras de ideas de las trincheras de piedras. Cada afán tiene su tiempo de realización. Ambas trincheras son necesarias, pero agotando las conversaciones y postergando ciertas decisiones hasta completar la argumentación y/o suspender la dialéctica de la segunda norma de tu ética ecomunitarista. Pienso que esta es la lección más difícil de abordar con nuestros jóvenes, a riesgo de aparecer ante ellos como viejos débiles y resignados.

En este contexto, quisiera anticipar algunas preguntas para responder, con mis colegas profesores, desde el Ecomunitarismo ¿Cuáles han sido las palabras que han predominado majaderamente en la sociedad capitalista del siglo XX? ¿cuáles han sido las ortodoxias que han dividido al mundo desde el Renacimiento en adelante? ¿cuáles han

sido los aportes de los asalariados y de la lucha de clases en su pugna por el trabajo digno y el mercado capitalista? ¿para qué han servido las dictaduras del siglo XX? Quienes abrazaron esas dictaduras como don salvífico ¿se han preguntado qué han salvado? ¿el capitalismo neoliberal globalizado, está en condiciones de revertir el desastre medioambiental y económico basado en la sola competencia mercantil y en la negación de la solidaridad?

Querido Sirio, no quisiera alargar esta carta. De la misma manera que tú te has autobiografiado, déjame compartir un poquito cómo ha sido mi trayectoria y experiencia como profesor, escritor y político en la educación chilena. Tenemos en común el hecho de haber sido perseguidos, tú por la dictadura uruguaya y yo por la chilena. Hemos nacido en el territorio de Nuestramérica, en el seno de familias muy parecidas y en condiciones históricas en que predominó la Guerra Fría y las dictaduras en el cono sur. Pudimos educarnos y llegar a ser profesores hasta alcanzar el grado de doctor. Ambos escribimos, pero quiero detenerme en cómo he vivido mi experiencia estudiantil y mi desempeño político-educativo.

Egresé del pedagógico poco antes del golpe de Estado civil-militar de Pinochet. Concluí la enseñanza Básica en un colegio privado religioso y la Secundaria en un Liceo público. Me criaron en el campo, donde mis amigos eran hijos de campesinos pobres. Conocí la vida de familias de inquilinos, donde el patrón ponía las semillas, la tierra y comercialización; los peones de la familia ponían el trabajo, asumían los riesgos climáticos, cosechaban y recibían solo la mitad de lo que producían. Un día escuché a un rico agricultor que los trataba de gañanes. Desde niño conocí la pobreza campesina y en el Liceo me percaté de las injusticias provocadas por la oligarquía conservadora

dueña de la tierra. El profesor Mario, de literatura y la profesora Carla de filosofía, nos enseñaron a leer el mundo y a comentar los libros. En el Liceo formamos un grupo para leer y analizar la revista de izquierda *Punto Final*. A través de ella comenzamos a saber de revolucionarios, guerrillas y movimientos de liberación. En mi familia había de todo: socialistas, democristianos, liberales, radicales y anarquistas. Sus discusiones siempre me parecieron entretenidas. Una tía compraba libros, me los leía todos. Durante mis estudios de pedagogía luché por la Unidad Popular. Comencé a conocer el pensamiento de Paulo Freire en su calidad de exiliado y trabajando en Chile en ICIRA (Instituto de capacitación e investigaciones en Reforma Agraria); fue el tiempo en que don Paulo escribió *Pedagogía del oprimido*. Triunfó Salvador Allende. Comenzamos a vivir la utopía. Se había ganado un gobierno socialista para hacer cambios por la vía pacífica. Desde el primer día puse en duda esa posibilidad de permanencia, el imperio no podía aceptar un ejemplo tan importante, limpio y democrático para América Latina. Derribado el gobierno de Allende por el golpe, fui perseguido por la dictadura. Mi cautiverio terminó cinco años después de la instalación del fascismo en 1973. No me fui del país. Trabajaba en lo que podía, continuaba con mi acción política y publicaba en hojas sueltas mis poemas de resistencia. Después de diez años, leyendo mucha historia de la educación, conseguí integrarme al trabajo pedagógico y continuar con estudios avanzados. Mi trayectoria docente fue en dictadura. Lo primero que hizo el fascismo fue quemar bibliotecas, controlar y destruir los escasos avances de la educación, perseguir a profesores y profesoras e intervenir las universidades. Con espías dentro de los salones de clase era muy riesgoso asumir un discurso pedagógico liberador. Con un poco de ingenio inventé aquello que conceptualicé como *Pedagogía del*

*Rescate*. El fascismo quiso reducir la presencia de los docentes a simples celadores de la rebeldía juvenil ¿Qué podíamos hacer en tiempos de tanta miseria intelectual, perseguidos y negados? Para mí la *Pedagogía del Rescate* fue un concepto operante y un camino para la orientación escolar y universitaria, desgraciadamente selectiva e intrapersonal, en contra de todo lo institucional, a favor de aquellos estudiantes más curiosos, menos aplastados por el miedo a pensar y decididamente opositores a la dictadura. Hoy me doy cuenta que esa *Pedagogía del Rescate*, para la enseñanza formal e informal, es muy insuficiente, pero en ese entonces contribuyó al acompañamiento de muchos jóvenes que luego fueron activando la resistencia masiva a la dictadura y a ocupar un lugar como intelectuales. Puedo concluir que esta experiencia fue una aplicación intuitiva de mi rudimentaria idea ecomunitarista para comenzar a aplicar estrategias de profesor rebelde y desobediente. En Chile se inició el ensayo neoliberal como la tendencia más grotesca del capital financiero internacional. Comenzó a balazos, levantó barricadas de piedras, neocolonialismo y pólvora; en la actualidad, sigue persiguiendo cualquier idea y, después de setenta años, mantiene a la educación en estado de postración. Las universidades públicas abandonan su rol cívico, se dedican casi exclusivamente a su desempeño epistemológico y técnico en sus diversas áreas; ellas y los liceos no forman en ciencias políticas ni generan los espacios de participación estudiantil. La juventud va entrando a una especie de “anestesia histórica”. Por ejemplo, la Universidad de Chile, con 42.636 estudiantes, entre 2.500 universidades extranjeras, es la primera en el país en ser reconocida por el ranking de instituciones superiores del mundo (AR-WU). La última lideresa inteligente y con carisma mediático fue Camila Vallejo, militante comunista, presidenta de la Federación de estudiantes

entre 2010-2011. El quórum estudiantil comenzó a mermar en 1993. En los últimos cuatro años, la mesa de la Federación está en receso, los estudiantes carecen de organización ¿Por qué no se interesan? ¿cómo es posible que académicos europeos premien a universidades sin participación y que tampoco tienen una política laboral justa? La administración de la universidad de Chile, la más emblemática y rectora en el país, aún mantiene el Senado Universitario de 36 miembros, con 75% de académicos, pero funciona sin los estudiantes. El porcentaje de participación de los estudiantes, en esta instancia, fue siempre inferior al 20%. Tradicionalmente los universitarios fueron actores relevantes en la política chilena escuchados por la calle; en los últimos años están ausentes y denominados como “generación de cristal”.

Cuando tú, Sirio, te preguntas quiénes son aquellos que luchan contra el capitalismo, creo no equivocarme al señalar que somos, jóvenes y viejos, que no hemos perdido la capacidad de amar (una expresión muy concreta del Che); de cultivar la amistad, de perseverar en solidaridad comunitaria y en el cuidado medioambiental, tratando de entender el pensamiento y costumbres de los pueblos ancestrales, recogiendo los aciertos de las luchas populares y no postergando el estudio y misión de cada futuro profesional. Para aquellos que no podemos vivir sin sueños – como afirma Pablo Freire –, constatando que cualquier acción pedagógica es también política, pienso que omitir estas disposiciones de la inteligencia y de la sensibilidad, retardan o tornan casi inútil el empeño por reactualizar la marcha hacia democracia de todos. He releído, una vez más, la obra de Pablo Freire habida en mi biblioteca *Pedagogia dos sonhos possíveis* (UNESP, 2001), visión educacional que tú has ensamblado a una de las dimensiones importantes del Ecomunitarismo. Me ha llamado la atención la

actualidad de este libro a base de testimonios, diálogos, conferencias, entrevistas y cartas. Relevó estas líneas solo una idea Paulo Freire: – Los sueños posibles son de naturaleza ética y política. Los demiurgos de la globalización neoliberal no entienden esto: la posmodernidad pretende controlar el destino del mundo... Soñar es imaginar horizontes de posibilidades – Me pregunto qué hacer, responde nuevamente Paulo Freire: – debemos dejar de *nortear*, es decir, emular a los EEUU. Debemos *sulear* para no perder nuestra identidad, ser nosotros mismos – En el artículo *A história como possibilidade*, don Paulo se expresa de esta manera: – Uma das tarefas, nestas relações que o Sul se imporá, é a de, superando sua dependencia, começar a *sulear*, deixando assim de ser sempre *norteadado* –

Estimado amigo, el conjunto del libro está muy bien secuenciado. Será una orientación a la lectura del Ecomunitarismo y al planeamiento de las unidades de discusión para los lectores y estudiantes. Cada artículo debería ser la base de módulos didácticos para completar con ejercicios, responder a preguntas y reunir conclusiones. En este libro está el punto de partida para una Licenciatura en Ecomunitarismo en cuatro semestres. Los dos primeros, utilizando de base 15 artículos en cada semestre, uno cada semana; el 3° y 4° semestre dedicarlo a trabajo de campo, lecturas adicionales de tus obras más extensas y redacción de una tesina final. En otra ocasión me referiré a otros artículos del libro como la *Superación del trabajo capitalista y el desempleo*, *Disminución de la jornada laboral*, *Frei Betto y las políticas sociales*, *Carta de la secretaria de Allende*, *Nuestramérica soberana frente a Ucrania, EEUU, OTAN, Rusia, China* y, en especial, *El hombre que visitó a Artigas en 1815*. Este último, entretenido y mágico, es literatura e historia que vuela por encima del pináculo de la mejor narrativa latinoamericana.

Me despido, complacido y realizado por haberme dado la posibilidad de haber participado en este rico intercambio de ideas, de la bonhomía de Claudinei, de su equipo de trabajo y de la libertad de pensamiento.

Recibe mi cordial saludo y un inmenso abrazo, extensivo a tu esposa María Josefina, hijos y nieto Sirio Lorenzo.

# 1

## **BREVE AUTOBIOGRAFÍA ÉTICO-POLÍTICO-INTELLECTUAL**

*Sirio López Velasco*

Cuando tenía 4 años de edad mis padres me llevaron a una sesión matinal de cine infantil a ver la película “Bambi”. Mi vago recuerdo y el relato de mi madre me hace saber que lloré cuando los cazadores mataron a la madre del ciervo. Al mismo tiempo, en casa de mi abuelo paterno, donde vivíamos, aprendí cada día que había que tratar con el mismo respeto al mendigo que al doctor. Ambas experiencias forjaron sin duda las bases de un carácter sensible a los padecimientos de los más desvalidos; más en el plano del trato de los animales ello no fue obstáculo para que, en contradicción manifiesta con esa sensibilidad, pocos años después me pasease honda en mano con algunos amigos, tratando de matar pájaros; al tiempo en que, en el plano de lo humano, envenenados por las películas de Hollywood ninguno de nosotros quería ser el indio malo, y sí el blanco justiciero del mundo de los cowboys. A los seis años ingresé a la escuela y a los 11 al Liceo; en ese período y hasta el último año de Secundaria, el único ingrediente ético-político de valor que recuerde fue el culto a la soberanía ante potencias extranjeras e intrigantes coligados con ellas, que la gesta de Artigas, aún en su versión edulcorada y oficial, hacía llegar hasta los bancos de la educación formal. Pero en 1968 la juventud del mundo se levantó exigiendo la instalación de la imaginación en el poder, y decretando que era prohibido prohibir. En Montevideo gigantescas manifestaciones estudiantiles sacudieron un país que se hundía lentamente tras los años

de vacas gordas de un capitalismo dependiente que había conocido sus años de gloria con la venta de productos agropecuarios durante las dos guerras mundiales y la de Corea; estandarte de esas movilizaciones era la adusta figura del Che, asesinado en su gesta quijotesca de Bolivia el año anterior. Los ecos de ese despertar llegaron hasta mi lejana Rivera, recostada en la frontera con Brasil, y en el Liceo creamos el Centro Estudiantil de Defensa Universitaria (que a la luz de la Gaceta Universitaria que llegaba esporádicamente desde la Universidad de la República, exclusivamente situada en la capital del país, exigía el pago de una cuantiosa deuda presupuestal que el Gobierno había contraído y seguía contrayendo año tras año con aquella máxima casa de estudios). La figura del Che cobró un perfil más concreto en las páginas de aquella publicación y con la lectura de su trágico Diario boliviano. Simultáneamente un condiscípulo liceal me llevó hasta la casa de su suegro, a la sazón secretario general de la sección local del Partido Comunista, para escuchar repetidamente canciones de la República española, vencida en la época hacía tan sólo 30 años. Pero las estrategias abiertas de seducción por parte de aquel Partido no pudieron con los ecos de las acciones del Movimiento de Liberación Nacional Tupamaros que cobraban cada vez más notoriedad en la prensa, gracias a su deliberada violencia mínima, humor y estilo Robin Hood (como en aquellas en las que se incautaba un camión de una conocida firma comercial montevideana especializada en productos de alimentación, para repartir su carga en un barrio pobre, para beneplácito y cálida acogida de los necesitados vecinos). En 1969 me trasladé a Montevideo para iniciar la carrera de Medicina, elegida tanto por presión cariñosa de mis padres (en mis familias paterna y materna no había hasta entonces ningún profesional universitario), como por el ejemplo

mayúsculo del Che. La soledad de la pensión, amenizada sólo por la compañía de un condiscípulo riverense y otro ya en fin de carrera originario del sur del país, fue cediendo terreno ante la hospitalidad de fin de semana de una tía materna maternal y su marido, que tras cada visita me daban un paquete de asado o milanesas para que “el futuro doctor comiera como la gente”. La Facultad, cortada del tránsito en todo su perímetro por las fuerzas policiales que no querían ver la repetición de los acontecimientos del 68, servía de fortaleza que cobijaba intensos debates que separaban recíprocamente a comunistas ortodoxos, comunistas pro-chinos, socialistas, cristianos progresistas y partidarios de los Tupamaros, sin contar a grupos menores (como los de los anarquistas y los de una agrupación que en nombre de la revolución proletaria se creía en el derecho y la obligación de formar las parejas por conveniencia político-caracteriológica). El Libro Rojo de Mao, algunas revistas internacionales pro-soviéticas o pro-chinas, y algunos diarios montevideanos, alimentaban el intelecto; pero entre los últimos descartábamos al mítico “Marcha” de don Quijano, porque en la época a los seguidores del MLN nos parecía “demasiado intelectual y poco comprometido con la acción”, lo que nos hacía catalogar a sus lectores como “sobaco ilustrado” (pues andaban con “Marcha” doblado en esa parte de su anatomía); pasábamos por alto el pequeño detalle de que el Che había escrito “El socialismo y el hombre en Cuba” como una carta dirigida a Quijano. A fines de 1969 ingresé al MLN y la vorágine de las actividades se salpicaba con una apresurada y superficial lectura de los Documentos de nuestro Movimiento, que marcaban una creadora línea de pensamiento propio (intentando combinar la herencia artiguista con la cubana). Tras el trágico error de 1972, cuando nuestro Movimiento creyó que el sistema absorbía nuestro accionar y había llegado el

momento de pasar a la ofensiva abierta contra el aparato militar de la oligarquía, vino la noche de la dictadura cívico-militar (que había arrancado desde por lo menos 1968 y que duraría hasta 1985). La Dirección del Movimiento nos hizo salir del país (así como a otros doscientos jóvenes militantes), y el Chile de Allende nos abrió los ojos a la realidad de nuestro continente mestizo (en Uruguay las últimas comunidades indígenas organizadas habían sido exterminadas a mediados del siglo XIX, y reconocíamos nuestra sangre negra solo durante el Carnaval). Pero en ese país la actividad intelectual de nuestro Movimiento se centró en la lectura de algunos textos clásicos de Lenin, pues se había elegido el camino de la constitución de un Partido proletario. Por pura casualidad el Golpe de Pinochet me sorprendió en un viaje a Cuba, donde habría de celebrarse una reunión para organizar en aquel país a nuestros compañeros que ya habían sido evacuados de Chile (suponiéndose que en Cuba recibirían el entrenamiento militar que los habilitaría a volver a Uruguay en el corto plazo). Cuba se transformó en nuestra casa por algo más de tres años; y si nos equivocamos en intentos caricaturales de “proletarización” nuestra actividad productiva fue benéfica a nuestros solidarios anfitriones, pues allí quedaron varios edificios de apartamentos populares y algunas obras más construidos en parte con nuestra labor. Al mismo tiempo las sesiones colectivas o personales de estudio nos familiarizaban con manuales marxista-leninistas soviéticos, escritos de la Revolución Cubana, y, en mi caso, la primera lectura fichada del Capital. Además de una superficial comprensión de un Marx supuestamente economista, esa lectura me trajo la viva evidencia de mi ignorancia. Cuando decidimos volver a nuestras latitudes de origen, el Golpe de Estado de 1976 en Argentina y la decisión de nuestra nueva Dirección nos fijaron

a mi esposa y a mí (junto a much@s compañer@s) en Europa, donde habrían de nacer nuestros dos hijos. Había sonado la hora de volver a estudiar en serio. Un compañero dirimió mi duda entre la Filosofía y la Sociología, pues acababa de matricularse en el Instituto Superior de Filosofía de la Universidad Católica de Lovaina y me pidió que lo acompañara a hacer los trámites burocráticos; y decidí seguir sus pasos. La Historia de la Filosofía me trajo hasta la Filosofía Latinoamericana (principalmente en las voces de Salazar Bondy y Zea, y más tarde Dussel), la Lógica y el análisis del lenguaje, en sus vertientes analítica y austiniana. Intuí que allí había material para refundar la Ética sin necesidad de fundamentos teológicos ni la aceptación de puntos de partida arbitrarios-decisionistas. Mi Tesis doctoral consagrada a Vaz Ferreira me aproximó más a la relación entre una Moral no dogmática y una Política atenta a la solución de las cuestiones sociales (incluyendo las feministas). Fue así que empezó mi búsqueda, materializada cuando me instalé en la docencia universitaria en Brasil en 1986, de la deducción de las normas éticas fundamentales a partir de la gramática profunda de la pregunta que instaura la Ética, a saber “¿Qué debo hacer?”. La exigencia de libertad y consenso puesta por las dos primeras de esas normas convergía con la perspectiva marxiana de superación del capitalismo en la instauración de una comunidad de productores libremente asociados (que reivindicase y actualizase las comunidades de los pueblos originarios de Nuestramérica); a su vez la tercera de aquellas normas me hacía coincidir con el culto de nuestros pueblos originarios a la Pacha Mama y con la onda ecológico-ambientalista que se había afirmado en Europa occidental durante mi estadía en Bélgica, al tiempo en que completaba la idea de una comunidad comunista inspirada en Marx, que a cada un@ diera según su necesidad en la

medida en que recibiera de cada un@ según su capacidad, en los límites del respeto a los equilibrios ecológicos (necesarios de por sí y garantía de la posibilidad de sobrevivencia del género humano) y a la interculturalidad. De esa manera se dieron la mano la refundación argumentativa de la Ética que logré con el auxilio de la Lógica y la Filosofía austiniana del lenguaje, y la visión-propuesta ecomunitarista de la necesaria superación del capitalismo, para bien de la Humanidad y del planeta entero. El Ecomunitarismo incluye una economía ecológica y sin patrones, una política de tod@s basada en el predominio de la democracia directa (hoy facilitada por la internet) y en el mutuo enriquecimiento propiciado por la interculturalidad, una erótica del disfrute del placer libremente consensuado (y de la renuncia voluntaria a la sexualidad, si fuera el caso), una educación ambiental problematizadora socialmente generalizada (tanto en la educación formal como en la no formal, y que incorpora también una educación sexual liberadora y una educación física cooperativa, de la que hacen parte deportes educativos-cooperativos, y no competitivos-crematísticos), una comunicación horizontal y simétrica que ponga en manos de las comunidades los actuales oligopolios comunicacionales (en prensa escrita, de radio, TV o de internet), y una estética de la liberación que a tod@s eduque para apreciar las artes y para producir Arte. Esa compleja conjunción absorbió buena parte de mis esfuerzos en mis 33 años de docencia universitaria (hasta que me jubilé en 2019), en los que traté de cuajarla en los fundamentos filosóficos de la Maestría y Doctorado en Educación Ambiental que creamos en nuestra Universidad Federal do Rio Grande (FURG, donde fui el primer coordinador de la citada Maestría, en el período 1994-1996). Al mismo tiempo, durante todo ese tiempo y hasta ahora (a pesar de una salud

incierto) he seguido detallando el perfil del Ecomunitarismo en sus varias dimensiones, cotejándolo con cuestiones y acontecimientos concretos de Nuestramérica y del mundo. En el libro “Introducción al Ecomunitarismo y a la educación ambiental. Lectura chilena de la obra de Sirio López Velasco”<sup>1</sup>, organizado por José de la Fuente y Ricardo Salas se encontrarán, además de textos de ambos organizadores y de otros dos colegas, varios textos míos y sobre todo muchos links que llevan gratuitamente a varios de mis libros y a muchos artículos de mi autoría.

---

<sup>1</sup> Ese libro está gratuitamente disponible: En <https://library.oapen.org/handle/20.500.12657/51640> en <https://zenodo.org/record/5745105#.YaZXEdDMI2w> en <https://dlc.dlib.indiana.edu/dlc/handle/10535/10827> y en <https://es.scribd.com/document/561776175/Introduccion-Al-Ecomunitarismo-y-Educacion-Ambiental>

# 2

## **¿PARA QUIÉN Y POR QUÉ ESCRIBO HOY? UNA BREVE RESPUESTA DESDE EL ECOMUNITARISMO**

Hace algunos meses publiqué un muy breve texto intitulado “A esta altura ya no leo, releo” (ver <https://rebellion.org/a-esta-altura-ya-no-leo-releo/>). En estas escasas líneas me pongo ahora del otro lado de la escritura e intento aclarar para quién y por qué escribo ahora, a los 71 años. A un colega le dije recientemente que escribir es como lanzar una botella con un mensaje al mar, esperando con la duda anclada en el pecho que el envío llegué a manos receptivas.

Ahora la pregunta es por qué después de haber sufrido en más de siete décadas tantas derrotas y tantas decepciones alguien se dispone a lanzar aquella botella.

Y la otra interrogante que acompaña necesariamente a esa pregunta es: ¿para quién se escribe a esa altura de la vida? Sobre todo, cuando quien lo hace es alguien que, contra viento y marea sigue sublevándose contra un capitalismo globalizado que aparentemente triunfa en casi todo el Planeta y en casi todas las esferas de la existencia de cada persona, y propone y apuesta a una alternativa para superarlo en todos los órdenes: el Ecomunitarismo.

A la interrogación sobre el por qué respondo: porque la Humanidad y el Planeta se merecen algo mejor que el capitalismo (que amenaza seriamente la supervivencia de la primera y la de buena parte de la vida en el segundo), y porque soy testarudo.

Lo mejor está sintetizado en el lema mayor del Ecomunitarismo que (apoyándose en las tres normas básicas de la Ética) reza “De cada un@ según su capacidad y a cada un@ según su necesidad, respetando los equilibrios ecológicos y la interculturalidad”.

Y la testarudez parece ser una característica necesaria para todo paso adelante que la Humanidad haya dado y se proponga dar hacia una mejor calidad de vida. Tomo por testigo a la perseverancia con la que el grupo de cazadores de los pueblos amazónicos acecha o persigue a las presas que habrán de alimentar a toda la tribu (pues lo cazado será rigurosamente distribuido entre todos). Y también invoco la milenaria perseverancia del pequeño agricultor comunitario o familiar que desde las llanuras hasta altas estribaciones de los Andes insiste una y otra vez en sembrar el maíz, la papa o la quínoa, sabiendo que la sequía o la inundación lo castigará sin falta en este o en el venidero año. Y pude presenciar la estoica persistencia con la que día tras día trabajadores mal dormidos cabeceaban en el ómnibus antes mismo del amanecer cuando iban a ganarse el pan que habría de alimentar a su familia.

Y ni que hablar del comportamiento tozudo y heroico que ante prolongadas y muy crueles torturas much@s compañer@s (la gran mayoría constituida por desconocid@s para el gran público), mantuvieron por amor a la causa de los pueblos originarios y/o de la liberación nacional y el socialismo (o el anarquismo).

Mi tozudez no llega ni al tobillo de la demostrada por es@s compañer@s, pues mi empeño en la esperanza de superar el capitalismo ha costado a mi familia y a mi persona un mínimo precio; en el periodo de la dictadura solo impuse durante cinco años a mis padres y a mi hermana, para su seguridad, una completa incomunicación, que significó su total ignorancia sobre si estaba vivo o muerto (con el

consiguiente sufrimiento que ello significó para ellos); y por mi parte no sufrí ni un día de cárcel y para mí el exilio, más que un castigo, fue un premio, pues me permitió aprender mucho con el descubrimiento del mundo y con la prosecución de los estudios; además, por si lo anterior fuera poco, el exilio me dio a mi hija y mi hijo, regalos de la compañera que comparte mi camino hace 51 años. Y en la segunda mitad de mi vida ese precio se ha reducido a cero pues la docencia universitaria y desde 2019 la jubilación me ha permitido llevar un tren de vida repleto de comodidades.

Sobre el para quién escribo la respuesta no es menos clara: para las y los jóvenes de edad y/o de ánimo que no aceptan que el capitalismo pueda ser el fin de la Historia humana.

Hay que notar que hoy el capitalismo aparece como “casi” triunfante en todo el Planeta y en todas las dimensiones de la existencia porque son muchos millones y en cada rincón de la Tierra las y los que no aceptan ese triunfo y se baten contra él desde trincheras que van de lo local a lo planetario. Esas son las personas que establecen diariamente lazos amorosos o de amistad verdadera, y/o que perseveran en o inventan modos comunitarios de vida solidaria y ecológica (como los practicados en comunidad por los pueblos originarios), y/o que defienden a riesgo de su vida, libertad o comodidad las nobles causas de los más pobres (siguiendo la consigna artiguista de 1815 que exige “que los más infelices sean los más privilegiados”), de los malvenidos (como los migrantes que mueren tratando de llegar a la Europa o a los EEUU del imperio yanqui-OTAN, en cuyas entrañas hay, por cierto, much@s antiimperialistas y anticapitalistas), de los discriminados por su cultura indígena, o por el color de su piel o por ser mujeres, o por su opción de género, y/o que defienden la salud de la Pacha Mama en todas sus

expresiones (según lo exige la tercera norma fundamental de la Ética). Para ell@s y para l@s que en el futuro serán como ell@s, escribo. Ojalá mi nieto (hoy con 4 años y medio) decida hacerles compañía.

A todo eso agrego que el Ecomunitarismo apuesta a la constitución de toda la Humanidad como una gran familia de pueblos que colaboran pacífica, complementaria y solidariamente entre sí. (Hemos avizorado en lugar de la actual ONU, con potencias nucleares como únicos miembros permanentes de un Consejo de Seguridad y con derecho a veto, sobreponiéndose a lo que resuelva la Asamblea General) la conformación de la Organización de los Pueblos Unidos, sin miembros con derecho a veto y resolviendo por consenso la entrea ayuda amistosa y los eventuales diferendos. Ahora, con esa misma perspectiva ecomunitarista, hasta que exista la división asimétrica entre potencias y países que no son potencias, así como la división en bloques, proponemos la conformación de Nuestramérica como bloque integrado solidariamente, independiente y soberano, que al mismo tiempo en que se libera del dominio de cualquier potencia, promueva la creación de esa Organización de los Pueblos Unidos. Hace poco, cuando una vez más defendí esa idea en sendos artículos en los que desde el título afirmaba la mencionada postura con un subtítulo que rezaba “ni EEUU-OTAN, ni Rusia, ni China” (ver <https://www.aporrea.org/internacionales/a322725.html> y <https://www.aporrea.org/internacionales/a323381.html>) un compañero me comentó, insinuando una supuesta soledad a la que me vería reducido con esa posición, que en vez de “Ecomunitarismo” debería hablar de “lopezvelasquismo”. Mas ahora le respondo que algunas voces me han manifestado su concordancia desde distintos países de Nuestramérica, y que me siento en buena compañía enarblando esa bandera, pues con ella, entre much@s otr@s, me ubico

al lado de Bartolina Sisa, Juana Azurduy, Manuela Sáenz, Artigas, Bolívar, Martí, Sandino, Sendic Antonaccio y el Che.

Y si mi crítica al capitalismo, mi propuesta y mi esperanza ecomunitarista y mi prédica en favor de una Nuestramérica independiente, soberana, e integrada en la mutua solidaridad, resultaran vanas, es obvio que muchos más teclados y tiempo que los que le robo a la Humanidad para promoverlas se desperdician hoy en mil sofismas, fútiles vanidades y estupideces.

Tú, lectora y lector, habrás de decirme si vale la pena que siga escribiendo, mientras la incierta salud lo permita... y... haya ganas... Queda en el aire la pregunta acerca de hasta cuándo habrá alguien dispuesto a publicar lo que escribo. Pero dicho eso, aunque se cerraran todas las puertas, nada impediría que, si lo creo necesario, escriba solo para mi familia, o incluso, solo para mí mismo.

Y, por último, debo agregar que en los últimos dos años he optado por escribir mayoritariamente textos muy breves, de tres o cuatro páginas, que en algún momento bauticé con el nombre de “píldoras ecomunitaristas”. Dos son los motivos de tal elección. En primer lugar, siempre me impresionó cómo el refranero popular logra condensar profundos pensamientos en una sola frase; y entendí que, si nuestra filosofía quiere dialogar con el pueblo, debe adoptar esa economía en las palabras. Y en segundo lugar porque la mayoría de l@s jóvenes de hoy, formados en los tiempos de la cultura audiovisual, muestran poca disposición para leer textos largos; y como la propuesta ecomunitarista apunta a un futuro poscapitalista, apuesta a la acción de quienes por su edad están más aptos para construirlo, a saber, l@s jóvenes; de ahí la opción por resumirla en textos que por su extensión no sean descartados *a priori* por la juventud.

# 3

## EL FILÓSOFO Y LAS LUCHAS SOCIALES EN AMÉRICA LATINA EN EL SIGLO XXI <sup>1</sup>

### INTRODUCCIÓN HISTÓRICA: DE SALAZAR BONDY HASTA LA FILOSOFÍA POSMODERNA

Un crítico literario no necesariamente es un literato porque no siempre es autor de poemas, cuentos o novelas. De forma análoga un profesor de Filosofía no siempre es un filósofo. Un filósofo es alguien que enriquece con creaciones propias por lo menos un área de la tradición filosófica. Muchos profesores de filosofía sólo comentan las creaciones de los filósofos. Lo que cabe esperar de un profesor latinoamericano de filosofía es que integre a sus aulas (y a su vida, cuando lo juzgue pertinente), las elaboraciones de los filósofos latinoamericanos, superando una situación, por desgracia muy frecuente, en la que los programas de filosofía solamente se ocupan de pensadores no latinoamericanos.

Escribo estas breves notas pensando en la experiencia y situación del filósofo latinoamericano (lo que no quita su eventual extensión a otros contextos). La ambición de claridad y fluidez nos llevó a ahorrar los detalles de las notas bibliográficas (que el interlocutor interesado sabrá buscar por su cuenta).

Cuando hace casi 40 años Salazar Bondy se preguntaba desde el título de su famoso librito “¿Existe una filosofía en nuestra América?”

---

<sup>1</sup> Publicada originalmente en: *Libertad y justicia social para el cambio social – Teoría y conceptos* (org Pablo Guadarrama y Lucia Picarella), vol. 2, NaSC Free Press, Università degli Studi di Salerno, Fisciano-Salerno, Italia, 2022, p. 265-279. DOI [http:// dx.doi.org/10.14273/unisa-4077](http://dx.doi.org/10.14273/unisa-4077) // <https://www.narrativesresearch.org/book-series/archive>

por la situación-actividad del filósofo, tras el duro diagnóstico de que lo que en A. Latina figuraba como filosofía no era más que repetición alienada de un discurso ajeno que ignoraba-ocultaba la situación vital de los latinoamericanos, terminaba concluyendo que podría empezar a existir filosofía en A. Latina precisamente a través de la crítica de nuestra alienación y de la búsqueda de su superación. Leopoldo Zea le respondió en varios escritos con la consabida tesis de que la pertinencia de aquella crítica no debía inducirnos a la tentación de intentar “comenzar desde cero”, ignorando la filosofía mundial. Nuestras reflexiones tendrán en cuenta uno y otro punto de vista.

Marx había dicho en sus Tesis sobre Feuerbach que los filósofos se habían contentado con comprender el mundo, pero que lo importante era transformarlo. Algunos le respondieron que para transformar hay que conocer, no sólo por los imperativos de la eficiencia sino también por la responsabilidad ética en la mudanza propuesta-realizada.

Otros, como Gramsci, desarrollaron la tesis marxiana en el sentido de la asignación al filósofo de su papel de “intelectual orgánico”, o sea, de intelectual que debía hacer parte y subordinar su labor teórico-práctica al bloque social de los dominados en el capitalismo, para, junto con ellos, buscar la alborada socialista-comunista.

En las filas del autodenominado marxismo-leninismo (por cierto posterior a la muerte de Lenin) esa posición se trasuntó en la subordinación del filósofo al Partido Comunista, con las consabidas restricciones a la independencia de su labor crítico-práctica; hay que decir que en muchos casos esa censura fue asumida de buena voluntad como autocensura, so pretexto de la fidelidad debida a la disciplina del Partido que (supuestamente) representada a la “clase obrera”, la (supuesta) sepulturera del capitalismo.

Desde aquellos tiempos y después del hundimiento de la Unión Soviética y del campo socialista europeo mucha agua ha pasado debajo de los puentes y hay que decir que poco se oye de aquellos ex-paladines filosóficos abanderados de la causa del comunismo (que según dijo Brejnev encontraba a la URSS de los años 70 en la etapa superior del socialismo y ya en transición hacia el comunismo); cuando vemos la actual situación de Rusia, hundida en el más crudo capitalismo mafioso, podemos juzgar de la pertinencia de aquella previsión brejneviana, a cuyo autor, por cierto, algunos intelectuales soviéticos de la época no vacilaron en premiar con el Premio de Literatura (sic!) por sus discursos; ese ejemplo sirve para mostrar hasta dónde puede llegar el servilismo acompañado de auto-censura y ceguera crítica de los intelectuales supuestamente “de izquierda”, incluyendo a los filósofos.

Después, cuando Cohn-Bendit (el mismo “Dany el Rojo” del mayo francés del 68) y los verdes alemanes apoyaron al mismo tiempo la desarticulación capitalista de Yugoslavia y a una Constitución europea que incluso dirigentes de las gastadas centrales sindicales francesas acusaron de ser demasiado neoliberal, no es de extrañar que también en A. Latina algunos filósofos defendieran-defiendan la tesis de que nuestra labor no debe pautarse y ni siquiera “obcecarse” por la temática política. [A propósito de esa Constitución, Bernard Cassen, en mayo de 2005 nos informaba: a) que las “cuatro libertades” allí consagradas (agrego yo, corroborando totalmente la crítica de Marx, que ex-“radicales” y posmodernos quieren enterrar a todo costo) eran la libertad de circulación de bienes, servicios, capitales y personas (esta última significando la “libertad” de pagarle menos que al francés al polaco que venga a trabajar a Francia), b) omitía, entre otros, los derechos a jubilación, a igualdad de salario por función y entre los

géneros, c) desvirtuaba el derecho a la vivienda cambiándolo por una ayuda para vivienda, d) retrocedía del viejo derecho burgués-francés al “empleo” hacia el ‘derecho a trabajar’ (léase como auxiliar informal o como vendedor ambulante debajo del puente), y d) remataba su obra instaurando el derecho de huelga para los...empleadores!].

Claro que esa vuelta a los tiempos anteriores a la condena marxiana de la filosofía alemana por “ideológica”, y a su utopía de la “realización de la filosofía” en el comunismo, hace eco a la onda (ya en decadencia por falta de aire teórico) del posmodernismo, que desde Lyotard arrojó al barro el bebé de la utopía poscapitalista junto con el agua sucia del stalinismo y del autodenominado marxismo-leninismo centralista y censor- castrador (incluyendo el “dia-mat”, dogma del supuesto materialismo dialéctico, parido por la URSS); es interesante constatar que varios de los llamados posmodernos franceses fueron fanáticos maoístas o (seudo)anarquistas en el 68 (como Glucksman y Bernard Henry Levy), lo que nos lleva a concluir que esos señores, del hecho de que el camino hacia el poscapitalismo se reveló mucho más complejo de lo que podían suponer nuestras burdas simplificaciones de la época, en vez de autocriticarse, criticando esas simplificaciones, decidieron abominar de la lucha poscapitalista (y, repito, como lo muestran los casos de Cohn-Bendit, y de B. H. Levy, que participó directamente de las labores invasoras a la Libia de Khadafi, fueron, poco a poco, asumiendo los límites del capitalismo como siendo los últimos límites de la Historia).

Por otro lado, como ya lo mostramos en otra parte (ver López Velasco 2009, p. 174-190), las tesis posmodernas caen en autocontradicción pragmática-ilocucionaria cuando quieren sustituir el consenso por el disenso (olvidando que en sus escritos quieren hacer

consenso sobre la importancia del disenso), y no ven que la fragmentación del hombre supuestamente posmoderno no es sino un avatar más de la alienación del sujeto en la modernidad capitalista (que puede-debe leerse prolongando la línea de la crítica del trabajo alienado realizada por Marx desde los Manuscritos Económico-Filosóficos de 1844), renovada día a día en el “gran relato” (que los posmodernos se olvidaron de criticar) de la “competitividad”, “la ascensión hacia el grupo de los ricos y famosos” y el “siempre hubo pobres y ricos”.

### **NUESTRA VISIÓN: EL FILÓSOFO DE HOY, MÁS ALLÁ DEL INTELLECTUAL ORGÁNICO**

Por mi parte intento resumir el papel del filósofo latinoamericano en el siglo XXI a la luz de la experiencia filosófica e histórica continental y mundial en las siguientes ideas, que obviamente necesitarán desarrollos y precisiones ulteriores.

1) La supuesta necesidad de conocer antes de transformar ha sido superada dialécticamente por Paulo Freire al concebir el conocimiento como dinámica de concientización, en la que, como dos lados inseparables de una misma moneda, hay “desvelamiento crítico de la realidad” y “acción transformadora sobre la misma rumbo a una sociedad sin opresores ni oprimidos”; (por nuestra parte ampliamos esa perspectiva antrópica también a las relaciones de los seres humanos con la naturaleza no humana, criticando su devastación y contaminación irreversibles, y exigiendo su preservación-regeneración saludable). Esa tesis freireana rompe en perspectiva dialógica (amparada en el principio de que “nadie se educa solo y nadie educa a los demás: los seres humanos se educan mutuamente mediatizados por el mundo”) con el solipsismo epistemológico cartesiano y en dinámica sistémica

cualitativa postula que los sujetos en proceso de coeducación se transforman (en el proceso de liberación y en su calidad humana, en sujetos menos-dominadores-alienados que antes) al tiempo en que transforman al mundo-referente sobre el que incide su praxis (teoría-acción) cognitiva.

2) Desde Salazar Bondy y Zea mucho hemos avanzado en la elaboración filosófica en A. Latina, en especial en los trabajos del pensamiento de liberación (que va más allá de la oficialmente llamada “Filosofía de la Liberación”, pues integra incluso a pensadores que rompieron con ella en determinado momento, como es el caso de Roig). Ese pensamiento, empapado de experiencia histórico-vital latinoamericana, ha profundizado en la crítica de las desgracias que afectan al ser humano y a la naturaleza no-humana en el capitalismo y a veces ha propuesto líneas generales para la superación de esa situación.

2.1) En lo personal he ampliado en perspectiva socioambiental la crítica marxiana del trabajo alienado y de la economía capitalista, y he ampliado la utopía marxiana económico-política poscapitalista agregándole las dimensiones ecológica, comunicativa, pedagógica, erótica e intercultural. Tales miradas crítico-utópicas están sólidamente basadas en una ética argumentativa que, sin cualquier petición de principio de carácter religioso, político o ideológico, asienta sus bases en la propia pregunta que abre el universo ético de manera intersubjetiva y universal, a saber, “¿qué debo hacer?”, y postula el horizonte utópico poscapitalista del orden socioambiental que denominé “ecomunitarismo” (inalcanzable históricamente en su totalidad, pero indispensable guía para que la acción cotidiana no carezca de un rumbo bien definido, aunque en permanente proceso de revisión-corrección).

3. Nos debemos a nosotros mismos una buena autocrítica de nuestros fracasos, para que el presente y el futuro pueda evitarlos. La realidad latinoamericana ha sido rica en derrotas, intentos frustrados y decepciones en nuestra búsqueda de superación del capitalismo. Si Cuba resiste heroicamente 62 años después de su Revolución, los problemas que la aquejan en el día a día (desde el tipo-cantidad de alimentos accesibles a la población que no posee los dólares contra los que se venden algunas mercancías, hasta la renacida prostitución para satisfacer a turistas gringos, y la exigüidad o simple ausencia de espacios verdaderamente abiertos al debate libre de las ideas de simples ciudadanos o intelectuales y/o artistas) han llevado a que muchos de sus antiguos admiradores-defensores (incluyendo a miembros de la clase filosófica en A. Latina y en el mundo) se han hecho cada vez más renuentes a renovar su estima, cuando no han cambiado su tesitura hacia una posición abiertamente crítica (aunque sin llegar en su mayoría al caso paradigmático de transformación anticubana de Vargas Llosa). Siempre estamos a la espera de voces cubanas que nos digan qué le falta a su Revolución para ser mejor; no en el sentido capitalista sino en el de la utopía marxiana del comunismo, resumida en los principios de la “libre asociación de los productores libres” y “de cada uno según su capacidad y a cada uno según su necesidad”(que por nuestra parte complementamos con el agregado “respetando los equilibrios ecológicos y la interculturalidad”), a fin de propiciar el multilateral desarrollo de individuos universales.

Al mismo tiempo hemos sufrido las derrotas de Allende en Chile, el éxodo venezolano a raíz de una crítica situación del proceso bolivariano en Venezuela (causada en parte por un bloqueo yanqui-imperialista tan severo como el que padece Cuba hace seis décadas, pero

también por errores internos), el impasse extrañamente personalista (centrado en Ortega y su esposa) de la Revolución sandinista, sin contar con el retroceso hacia el dominio de una derecha más clásica en países que tuvieron Gobiernos llamados “progresistas” (como ocurre en los casos de Brasil, Uruguay y Ecuador). Sobre el caso de Allende es llamativo que varios intelectuales chilenos alegan hoy que el presidente debería haber procedido mucho más precavidamente, no amparando las nacionalizaciones de industrias medianas, no irritando a los EEUU (con la nacionalización del cobre) y no polemizando con la Democracia Cristiana de Frei (que participó activamente en la gestación del Golpe que instalaría en el poder a Pinochet). Ahora bien, nos preguntamos: ¿para qué llegó al Gobierno entonces Allende? Porque de hecho lo que nos dicen esos intelectuales es que Allende tendría que haber hecho un gobierno “a la Frei”; pero en ese caso, ¿dónde quedaría la perspectiva socialista de la Unidad Popular, articulada en dos enormes Partidos que se definían por el socialismo (el Partido Socialista y el Partido Comunista)?

No resisto a comentar de paso que esa curiosa posición cobró después en los Gobiernos de Lula en Brasil y en los del Frente Amplio en Uruguay la figura de una curiosa esquizofrenia que desde los Gobiernos “progresistas” piden a los militantes que los llevaron al triunfo electoral que entiendan que las “responsabilidades de la gobernabilidad” imponen la prosecución de políticas macroeconómicas neoliberales (centradas en el pago de la deuda externa, el control de la inflación, y la entrega de áreas estratégicas a multinacionales); ante tal declaración que catalogamos como esquizofrénica porque incluso lleva a que una misma persona diga “esto lo pienso como militante” (por ejemplo: hay que restringir drásticamente el pago de la deuda externa si queremos

tener recursos para las urgentes e imprescindibles políticas sociales), pero “lo otro lo digo como miembro del Gobierno” (por ejemplo: hay que pagar religiosamente la deuda externa para mantener el índice inversor dado por las calificadoras de riesgo), nos preguntamos: entonces ¿para qué se invocó al socialismo y se dijo durante décadas en posición de oposición a los Gobiernos entonces de turno que la política neoliberal era nefasta?; porque, además, para aplicarla, es mejor dejar el poder en manos de los neoliberales, que se la saben de memoria. Por eso me gustaría oír las voces de aquellos que creen que siendo legítima la aspiración socialista de Allende puedan decirnos qué creen que salió mal en la tragedia que terminó por instalar la larga dictadura de Pinochet, y, al cabo de ésta a una serie de presidentes (algunos con raíz supuestamente socialista), que en nada retomaron el camino allendista; menos mal que ahora, en mayo de 2021, el pueblo chileno da pasos firmes para sacarse de encima la Constitución pinochetista aún vigente.

Hablando de marejadas populares, debemos regocijarnos con la victoria del pueblo boliviano, que un año después del Golpe que alejó a Evo de la Presidencia, supo reconquistarla, poniéndola en manos de Arce; esperamos que apoyándose en su cultura milenaria y contando con el aporte de varios filósofos e intelectuales que abrazan la causa popular, Bolivia sepa injertar en su comunitarismo milenario la rama del ecomunitarismo (en la que se pretende que converjan hacia el poscapitalismo esa herencia indígena-originaria y las ideas libertarias blancas y negras que integran el mosaico intercultural latinoamericano).

Por nuestra parte, aquellos filósofos que pertenecemos a países donde aún ninguna alternativa de Gobierno carga con reales expectativas de cambios en la óptica del pensamiento ecomunitarista de

liberación, tenemos la obligación de reflexionar (sabiendo del poder inmenso de la gran prensa en la formación de opiniones alienadas, ya criticadas por Habermas en su evaluación de la emergencia y el ocaso de la “opinión pública”), sobre nuestra incapacidad para convencer a la gente y encontrar mecanismos de acceso a las instancias de decisión con y por fuera de los mecanismos clásicos de la pseudodemocracia seudorrepresentativa capitalista. Me permito recordar que he definido el “poder” como la relación social asimétrica que existe entre quienes deciden y quienes no pueden hacerlo; y que he mostrado, por un lado, que el capitalismo la niega a los empleados en el día a día de su célula-madre que es la empresa (violando así la primera norma de la ética, que nos exige luchar para garantizar nuestra libertad individual de decisión, cfr. López Velasco 2003 y 2009), y, por otro, que la “revolución” consiste en ampliar dicha capacidad, bien por la ampliación del número de los que ya deciden (como sucede cuando la familia machista y patriarcal amplía el poder de decisión al conjunto de sus miembros, superando el monopolio ejercido por el *pater familias*), o por la sustitución de los que la ejercen (como sucedió en gran medida en Francia con la ascensión de la burguesía que desplazó a la aristocracia feudal en 1789 y los años siguientes, en la Rusia de 1917 y en la Revolución cubana). Nuestro desafío es no infravalorar la primera alternativa, sin olvidarnos ni renunciar a la segunda. Por otro lado, la experiencia muestra que después de cualquier “revolución”, se impone la necesidad diaria de “reformas”, si no queremos que la revolución se petrifique. A propósito, esa es otra cara de la vieja discusión sobre la dialéctica revolución-reforma (que por lo menos desde Lenin dejó claro que ninguna reforma puede juzgarse individualmente, sino sobre el fondo del contexto que la caracteriza como revolucionaria o no).

4) Creo que al filósofo del siglo XXI en A. Latina no le cabe ni el papel del ideólogo alemán criticado por Marx en 1845 (o sea el de la alienación de la lucha política en nombre del cultivo de las ideas supuestamente incontaminadas por la vida material cotidiana) ni el papel del “intelectual orgánico” del marxismo-leninismo que subordina el filósofo al papel dirigente del Partido supuestamente de vanguardia; una digresión: en momentos en que la clase obrera fabril-clásica ha disminuido cuantitativamente y se ha modificado cualitativamente, con centrales sindicales que de hecho aceptan los límites del capitalismo, ya suena a museo la invocación de cualquier “partido obrero de vanguardia”; la tarea crítico-utópica ecomunitarista hoy es colocada en manos de un bloque social heterogéneo, con forma de movimiento, que agrupa a los asalariados, los excluidos de la economía capitalista formal, las llamadas “minorías” (que a veces son mayorías, como las mujeres, y algunas comunidades indígenas en algunos países), las minorías activas (sobre todo en movimientos, partidos, sindicatos, gremios estudiantiles y organizaciones no gubernamentales, y en especial muchas de carácter ambientalista y/o feminista), los pueblos indígenas que sin asumir una postura identitaria a-histórica esencialista, quieren permanecer y transformarse sin aceptar el dogma de los “valores” (anti-valores) capitalistas de la ganancia y del individualismo, y los movimientos de liberación nacional que combaten el recrudescido imperialismo yanqui-europeo.

No queremos ocultar la realidad de los abismos culturales que tendremos que vencer y que nos ponen a veces en confrontación con aparentes anti-imperialistas (como sucede con movimientos islámicos aparentemente opuestos a EEUU que se niegan a aceptar la libertad de pensamiento, incluso para interpretar-discutir el Corán, como lo hizo

Avorrés en el siglo XII, y que defienden un poder religioso-civil autoritario, con sumisión-secundarización de las mujeres).

De los filósofos se espera hoy que se comprometan en la lucha de los movimientos socio-ambientalistas-políticos de liberación manteniendo su exterioridad crítica como filósofos. Creo que esta posición (que me parece ya han defendido Dussel y Hinkelammert) sitúa al filósofo en una tensión heroica pero indispensable: por un lado, tiene que estar dispuesto a morir luchando junto a sus herman@s de causa, y, al mismo tiempo, debe guardar la distancia que permite criticarse y criticarlos, para evaluar permanentemente el rumbo de lo hecho, de forma a alertar sobre los errores cometidos o posibles, y ayudar a iluminar el futuro. Claro, que como es falible, el filósofo sólo ejercerá de forma creíble y consecuente esa segunda tarea si siempre está dispuesto a autocriticarse en primer lugar.

5) Reuniendo lo que acabo de decir y lo que antes he enunciado procedo a una somera autocrítica que tendrá que ampliarse. Cuando con 16 años ingresé a la lucha política no tenía ningún estudio serio sobre la realidad capitalista y sobre el futuro poscapitalista que decía defender. Si en algún momento me proclamé admirador de Marx sólo vine a leer “El Capital” diez años después. Ahora bien, esa falta de base significa al mismo tiempo irresponsabilidad teórica (por hablar de lo que no se sabe) y también irresponsabilidad ética (por arrastrar conmigo a gentes cuya vida corría peligro en nombre de ideas que yo mismo no manejaba con suficiencia). Cuando a los 18 años ingresé a la lucha político-militar en el Movimiento de Liberación Nacional-Tupamaros, creía que “la” revolución consistía en tomar un día la Casa de Gobierno, el Comando de un nuevo ejército, y empezar a mandar. Aunque en Uruguay no toda la izquierda reivindicó el supuesto “marxismo-leninismo” de manual (el

máximo dirigente del MLN-T, Raúl Sendic Antonaccio, llegó a decir en la cárcel a un horrorizado compañero que quizá Dühring había tenido razón y no Engels en su libro contra el primero), y hubo quien postulase la necesidad de “pensar con cabeza propia”, nunca idolatrar ni a la URSS ni a Cuba, y nunca adoptar el culto a la personalidad (que el MLN, por ejemplo, nunca rindió ni a Sendic, muchas veces criticado y dejado en minoría por sus compañeros), la casi nula experiencia política de muchos nos llevó a sobrevalorar la importancia del accionar militar; [aunque supimos ver desde el principio la importancia de la Central única de Trabajadores, CNT, (existente desde 1966 y bajo comando comunista, con una oposición interna que incluía en “La Tendencia” a los simpatizantes de la llamada izquierda radical), y la creación del Frente Amplio en 1971 (que agrupó a toda la izquierda uruguayo, desde demócrata-cristianos a trotskistas, pasando por los simpatizantes del MLN)]. Pero aquel militarismo se reveló débil porque muchos no vimos que la acción desatada por el MLN en abril de 1972 llevaría a una respuesta de la derecha que nos condenaría a una larga y penosa dictadura, que duró hasta 1985 y en parte aún no ha terminado (debido a la casi impunidad absoluta de los asesinos-torturadores-violadores-ladrones, incluso de niños, que se niegan a decir dónde están nuestr@s desaparecid@s). Y lo peor, cuando en la heroica Huelga General de 15 días con la que el pueblo uruguayo enfrentó en 1973 la instalación formal de la dictadura se hizo necesaria de verdad la presencia de alguna organización político-militar que orientara la lucha destinada a revertir-superar la amenaza dictatorial, tal organización ya no existía; el MLN, por ejemplo, ya estaba derrotado militarmente (en gran parte por la prisión de la gran mayoría de sus dirigentes y muchos militantes, mediante informaciones arrancadas bajo tortura) e incapaz de actuar;

así, la gente que ocupada una y otra vez las fábricas y esperaba que “algo pasase”, al cabo de 15 días se dio cuenta de que el Ejército era amo y señor de las calles y que lo único que podría haber era una masacre; de ahí la dolorosa y necesaria decisión sindical de acabar con la Huelga y volver al trabajo; (sólo 12 años después, y tras ganarle el Plebiscito Constitucional de 1980, el pueblo uruguayo logró sacarse de encima la dictadura, no sin el concurso de los partidos de derecha, que ejercieron el gobierno hasta el 2004 y lo retomaron, tras un interregno de Gobiernos del Frente Amplio, en 2020). En su momento no supimos proponer alternativas, sino sólo dudas acerca del error de abril del 72, y la decisión de la Dirección del MLN de sacarnos del país nos salvó la vida. A mediados de 1975 la inexperiencia nos impidió defender a rajatabla la unidad de la organización en la que actuábamos y optamos por una de las partes de la división (aunque luego proclamamos la exigencia de la reunificación en artículo publicado por Don Carlos Quijano en “Cuadernos de Marcha” en México en 1980); la reunificación casi total ocurrió, felizmente, y sin ninguna participación nuestra (que a la sazón, estábamos exilados en Europa por determinación de los dirigentes de la que había sido nuestra fracción política derivada del MLN), al fin de la dictadura en 1985, con la salida de la cárcel de los dirigentes históricos del MLN. El exilio nos permitió estudiar (de la política vinimos a la Filosofía, para mejor entender lo que habíamos hecho y lo que deseábamos para el futuro) y nos enseñó la necesidad imperiosa de la unidad para derrotar a enemigos comunes y avanzar en la larga marcha con horizonte poscapitalista. El fin de la dictadura le permitió al Frente Amplio retomar su camino (reorganizándose con todas sus fuerzas anteriores), y ganar la elección presidencial y

legislativa de octubre del 2004, para gobernar por tres mandatos consecutivos hasta febrero de 2020.

Ahora bien, constatamos que la maduración política trajo de la mano el peligro de la esquizofrenia antes citada, y que infelizmente llevó a que en esas gestiones gubernamentales fueran tirados a la basura los sueños poscapitalistas de tantos compañeros caídos a lo largo de una lucha de décadas.

En ese contexto creo que el filósofo (en especial el latinoamericano) debe hoy acompañar muy de cerca el análisis de lo que sufren, quieren y sienten los pueblos. Así, a la luz de encuestas que muestran en distintos países de nuestra región (y del mundo) la desconfianza reinante hacia la pseudodemocracia seudorrepresentativa capitalista y hacia los políticos tradicionales de los más diversos colores partidarios de derecha y aún socialdemócratas o de una supuesta “izquierda” (la gran victoria en las recientes elecciones constituyentes de Chile de mayo de 2021 es de los independientes), y a la luz de las crudas realidades latinoamericanas que muestran índices socioambientales iguales y a veces peores que en los años 60, cabe afirmar que esa pseudodemocracia (aunque incorpore valores que Ernesto Guevara no supo justipreciar adecuadamente, y que hoy podrían ser invocados para mejorar a Cuba en nombre del socialismo y del comunismo, apuntando al desarrollo universal de los individuos, soñado por Marx) es estrecha y pobre en demasía para dar paso a las aspiraciones poscapitalistas. Y en ese marco habría que (re)analizar desde la Filosofía y la Ciencias Sociales y Humanas las formas de acción que extrapolan la legalidad capitalista-seudorrepresentativa.

Nos referimos en especial: a) a los plebiscitos para decidir sobre privatizaciones (como los habidos en un pasado reciente en Uruguay y

que se saldaron con la derrota de los neoliberales en las áreas del agua y la telefonía), y el habido recientemente en Chile, que abrió las puertas al actual proceso constituyente), plebiscitos que mañana podrían extenderse a toda la política macroeconómica, incluyendo la deuda externa, los acuerdos internacionales, las cuestiones ambientales, de la educación, la salud, las pensiones, etc.), b) a las redes cooperativas de economía solidaria, que incluyen los Sistemas Locales de Empleo e Intercambio (LET'S), c) a las ocupaciones practicadas por movimientos sociales como el Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra, MST, en Brasil, y las manifestaciones de cerco a La Paz con pedido de renuncia del Presidente por parte de movimientos indígenas, campesinos y mineros bolivianos, que luego llevaron a Evo Morales a la Presidencia, y, d) a la lucha armada, desde la vieja guerrilla del Che y de Nicaragua, hasta la modalidad urbana del MLN uruguayo, pasando por la suerte de “novel guerra popular prolongada con pocos tiros y gran apoyo informático-propagandístico” practicada por los zapatistas (que, por cierto, al reclamar escuelas y hospitales para Chiapas, extrapolan la vieja cultura indígena).

### **A MODO DE CONCLUSIÓN: PERFIL DEL ECOMUNITARISMO**

Claro que esa reflexión nos lleva a los sesentones y setentones a la incómoda pregunta sobre si estamos dispuestos a abandonar eventuales comodidades, y, a pesar de las canas y de los muchos achaques de la edad, montar otra vez a Rocinante. Y el desafío es tanto mayor en la medida en que ante la realidad de la globalización capitalista ya no sirve sólo “pensar globalmente y actuar localmente”, pues hemos de ser capaces de contraponerle una globalización ecomunitarista; ésta

supone la articulación latinoamericana y planetaria (de los filósofos que lo deseen y de las y los luchadoras/es en general) para intentar hacer del género humano una entidad real, o sea una gran familia que permita a cada uno de sus miembros desarrollarse multifacéticamente como individuo en base a la contribución de todos los otros, y hacerlo en el marco de una relación sustentable con la naturaleza no-humana (según la segunda y tercera normas fundamentales de la Ética, que nos exigen, respectivamente, realizar nuestra libertad en la construcción de decisiones consensuales con los otros, lo que sólo será plenamente posible en una sociedad sin clases, y preservar-regenerar una naturaleza humana y no humana sana; cfr. López Velasco 2003 y 2009).

Recordemos, por fin, que el Ecomunitarismo abarca por lo menos las siguientes dimensiones: a) una economía ecológica y sin patrones (que haga realidad el principio “de cada uno según su capacidad y a cada uno según su necesidad, respetando los equilibrios ecológicos y la interculturalidad”, y que utilice sólo energías limpias y renovables), b) una política de todos anclada en la democracia directa, siempre que posible, y al menos participativa siempre, y que en el plano mundial construya la solidaria Organización de los Pueblos Unidos, liberada de las asimetrías de poder que reinan en la actual ONU (López Velasco 2017), c) una educación ambiental intercultural socialmente generalizada (que incluya una erótica y una educación sexual libertadoras, opuestas y superadoras del machismo y de la homofobia, y también una educación física basada en el deporte formativo y cooperativo, y que rechace aquel de tipo competitivo y crematístico), que prepara a las y los ciudadanos de y para esa Política de Todos, d) una comunicación libre y simétrica, que ponga en manos de las comunidades los medios que hoy pertenecen a los monopolios u

oligopolios mediáticos, y, e) una estética de la liberación que permita a cada un@ hacer y admirar el arte en sus más diversas expresiones (cfr. López Velasco 2009).

# 4

## NOTAS PARA UNA ESTÉTICA ECOMUNITARISTA (DESDE A. LATINA)<sup>1</sup>

### INTRODUCCIÓN: CONCEPTOS FUNDAMENTALES

Las tres normas básicas de la ética, que hemos deducido argumentativamente de la pregunta que la instaura (a saber, “¿Qué debo hacer?”) nos obligan respectivamente a luchar para garantizar nuestra libertad individual de decidir, a realizar esa libertad en búsquedas de respuestas consensuales con los otros sobre lo que debemos hacer, y a preservar-regenerar la salud de la naturaleza humana y no humana (cfr. López Velasco 2003a, 2003b, 2009a y 2017).

A su vez hemos caracterizado el ecomunitarismo como el orden socioambiental poscapitalista utópico que realiza en el día a día esos tres normas en las esferas económico-ecológica (por medio de una economía ecológica y sin patrones; Israel Semino, María J. y López Velasco 2014, y López Velasco 2003b, 2009, 2010, 2012a, y 2017), educativa (por medio de la educación ambiental ecomunitarista que abarca también la educación sexual libertaria, la educación deportiva y la educación comunitaria; López Velasco 2003b, 2008, 2009<sup>a</sup>, 2009b, y 2018), política (por medio de una política intercultural de tod@s fundamentada en el ejercicio de la democracia directa, siempre que posible; López Velasco 2010, 2012b, y 2017), y comunicativa (por medio de una comunicación libre, participativa, inclusiva y simétrica; López

---

<sup>1</sup> Publicado originalmente na *Revista DIAPHONÍA* (UNIOESTE/Toledo, PR: e-ISSN 2446-7413), v. 8, n. 1, fev./ 2022, p. 150-158. DOI: <https://doi.org/10.48075/rd.v8i1.28925>. Acesso free: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/diaphonia/issue/view/1319>

Velasco 2009b, 2012a, y 2013). En ese contexto concebimos la praxis (práctica-reflexión-acción y reflexión-acción-reflexión) del individuo que asume el desafío y la apuesta ecomunitarista como una combinación del proceso de “liberación” y de “moksha” (LÓPEZ VELASCO, 2015).

En lo que sigue nos proponemos introducirnos al área de la estética concebida en perspectiva ecomunitarista. Y lo hacemos como simples “ciudadanos latinoamericanos de a pie”, ya que no pertenecemos al grupo de especialistas en la materia; los ejemplos que damos derivan de nuestra sensibilidad, y, obviamente, pueden ser cuestionados por cada lector(a).

Así como hace décadas alguien dijo que debía considerarse “novela” toda obra escrita debajo de cuyo título se leyese la palabra “novela”, por nuestra parte consideraremos “arte” toda expresión que alguien catalogue o perciba con ese rótulo. En esa acepción el arte va más allá de la esfera de “lo bello” (que tan sesudamente intentó cernir Kant en su “Crítica del juicio”), pues alcanza a toda manifestación expresiva que un(a) autor(a) considere artística, como puede serlo una “performance” de alguien que en medio de una agitada avenida repleta de transeúntes que se cruzan anónimamente los unos a los otros, grita “¡somos seres humanos!”, queriendo hacer reflexionar a los que pasan acerca de su condición y de la inhumanidad de su anonimato recíproco. No obstante, también aprendimos con Ortega y Gasset (en especial en “La deshumanización del arte”), que el arte debe ser asumido como un juego; así se escapa al fanatismo de la condena religiosa y/o ideológico-política, para disfrutarlo liberados de toda pose de seriedad impuesta o autoimpuesta. Con esa actitud quedan superadas tanto las cazas de brujas cristianas o musulmanas por supuestas agresiones artísticas a

Cristo o a Mahoma, y también el encorsetamiento supuestamente revolucionario (y de hecho anti-liberador) del “socialismo real”, que censuró y fusiló a artistas de la vanguardia revolucionaria de la Rusia soviética (en especial cuando éstos optaron por formas de expresión abstractas). Magnífico antídoto contra tal empobrecimiento ha sido el realismo mágico que debemos (entre otros) a Gabriel García Márquez, la narrativa filosófico-imaginaria del genial conservador Jorge Luis Borges, y la prosa histórico-poético-política de Eduardo Galeano.

Obviamente, que actuando con criterio pedagógico (e instruidos por Piaget acerca de los estadios de desarrollo lógico-racional y ético de los niños) es perfectamente entendible que se avise a los padres, responsables y público en general, que algunas expresiones artísticas no son aconsejables para niños y púberes.

### **LA EXPRESIÓN LINEAL: ORALIDAD, ESCRITURA Y MÚSICA**

A diferencia de quienes reivindican la primacía de lo escrito sobre lo oral, por simple cronología ontogenética y filogenética consideramos en primer lugar a la oralidad, para destacar que la libre expresión (amparada por la primera norma de la ética) es condición *sine qua non* de la estética ecomunitarista, tanto en su variante en prosa como en verso. Lo mismo se aplica a la expresión escrita. En ésta vemos, en especial en la poesía, la posibilidad de una combinación con la segunda norma de la ética, ofreciendo al potencial lector una gama de palabras/expresiones desarticuladas, para que el mismo las organice a su manera, ejerciendo la función de co-creador del poema (aunque el autor del mismo pueda ofrecer en la página siguiente su propia articulación de aquél “puzzle”).

La música abarca en la Humanidad una muy variada gama de tonalidades y cada una de ellas, sea por la familiaridad con la que nos toca, o por el exotismo con que nos sorprende, nos enseña algo acerca de quienes somos. El ecomunitarismo combate cotidianamente el empobrecimiento melódico (y temático y aún lingüístico) que supone el dominio exclusivo de una sola modalidad impuesta machaconamente y por intereses comerciales a través de la radio, la TV y medios de internet; como dijo Mao aquí ha de prevalecer el lema “¡que se abran cien flores!”.

### **LA EXPRESIÓN EN UN PLANO: PINTURA, FOTOGRAFÍA, CINE, TV, COMPUTACIÓN GRÁFICA**

La pintura ha alternado desde el origen de la Humanidad expresiones figurativas y abstractas; así las pinturas rupestres nos muestran portentosos ejemplares de diversos animales, al tiempo que vemos en sus figuras humanas un proceso tendiente al abstraccionismo, por la simplificación de sus rasgos esenciales; a su vez los tatuajes corporales de los pueblos originarios, tanto en A. Latina, como en Australia, por ejemplo, nos brindan espectáculos variados de arte abstracto. De esas fuentes hemos de rescatar la referencia implícita a la tercera norma fundamental de la ética, pues en esas culturas la Naturaleza concebida como Pacha Mama, llama a respetar-preservar la salud de humanos y no humanos por igual.

En orden cronológico la pintura ha sido continuada y enriquecida (al menos en la intención) sucesivamente por la fotografía, el cine, la TV y la computación gráfica. El cine y la TV aportan necesariamente el movimiento, y se han constituido en el principal objeto de consumo de masas de la industria supuestamente cultural. No decimos nada nuevo

si observamos que tanto la reducción de la obra a la categoría de mercancía (en el contexto del arsenal de mercancías que caracteriza al capitalismo) como la estandarización simplificadora-masificadora-imbecilizante de muchas obras, aunadas al dominio imperialista de las producciones norteamericanas (que avasalla la rica diversidad cultural de la Humanidad), habrán de ser superadas en perspectiva ecomunitarista. La computación gráfica y todos los recursos computacionales accesibles por internet pueden ser vehículos para la reivindicación-enriquecimiento de tal diversidad en un intercambio cada vez más efectivamente planetario entre individuos y culturas.

La expresión estética de la Revolución cubana alcanzó en el cine su máximo nivel en los innovadores documentales de Santiago Álvarez (es cierto que, a veces, caricatural), y varias películas latinoamericanas o basadas en autores/realidades de A. Latina han reflejado con maestría el sentir de Nuestramérica (desde el optimismo romántico de “El amor en los tiempos del cólera”, inspirado en el libro homónimo de García Márquez, o la tragedia greco-carioca de “Orfeo Negro”, hasta la amargura existencial de la uruguaya “Whisky”, pasando por el realismo de denuncia de Glauber Rocha, en Brasil, o el realismo fantástico de “Relatos salvajes”, en Argentina).

Por otro lado constatamos por experiencia propia que la TV suele ser tan mala (en su dimensión estética y potencialmente educativa) tanto en la rígida y oficialista TV estatal cubana, como en las tímidas emisoras públicas del gobierno frenteamplista en Uruguay, y en las crudas expresiones neoliberales-mercantilistas que dominan a casi toda la A. Latina (acaudilladas por el imperio de Televisa, del grupo Clarín y de la Globo, en la que hacen figura de excepción algunas notables producciones como “Tiempos Rebeldes”). A. Latina (y el

mundo) tienen por delante el desafío de la hacer de la TV lo que puede y debe llegar a ser en materia de educación y esparcimiento con contenido-calidad estética ecomunitarista.

### **LA EXPRESIÓN TRIDIMENSIONAL: ESCULTURA, INSTALACIONES, ARTESANÍA**

La escultura pasó de su fase exclusivamente figurativa a expresiones cada vez más libres, que se plasman también en diversas instalaciones. No obstante, el ojo humano sigue deleitándose tanto con aquello que les recuerda a congéneres de la naturaleza como con formas enigmáticas que suscitan su interpretación (por cierto, siempre diversificada). Ese es el ojo que Marx (en sus “Manuscritos económico-filosóficos” de 1844) llamaba a humanizarse-naturalizarse cada vez más, renunciando al “posesivismo” capitalista. Incorporamos ese llamado a la visión ecomunitarista.

A su vez la artesanía (como la propia palabra lo indica, a despecho de los detractores que la consideran un “mal arte menor”), ha sido desde el origen de la Humanidad forma de plasmación de intenciones estéticas. Así lo han mostrado desde siempre todas las culturas originales. Y no por acaso, cuando la vanguardia estética del octubre rojo fue censurada, alguno de sus cultores se refugió en la Fábrica de Cerámica de la URSS, para expresar en tazas y platillos su arte.

### **LA EXPRESIÓN CORPORAL: DANZA, TEATRO, PERFORMANCES**

Wittgenstein había dicho en su *Tractatus* que de lo que no se puede hablar es mejor callar. De hecho, Wittgenstein se equivocó totalmente cuando redujo el lenguaje humano a los enunciados (que son objeto de

la Lógica clásica), como bien lo denunció implícitamente John L. Austin en su clásico *How to do Things with Words* (obra en la que nos basamos para deducir argumentativamente las normas fundamentales de la ética, ampliando la visión austiniana e incorporado el operador de condicional). Ahora bien, además de ese equívoco, que a partir de Austin hemos corregido, nos viene a la memoria una réplica que hace décadas le oímos a un filósofo argentino que expresó: “lo que no se puede decir, se baila”; aludía a la tradición indígena latinoamericana que funde al individuo con el grupo al que pertenece en una comunión no hablada celebrada-reafirmada en cada danza ritual que se repite en cada actividad comunitaria a lo largo de los años y los siglos. En nuestra diversidad pluricultural latinoamericana combinamos esa fuente comunitaria de la danza con la libre expresión individual. Y lo “individual” ha llegado al paroxismo de que en las danzas actuales de los jóvenes cada persona baila literalmente sola; pero se ha de notar que, aunque lo haga de esa manera, acude a un evento grupal para hacerlo (con lo que, más allá del individualismo fomentado por el capitalismo, sigue pulsando el “ser político” que desde Aristóteles sabemos que el ser humano es y no puede dejar de ser).

El teatro sigue cumpliendo la función comunitaria que le asignó la Grecia clásica; y también ha incorporado la libre expresividad individual. Al mismo tiempo se ha abierto de más en más a la participación del espectador, llamándolo a ser también actor de la pieza, con lo que tiende a superarse la cultura capitalista de los “ídolos”, que son impuestos por los medios masivos de in-comunicación de masas que pretenden que los “individuos de a pie” renuncien a su propia capacidad creadora, pues la misma puede movilizarse hacia: ¡la superación del capitalismo!

La “performance” facilita la expresión estética individual reduciendo al mínimo la utilería necesaria para la expresión artística, y poniendo así esa manifestación al alcance de cualquier interesado (cabiendo después al público diferenciar los talentos, según los criterios que crea pertinentes, como sucede en cualquier otra actividad artística).

### **BREVE LECTURA DE ALGUNAS VIVENCIAS ESTÉTICAS DE LOS PUEBLOS DE A. LATINA**

*Las danzas y cantos indígenas, el tango, el bolero, la samba, la bossa nova, los ritmos caribeños, los ritmos de la juventud actual.*

En A. Latina la fusión de literatura, música y expresión corporal abarca toda la riqueza humana de las vivencias estéticas.

Las danzas y cantos indígenas celebran la comunión de los seres humanos con sus semejantes y con el conjunto de la naturaleza, interpretada-vivida como Pacha Mama, o sea como Madre y como entorno al que pertenecemos y que nunca debe ser concebido como objeto de la propiedad privada de nadie. Tal visión-vivencia expresa una comprensión y aplicación concreta y diaria de la exigencia puesta por la tercera norma fundamental de la ética.

La vivencia del terruño ha sido heredada por el folklore rural, que en el Conosur ha sido encarnado en diversos ritmos acunados por la guitarra y por letras que cantan a la Tierra y al hombre de campo, y que en los años 1960 llegaron hasta las “canciones de protesta” que incentivaron la lucha de muchos segmentos jóvenes urbanos (tal fue el caso de la obra de Alfredo Zitarrosa, Daniel Viglietti y Numa Moraes, en Uruguay). Al mismo tiempo la “bossa nova” (montada en el virtuosismo de las letras de Vinícius de Moraes y de la música de Tom Jobim, deudor confeso del arte clásico de Heitor Villa-Lobos y sus “bachianas”) expresó

la aspiración amorosa tranquila de la clase media; no obstante, las inquietudes sociales y políticas de ese sector rápidamente hubieron de manifestarse en Brasil en las canciones de compromiso de algunos “tropicalistas” (como Gilberto Gil y Caetano Veloso) y de Chico Buarque de Hollanda.

El tango (muy arraigado en Uruguay y Argentina, pero con ecos fuertes en otros países latinoamericanos, como Colombia y aun la tropical Cuba, como lo descubrimos en nuestra frecuentación en los años 1970 de un viejo club nocturno habanero que databa de antes de la Revolución y en el que añosas mulatas se trataban respectivamente de “pebeta”) expresa a su manera el sentimiento trágico-angustioso de la vida. Muchas veces sus letras tratan de la desilusión, la traición amorosa, de la soledad y la desesperanza; la concentración en esa dimensión individual del sufrimiento hace que pocos tangos se hayan ocupado de las cuestiones sociales y políticas; no obstante, aflora con frecuencia en su temática la vida de los marginalizados por la sociedad capitalista (el mundo “orillero” de los guapos, los proxenetas y sus prostitutas). Ritmando con el ensimismamiento de esas vidas individuales la letra es bailada por una pareja aislada del mundo y ocupada exclusivamente de sus piruetas; Enrique Santos Discépolo dijo que el tango es un “pensamiento triste que se baila”.

El bolero expresa de manera romántica las vivencias del amor y sus trampas y desengaños. La dulzura de sus palabras (aun cuando a veces expresan amarguras) se enlaza con el contacto cariñoso de los cuerpos unidos en la danza lenta.

La samba y su contexto carnavalesco, por el contrario, exaltan la alegría de vivir un presente de corta duración, dejando en suspenso las amarguras cotidianas de la vida (que se han de prolongar en un futuro

de duración imprevisible). La catarsis del Carnaval condensa esa vivencia de manera ejemplar, incluso dotando al pobre del día a día de un boato temporario inusitado. Joãozinho Trinta, uno de los carnalescos que marcaron la máxima fiesta de Rio de Janeiro (el carnalesco es la persona que idea el tema y los motivos de los carros alegóricos y fantasías de cada ala de la Escola de Samba a cada año) decía que “al pobre le gusta el lujo, y sólo al intelectual gusta la pobreza”; esa expresión incluye a la vez, por un lado, una complicidad con la ostentación derrochadora (violatoria de la tercera norma ética) e individualista (violatoria de la segunda norma ética) promovida por el capitalismo, y, por otro, el anhelo legítimo del pobre por días mejoras en su calidad de vida; el Ecomunitarismo acata ese anhelo en su reivindicación de una vida confortable en los límites de la necesaria frugalidad ecológica, aplicando diariamente el principio que reza “de cada uno según su capacidad y a cada uno según su necesidad, respetando los equilibrios ecológicos”. Hay que notar que algunas Escolas de samba, al tiempo que despliegan un virtuosismo notable en la artesanía de sus carros alegóricos y fantasías, han adoptado el uso de materiales reciclables, no sólo por motivos de economía sino también por explícita opción ecológica.

El Carnaval andino (ejemplificado en el de Oruro) reúne el culto a los semejantes y a la Pacha Mama con la misma explosión de júbilo presentista observada en Río de Janeiro (y sospechamos que el atuendo actual de muchas bellas “cholas” que desfilan en Oruro ha sido claramente influenciado por los atavíos cariocas).

Los ritmos caribeños (por ejemplo, la salsa) comparten la vivencia dionisiaca de la samba; y como él encarnan explícitamente la sensualidad en el movimiento de los cuerpos. Aquello que las Iglesias

occidentales vienen reprimiendo durante tantos siglos aflora sin pudor en la pista de baile, porque hace parte indivisible de lo humano, mal que les pese a curas y pastores conservadores.

En la juventud actual se dan al unísono canciones muy pobres melódicamente y en sus letras (frecuentemente asociadas a una sexualidad chabacana y grosera) con variantes del rock y del rap que expresan (franca y agresivamente) sentimientos de rebeldía, y aún de revolución, con mucho contenido social y político, confirmando la esperanza de que la Humanidad siempre habrá de caminar empujada por sus jóvenes.

#### **NOTAS SOBRE LA PINTURA EN A. LATINA**

No menos abarcadora y rica que la letra-música-danza es en A. Latina la pintura. La pareja de Diego Rivera con Frida Kahlo asume el estatus de ejemplo marcante. Rivera expresa en sus murales la herencia de la Revolución Mexicana combinada con los sueños del socialismo y el comunismo inspirado de Marx y Lenin; en una de sus más conocidas obras (que incorporé a la carátula de uno de mis libros) el primer plano es ocupado por la consigna “Tierra y Libertad” (muy actual en la A. Latina de hoy). Pero como el propio Rivera decía, su compañera singular (porque desafiaron los cánones de la monogamia) lograba expresar algo que sus murales no decían; Frida encarna el realismo mágico-existencial de un cuerpo acosado por la enfermedad pero que se empeña en gozar la vida hasta la última gota (ni más ni menos que como lo hacen millones de latinoamericanos azotados por la enfermedad de la pobreza).

Juega con el cuerpo Fernando Botero, cuando interpela con sus figuras regordetas la moda anoréxica de los desfiles de alta costura. En

especial sus matronas gritan al mundo que en A. Latina (como en África) se aprecian en la mujer las carnes abundantes y generosas.

La deformación lúdica de Botero se prolonga en la semiabstracción de Osmar Santos (mi profesor de dibujo en el Liceo, a quien ingratamente pagué con mi innata incapacidad para el diseño), cuando simplifica los rasgos del rostro humano a una “T” (ojos y nariz), que algún disgusto le valió en la dictadura (recelosa de que aquello fuera un elogio sutil a los Tupamaros).

Y la abstracción completa gana colores gritantes en Glauco Rodrigues (incluso en producciones suyas que animaron las carátulas de la revista “Senhor”).

#### *Dos gotas de escultura y arquitectura*

Érico Gobbi sintetiza la fusión blanca-negra en esta A. Latina de tres raíces fundamentales (la otra es la indígena) en su “Iemanjá” de la playa de Cassino, en Brasil. Esa mujer sensual representa la belleza de una diosa coqueta (impensable para el molde judeo-cristiano) y un modelo femenino muy carnal que puede cruzarse con nosotros en cualquier esquina latinoamericana.

Esas mismas curvas son las que reivindicó Oscar Niemeyer para sus más conocidos edificios (como los de Brasilia), el mismo que al llegar a los 100 años confirmó esa inspiración al confesar abiertamente que si la política lo había motivado toda su vida (nunca renunció a su filiación comunista), “la mujer es lo más importante”.

### **UNA IDEA BÁSICA PARA LA EDUCACIÓN ESTÉTICA**

La educación estética hace parte de la educación ambiental ecomunitarista (ver López Velasco 2008, 2009a, 2009b, y 2018).

La idea básica de la educación estética ecomunitarista es que debe promoverse en cada ser humano la capacidad de crear y apreciar el arte. E insisto en el “crear”, pues ello se contrapone a la vivencia mercadológica capitalista que erige a unos pocos como “ídolos” de plateas masificadas que se autoperciben (y la gran prensa y el *show business* producen y refuerzan permanentemente esa percepción) como incapaces de hacer arte. Todo ser humano es artista; a los otros cabrá juzgar el valor que le atribuyen a la creación de cada cual; pero aún ante la poca aprobación la llama creadora ha de permanecer, para el desarrollo multilateral más amplio posible de cada individuo (universal, en el Ecomunitarismo); cada casa, barrio, escuela (de la maternal a la Universidad), centro deportivo o social, medio de comunicación y todo espacio de interacción humana, deben propiciar la manutención y aumento de esa llama. Para avivarla el incentivo a la producción ha de combinarse con una permanente, informada y variada exposición comentada-dialogada a las creaciones artísticas muy diversas, pues todas enriquecen al individuo.

Así ha de superarse la pobreza exclusivista que también en materia estética hoy crean y difunden los medios masivos de in-comunicación. Un individuo en desarrollo universal ha de convivir tanto con la figuración como con la abstracción, con Bach y Mozart como con el candombe, la cumbia y el rap, con el realismo mágico como con la literatura intimista, con la arquitectura frugal como con la majestuosidad azteca y de Niemeyer, con el teatro clásico, el renovado por “El Galpón” montevideano (parte del “Teatro Popular” de entonces, renovado en el siglo XXI por el “Teatro de Vecinos” argentino) y la más osada “performance”, etc. Luego cada quien sacará sus conclusiones para crear y apreciar con más fruición y frecuencia lo que más desee.

# 5

## BREVÍSIMAS NOTAS SOBRE LA FELICIDAD: UNA MIRADA ECOMUNITARISTA <sup>1</sup>

*Dijo Julius Fucik antes de ser asesinado por los nazis:*

*“He vivido para la alegría, por la alegría he ido al combate, y por la alegría muero. Que la tristeza no sea nunca asociada a mi nombre”*

En primer lugar, hay que distinguir entre “soy feliz” y “me siento feliz”. Porque es sabido que puedo “sentirme como un millonario”, sin serlo. Pero “ser feliz” supone que me ubico en un conjunto de personas que vive (goza de) “la felicidad”. Y en sentido fuerte esa pertenencia a ese conjunto de los felices marcaría un rasgo permanente de esa persona (como se dice “soy médico”, cuando después de graduarme me incorporé para siempre al conjunto de los médicos; de forma similar cuando se dice de otro “es un amargado” no se lo cataloga así por conductas de momentos pasajeros, sino porque de forma permanente se inscribe en el conjunto de los amargados).

No obstante, hay que cuestionar ese sentido fuerte, pues es sabido que para muchos “la felicidad” es pasajera y siempre provisoria. Según esa visión una persona puede “ser feliz” en un momento de su vida, y no serlo en el momento siguiente (quizá hasta el fin de su vida), o no haber sido feliz en el momento (o período que puede tener origen muchos años antes) anterior a aquel en el que pasa a ser feliz.

---

<sup>1</sup> Publicado originalmente en *Aporrea*, Caracas, 01/08/22, 6p. Acceso free: <https://m.aporrea.org/actualidad/a314372.html>. Em: *Filopoiesis*, Santiago de Chile, 05/08/22, 66p <https://www.filopoiesis.cl/post/brevissimas-notas-sobre-la-felicidad-una-mirada-ecomunitarista>. Em: *Rebelión*, Madrid, 10/08/22, 6p. Acceso free: <https://rebelion.org/brevissimas-notas-sobre-la-felicidad-una-mirada-ecomunitarista>. Em: *Sur y Sur*, 15/8/2022, 6 pp., in <https://www.surysur.net/brevissimas-notas-sobre-la-felicidad-una-mirada-ecomunitarista>. E na *Revista DIAPHONÍA* (UNIOESTE/Toledo, PR: e-ISSN 2446-7413), v. 8, n. 3, p. 120-125. Acceso free: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/diaphonia/article/view/30112/21091>

Ahora bien, tanto en el sentido fuerte como en el sentido débil-pasajero-provisorio, la cuestión de asumirse como alguien que “es feliz” remite a la definición de lo que es (o se entiende) por “felicidad”. Y aquí las opiniones, incluso entre los filósofos, han divergido mucho. Para Aristóteles en la *Ética a Nicómaco* la felicidad consiste en filosofar; eso implica que la persona que no filosofa, o sea, que no hace la actividad que Aristóteles hace, no es ni puede llegar a ser feliz; y así la casi totalidad de la Humanidad estaría condenada a no lograr nunca ser feliz, porque no filosofa en el sentido que el “filosofar” tiene para Aristóteles.

Para Spinoza (en su *Tratado sobre la Reforma del Entendimiento*) la felicidad se encuentra en el amor a Dios (entidad eterna e infinita, que se confunde con la Naturaleza), que trasciende el apego a las cosas materiales, los placeres y la gloria.

Kant en su *Crítica de la Razón Pura* caracterizó a la felicidad como la satisfacción de todas nuestras inclinaciones, tanto en extensión, o sea en multiplicidad, como en intensidad, o sea en grado, y como en su duración en el tiempo. (Por esta última característica Kant adheriría a lo que llamé antes “sentido fuerte” de ser feliz). Claro que en la definición de Kant (incluso si damos por sentado lo que habrá de entenderse por “satisfacción”) aún queda pendiente la muy espinosa tarea de enumerar, distinguir/delimitar, y justificar éticamente las “inclinaciones” humanas en cuestión.

Hasta aquí hemos revisitado sólo a tres exponentes de la filosofía que pertenecen a la cultura llamada blanca-occidental; y vemos que los tres difieren en su caracterización de la felicidad (y de lo que sería “ser feliz”). Y el panorama se haría aún más diverso si abordáramos las

visiones que de la felicidad tienen, por ejemplo, diferentes pueblos originarios de Abya Yala o de la India.

De ahí que por nuestra parte (salvo rarísimas excepciones que se nos han escapado), nos hemos abstenido de usar los términos “felicidad” o “ser feliz”. A partir de la deducción de las tres normas fundamentales de la Ética, que serían válidas para toda la Humanidad (porque son deducidas de la gramática profunda de la pregunta que la insta, a saber “¿qué debo hacer?”, que hace parte de todas las lenguas humanas), y que nos exigen, respectivamente, luchar para garantizar nuestra libertad individual de decisión, realizar esa libertad en la búsqueda de consensos con los otros, y preservar-regenerar la salud de la naturaleza humana y no humana, nos hemos ocupado de las condiciones y herramientas que deben ponerse a disposición de cada persona para que pueda florecer en todas las facetas de lo humano, desde que no se violen aquellas normas. O sea, de las condiciones y herramientas que le permitan a cada persona realizar sus sueños, vocaciones y habilidades, desde que la realización de los mismos no viole alguna de las tres normas éticas básicas. (En base a la segunda norma básica de la ética, la decisión sobre si ocurre o no esa violación, queda a cargo del veredicto consensual de la comunidad).

Así, con Marx, postulamos como deseable una comunidad de productores libres libremente asociados que se rija por el principio que reza “de cada uno según su capacidad y a cada uno según su necesidad, respetando los equilibrios ecológicos y la interculturalidad”. O sea, que desde que se respeten los equilibrios ecológicos, cada persona en su respectiva cultura, a cambio de su contribución a la producción comunitaria, reciba (sin salario y sin dinero, pues ambos habrán quedado en el museo de la Historia) los bienes y servicios que le hagan

falta para vivir sin apuros, con tiempo para disfrutar a los suyos y de la compañía de otros seres queridos, estudiar y/o practicar todo lo que juzgue relevante en su cultura (como, por ejemplo, las artes y los deportes), y para el ocio que le permita gozar de la vida (por ejemplo en el turismo ecológico). Ese sería el perfil del “Buen Vivir”, reivindicado por varios pueblos indígenas de Abya Yala.

Para que esa dinámica sea posible, y para reforzarla incesantemente (en base a la aplicación de la segunda norma básica de la ética), es fundamental que esa comunidad se rija por una democracia que sea en lo más posible directa, pues en ella cada persona es activa participante a partir de su libertad de opinión. Y cuando no haya más remedio que mantener instancias de democracia representativa, los representantes deben ser electos periódicamente, con número de mandatos limitados (para que no se cree una casta de gestores) y revocables por los electores a cualquier momento.

Y, reiteramos a la luz de la tercera norma básica de la ética, sólo se inscriben en el Buen Vivir las prácticas que preserven-regeneren la salud de la naturaleza humana y no humana. Este criterio sirve desde para impulsar una economía ecológica (que, por ejemplo, reduzca-reutilice-recicle sus recursos y residuos, sólo use energías renovables, y produzca alimentos orgánicos), hasta para determinar si una relación amorosa-sexual, incluso cuando se da de forma libre y consensuada, es o no éticamente legítima. (A la luz de esa tercera norma no sería éticamente legítima una relación sadomasoquista, pues, aunque se establezca de forma libre y consensuada, es tóxica para la salud físico-mental de los participantes).

Para que todo eso sea mantenido y mejorado de generación en generación, la comunidad se dotará de una Educación Ambiental

Ecomunitarista socialmente generalizada (en todas las instancias formales, o sea centros educativos, como también en las instancias no formales, por ejemplo, los medios de comunicación o los espacios asociativos, culturales o deportivos), que a tod@s abarque, desde la primera infancia hasta la vejez.

Esa educación incluirá una educación sexual que promueva el sano y libre placer consensuado y se oponga al machismo y la homofobia, una educación estética que a todos haga posible la práctica y el disfrute de las artes, y una educación física que promueva la salud, mediante, entre otros mecanismos, la práctica de deportes formativos y cooperativos (en vez de los actuales deportes competitivos y crematísticos). La persona que viva en/según todas las circunstancias arriba resumidas (que serían la realidad cotidiana en el Ecomunitarismo) sería una persona “feliz”, o sea, habría alcanzado la “felicidad”.

Conste que esta caracterización puede ser cuestionada a partir de la hipótesis pesimista de Schopenhauer (ver “El mundo como voluntad y representación”), para quien la existencia humana oscila entre el sufrimiento y el aburrimiento; en efecto, dijo, si nuestros deseos no son satisfechos padecemos sufrimiento y tristeza, y si son satisfechos padecemos aburrimiento.

Ahora bien, si mantenemos la hipótesis ecomunitarista según la cual la puesta a disposición de cada persona de las condiciones de vida que antes hemos resumido conlleva al florecimiento de personas felices, resultaría de esa suposición que hasta que no se construya el Ecomunitarismo en todas sus dimensiones, no habrá personas felices (por lo menos plenamente felices). Mas si esto es así cabe preguntarse por los grados de felicidad que podemos alcanzar antes de la

construcción plena del Ecomunitarismo (que probablemente no ocurra nunca, dada su dimensión utópica).

Y aquí parece no haber una respuesta única y precisa. Pues puede suceder, por ejemplo, que personas que tengan resueltas sus necesidades materiales para tener una vida sin apuros, no gocen de buena salud (por descuidos propios o no), y/o no tengan una alegre convivencia afectuosa con familiares y otras personas próximas, y/o no tengan una participación ciudadana activa en los mecanismos democráticos, y/o no se cultiven, o no creen y disfruten de las artes o de los deportes que una educación ambiental socialmente generalizada pone a su disposición, y/o que no tengan la satisfacción sexual que desearían, y/o que no fueran miembros activos de los medios de comunicación libre y simétrica disponibles para todos, y/o que no disfrutasen y cuidasen de/a la naturaleza no humana. En ese caso resulta obvio que, según nuestra hipótesis, esas personas no alcanzarían sino un grado muy limitado de felicidad.

Y lo mismo ocurriría en cualquiera de las muchas otras combinaciones posibles entre las variables que aquí hemos enumerado. Por ejemplo, podrá haber personas que tengan una amorosa vida familiar y de amistades, y que tengan una vida ciudadana muy activa, pero que vivan en permanentes apuros en lo referente a los bienes materiales indispensables a un Buen Vivir. Es claro que en ese caso su felicidad también sería parcial. Mas nótese que no podríamos compararla cuantitativamente con la alcanzada por las personas del ejemplo anterior, pues no hay una unidad de medida que sirva tanto para bienes materiales como para afectos y participación ciudadana.

Y también podría haber personas muy dedicadas al estudio, las artes y los deportes, pero omisas en las cuestiones ciudadanas y/o que

no alcanzan la satisfacción sexual que desearían, con lo que serían felices sólo en cierto grado (que tampoco se podría comparar cuantitativamente con el alcanzado en los dos casos anteriores, por la inconmensurabilidad de las variables en juego).

Y así se podrían seguir enumerando sucesivos ejemplos de combinaciones diversas entre las variables mencionadas, que nos pondrían en presencia de personas felices solo en cierto grado, o sea solo parcialmente felices. Ahora bien, esa es la realidad de todos quienes vivimos antes de la construcción completa del Ecomunitarismo (al menos en su mayor grado humanamente posible). Y si esa realidad es por un lado frustrante, pues nos marca la limitación de la felicidad que alcanzamos, por otro lado, es halagüeña, pues nos indica que en el proceso de lucha para superar el capitalismo que protagonizamos con vocación ecomunitarista, podemos alcanzar, aún dentro del capitalismo, cierto grado de felicidad.

Nuestro desafío será hacerlo realidad y ampliarlo lo más que sea posible en el sentido ecomunitarista, o sea, no contra la felicidad de los otros, sino junto y en combinación con la de ellos. Esa vivencia de la felicidad incluye por ejemplo, entre otras, a las familias y círculos de amig@s amoros@s, el fortalecimiento de las comunidades de los pueblos originarios (de las que tanto tenemos que aprender en materia de conductas solidarias, ecológicas y de decisiones consensuales que no recurren al voto de mayoría), la creación de cooperativas y mecanismos de economía solidaria (por ejemplo de producción y consumo de alimentos orgánicos), y cooperativas de viviendas ecológicas basadas en el mecanismo de la ayuda mutua (que luego pasarán a ser núcleos habitacionales ecomunitaristas). Esa vivencia comprende el impulso permanente de la educación y prácticas ambientales ecomunitaristas

(en todos los espacios de la educación formal y no formal), la lucha por la ampliación de mecanismos políticos de democracia directa (por ejemplo, a través de organizaciones comunitarias, plebiscitos, referendos y consultas populares), la creación de sindicatos y organizaciones políticas ecomunitaristas (actuando e influyendo también en las instancias sindicales ya existentes), la creación de medios comunitarios de comunicación y el uso ecomunitarista de las redes sociales, la creación de espacios populares de artes y de deportes formativos-cooperativos, y la creación de mecanismos de autodefensa popular, autónomos en relación al aparato policial-militar del Estado capitalista (muy infiltrado por el crimen organizado y formado para ver en el pueblo a su enemigo).

Y nótese que esas vivencias ecomunitaristas, construidas con y no contra los otros, no incluyen el respeto de la supuesta felicidad del capitalista, pues la misma se edifica violando las tres normas de la Ética, ya que la empresa capitalista no respeta la libertad de decisión de los asalariados, ni se rige por un funcionamiento basado en decisiones consensuadas con los mismos, y porque el capitalismo destruye y contamina a la naturaleza humana y no humana, por los sufrimientos psicosomáticos que inflige a los humanos (por ejemplo, por los bajos salarios pagados, por estrés causado por ritmos productivos infernales, o por el asedio permanente basado en el temor del asalariado al desempleo y la falta del salario que le permite sobrevivir, o por accidentes o enfermedades laborales que la lógica del lucro no se digna a tratar de evitar, etc.), y por la devastación y contaminación capitalista de la naturaleza no humana que hoy nos pone ante la inminencia de una catástrofe ecológica planetaria.

Ante ese desastre para lo humano y lo no humano que es el capitalismo, la lucha ecomunitarista intentará mostrar que incluso el capitalista será más feliz cuando sea despojado de su condición de explotador de humanos y destructor-contaminador de no humanos, y pase a hacer parte de la comunidad ecomunitarista en la que, a cambio de lo que él le aporte como persona asociada solidariamente a las demás personas, recibirá todo lo que necesite para cubrir sus necesidades (y las de sus familiares) existenciales éticamente legítimas.

# 6

## **ECOMUNITARISMO MÁS ALLÁ DE AGAMBEN: BREVÍSIMAS REFLEXIONES <sup>1</sup>**

Se acaba de publicar una breve entrevista al Sr. Giorgio Agamben intitulada “Polemos epidemios” (ver en Posta Porteña del 23/07/2020 in <http://infoposta.com.ar/notas/11192/polemos-epidemios/>).

Muy breve será también aquí nuestra crítica-propositiva acerca de tres aspectos de las respuestas de Agamben en esa entrevista.

Empezamos por deshacer un equívoco obvio. Agamben contrapone implícitamente la “nuda vida biológica” a la vida política-ciudadana al defender la idea de que las políticas de cuarentena y distanciamiento adoptadas para combatir la pandemia del COVID-19 responden a una estrategia de dominio basada en la biopolítica. Creo que hay que aclarar que la crítica de lo segundo no valida la contraposición inicial. Me explico. A partir del operador lógico de “condicional” que he usado para deducir las tres normas fundamentales de la Ética a partir de la pregunta que la instaura, resulta obvio que estar vivo es condición de poder desarrollar una actividad política-ciudadana (por ejemplo, para criticar al capitalismo y buscar su superación rumbo al Ecomunitarismo).

Que Agamben se enreda en esto lo muestra el fin de la entrevista, al defender la pertinencia de la convergencia entre la ultraderecha y

---

<sup>1</sup> Publicado originalmente na *Revista DIAPHONIA* (UNIOESTE/Toledo, PR: e-ISSN 2446-7413), v. 8, n. 2, out/2022. Acesso free: <https://saber.unioeste.br/index.php/diaphonia/article/view/29968> DOI: <https://doi.org/10.48075/rd.v8i2.29968>

una supuesta izquierda alemana cuando ambas se oponen a la cuarentena y el distanciamiento, pues omite Agamben que la ultraderecha (heredera del nazismo en Alemania) desprecia la vida de los asalariados y pobres y le sobrepone la necesidad de “normalizar” las actividades económicas, o sea la valorización del capital; de ese desprecio proviene también su campaña contra las vacunas (que comparten algunas fuerzas de supuesta izquierda), una vez más en nombre de la supuesta “libertad” del individuo, ahora ante el Estado vacunador. Sucede que la Historia ya ha demostrado fehacientemente que, por ejemplo, sin la vacuna contra la tuberculosis (la BCG), incontables millones de personas (y en especial de pobres, que son quienes tienen peores alimentación y condiciones sanitarias y de vivienda) seguirían muriendo en todo el mundo (como infelizmente siguen muriendo en los países más explotados del capitalismo mundial), y no podrían luchar por la superación del capitalismo; y que sin la vacuna contra la poliomielitis, muchos millones de personas cargarían con el terrible flagelo de la parálisis o la semiparálisis motora de por vida, dificultándoles la lucha por la superación del capitalismo.

En estos casos y también ante la actual pandemia del COVID19 se aplica el mismo principio: cuanto más sanas (física y mentalmente) estén las personas (y en especial los más pobres), mejores condiciones tendrán de luchar contra el capitalismo y por el Ecomunitarismo. Algo ejemplar a ese respecto sucedió en Brasil cuando el sociólogo Herbert de Souza (Betinho) lanzó en 1994 las bases de lo que desde 2003 sería el Programa “Hambre Cero”, para proveer de comida a los hambrientos; a quienes lo acusaban desde una falsa izquierda de cometer el pecado de “asistencialismo” (que se contrapondría a la lucha por el socialismo),

Betinho respondió con toda razón que un pobre muerto no lucha (y yo agregó, un mal nutrido luchará con poca fuerza físico-espiritual).

En óptica similar, defendemos en la actual pandemia la necesidad de que las personas sin ingresos o con escasos ingresos tengan la ayuda pública suficiente y durable (en especie o dinero) para que puedan hacer la cuarentena con un digno nivel de vida y sin verse obligados a arriesgar sus vidas por la necesidad de ganarse el pan (volviendo prematuramente a sus trabajos, como lo exigen los empresarios). Y para la postpandemia defendemos la implantación de Programas permanentes de Ingreso Mínimo, que serían la prórroga *sine die* de esas ayudas de emergencia para enfrentar la pandemia.

En segundo lugar, cuando Agamben critica al distanciamiento social como una medida de control biopolítico, él mismo da la respuesta, al recordar que las nuevas tecnologías de comunicación (informática e internet) permiten que las personas, incluso distantes físicamente las unas de las otras, puedan coordinarse para una acción política continuada. Por nuestra parte interpretamos ese distanciamiento como una precaución necesaria para preservar la vida de l@s luchadoras/es, y esa comunicación informática como una herramienta para mantener viejas camaraderías y crear otras nuevas, para que, tan pronto como sea posible y con las debidas medidas preventivas, vuelvan a manifestarse como lucha política presencial, con las personas juntándose también físicamente en las calles y demás espacios públicos.

Y por último Agamben enuncia una disyuntiva postpandemia entre el triunfo de un sistema-Estado despótico, o el de uno democrático; no sin advertir que la democracia burguesa, con su separación de tres poderes y el Parlamento y la Constitución ha sido superada. En A. Latina sabemos desde siempre lo que es y cómo actúa un Estado despótico,

suprimiendo libertades e imponiendo la censura, la cárcel, la tortura y el asesinato. Su más reciente expresión más aguda data de las dictaduras impuestas en los años 1960 sobre la base de la Doctrina de Seguridad Nacional, al servicio de las oligarquías locales y del Imperio yanqui-OTAN (doctrina que aún hoy permanece viva en casi todos los Ejércitos latinoamericanos).

En los actuales Estados latinoamericanos postdictadura el despotismo se ejerce disfrazado de seudodemocracia seudorrepresentativa, al servicio de aquellas mismas oligarquías e Imperio. Ahora bien, A. no nos dice nada sobre la otra pata de la disyuntiva. Porque cuando dice “Sólo si somos capaces de fijar nuestra mirada con lucidez en las nuevas formas de despotismo que han sustituido a aquéllas (N.B. por ejemplo el fascismo), podremos eventualmente ser capaces de definir las nuevas formas de resistencia que podremos ofrecer”, el entrevistador, en vez de preguntar qué resistencia es esa y qué tipo de democracia defiende, cambia de tema, introduciendo la cuestión de los refugiados.

Por nuestra parte, en perspectiva ecomunitarista rescatamos la importancia que tiene la Asamblea Constituyente mediante la cual la comunidad regional y/o nacional debate y después aprueba en referendo la Carta Magna de la convivencia socio-ambiental-intercultural-política. Y al mismo tiempo apuntamos hacia un necesario más allá de la seudodemocracia seudorrepresentativa burguesa, postulando una democracia directa siempre que posible (desde la asamblea local, hasta el nivel nacional y planetario, donde las deliberaciones y votaciones son hoy muy facilitadas por el uso de internet), por lo menos participativa cuando la forma directa no es posible, y representativa en último caso y para las pocas funciones que

se revelen indispensables, pero cuidando que los representantes sean revocables a cualquier momento por quienes los eligieron, y puedan ejercer sólo dos mandatos, para promover la rotación de muchos (idealmente tod@s) l@s ciudadan@s en el ejercicio de esas funciones.

También hemos mostrado cómo ni la separación en tres poderes ni los actuales Partidos son una necesidad de esa democracia con horizonte ecomunitarista<sup>2</sup>. Todo eso articulado con una economía ecológica y sin patrones, una educación ambiental generalizada (que incluye una educación sexual para el goce del libre placer compartido y que combata el machismo y la homofobia, y también una educación física superadora del deporte competitivo y crematístico), una comunicación simétrica (que pone en manos de las comunidades los actuales medios de los monopolios mediáticos), y una estética de la liberación<sup>3</sup>.

---

<sup>2</sup> Ver nuestro reciente artículo "Ecomunitarismo y Democracia hoy y mañana: ideas fundamentales" in <https://www.aporrea.org/ideologia/a292879.html>

<sup>3</sup> Ver, por ejemplo, Sirio López Velasco "Ética ecomunitarista", UASLP, México 2009, "Filosofia da Educação" in <https://www.editoraphillos.com/siriolopesvelasco>, y el reciente artículo "Cuba y A. Latina: utopía, realidad y futuro, in Posta Porteña <http://info posta.com.ar/notas/11185/cuba-y-a-latina-utop%C3%ADa-realidad-y-futuro/> y su versión en inglés "What would Che Guevara Say to COVID-19?", in in <https://www.resilience.org/stories/2020-07-22/what-would-che-guevara-say-to-covid-19/>.

# 7

## A ESTA ALTURA YA NO LEO, RELEO <sup>1</sup>

Creo que fue Borges quien en su vejez dijo: “A esta altura de mi vida ya no leo, releo”.

Aunque a los 71 años no llego al extremo de ese aserto inmovilista, pues leo textos actuales, de preferencia relativos a las culturas y vida sociopolítica y ambiental de América Latina, debo confesar que en parte aquel dicho me representa. Y lo que es peor: releo textos que yo mismo escribí.

Al hacerlo saltan a la vista dos constataciones amargas.

Por un lado, considero, como muchos de mis predecesores y contemporáneos en el arte de la escritura, que lo que dije no tuvo ni la milésima parte del eco que creí que merecían. Y me asalta la duda de si ello no se debe al simple hecho de que, como sucedió/sucede con la gran mayoría de aquellos compañeros de infortunio, el poco eco recogido no es sino mero reflejo del escaso mérito real de los escritos en cuestión.

Y en segundo lugar se hace patente la constatación de que la Historia no ha seguido el derrotero de mis mejores deseos para los pueblos de Abya Yala y para la Humanidad y el planeta en general. Eso porque, a pesar de que las luchas populares se suceden cada día en nuestro Continente y en la Tierra, una y otra vez el capitalismo ha resistido y se ha reinventado, aunque sea parcial y cosméticamente,

---

<sup>1</sup> Publicado originalmente em: *Aporrea*, Caracas, 22/1/23, 2p. Acceso free: <https://www.aporrea.org/actualidad/a318941.html> E também em: *Rebelión*, Madrid, 27/1/23. Acceso free: <https://rebelion.org/a-esta-altura-ya-no-leo-releo/>

cerrando las puertas al rumbo ecomunitarista. En efecto, desde mi llegada a la edad madura he visto cómo los países que supuestamente habían dejado atrás al capitalismo, volvían a él, a veces en su versión mafiosa. Y un poco más tarde y hasta el presente, presencié/presencio el triste espectáculo de gobiernos que se autointitularon “progresistas” y ceden una y otra vez ante límites capitalistas, para infelicidad de los humanos y sufrimiento del resto del planeta.

No obstante, esas amargas constataciones no me hacen renegar de mis sueños, ni privarme del placer de re-saborear algunas de las páginas de mi puño y letra que creo mejor logradas. Tanto en el campo de la fundamentación última de la Ética (donde creo inmodestamente que nadie me ha superado), como en las diversas facetas del Ecomunitarismo, donde las normas éticas fundamentales se aplican o deberían aplicarse, pasando por las novelas cortas y los relatos donde las experiencias reales vividas con mi esposa desde hace más de medio siglo, se combinan con la ficción.

Así reivindico, entre otros escritos, por ejemplo, lo expuesto en “Ética ecomunitarista” y en “Contribuição à teoria da democracia: uma perspectiva ecomunitarista”; y simultáneamente re-disfruto las aventuras juveniles compartidas con mi esposa en “Los exiliados” (el primer relato del libro “Los exiliados y otros relatos”).

Y como todo escritor ignorado (o casi ignorado) me queda la ingenua esperanza de que la generación de mi nieto Sirio Lorenzo (hoy con 4 años recién por cumplirse) descubra alguna esmeralda en la floresta de mis escritos, y que inspirada en la sana locura que comparto con Alonso Quijano, haga realidad por lo menos parte del Ecomunitarismo.

# 8

## **ECOMUNITARISMO Y DESCOLONIZACIÓN EN FILOSOFÍA Y CIENCIAS: BREVÍSIMAS NOTAS INTRODUCTORIAS <sup>1</sup>**

Aquí pretendemos avanzar unas brevísimas notas introductorias que muestren cómo y por qué la deducción argumentativa de las tres normas éticas fundamentales que hemos realizado a partir de la gramática profunda de la pregunta que instaura la Ética (¿Qué debo hacer?), y la propuesta ecomunitarista de múltiples dimensiones que se asienta sobre aquellas normas, al marcar un claro horizonte de recuperación del comunalismo indígena latinoamericano en el contexto de una propuesta poscapitalista, también resuelve cuestiones básicas de la descolonización en lo que respecta nada menos que a la Filosofía y a las Ciencias.

Empecemos por el principio. Una colonia es una extensión de una cierta cultura, con su manera de pensar y vivir, a un nuevo territorio, distinto del suyo original. Así, por ejemplo, son muy conocidas las colonias griegas, creadas incluso a partir de consideraciones filosóficas sobre cuál sería la población ideal de una Polis; al extrapolarse ese número se proponía que la población sobrante se asentase en otros territorios, creando allí nuevas Polis que emularían a la original. Y así

---

<sup>1</sup> Publicado originalmente en: *Aporrea*, Caracas, 9/2/23, Acceso free: <https://www.aporrea.org/ideologia/a319446.html>. También en: *Filopoiesis*, Santiago de Chile, 16/2/23. Acceso free: <https://www.filopoiesis.cl/post/ecomunitarismo-y-descolonización-en-filosofía-y-ciencias-brevísimas-notas-introductorias>

la civilización griega se extendió a, por ejemplo, territorios de la actual Sicilia, creando allí ciudades émulas de las griegas.

Luego, cuando conjuntamente con el nacimiento del capitalismo se da la conquista europea de América (al principio a cargo de España y Portugal, y luego incorporando a Francia, Inglaterra y Holanda) se crean en Abya Yala copias de la manera de pensar y vivir de aquellas naciones europeas, al precio de la masacre por enfermedades y matanzas y de la esclavización y marginalización de las culturas indígenas aquí existentes. Y ese proceso se prolongó más allá de la supuesta primera independencia, llegando hasta los días actuales.

Así ya en los años 60 el peruano Augusto Salazar Bondy denunciaba que nuestra Filosofía era alienada, por ser copia de las europeas, y no pensamiento propio de nuestra realidad. Y otros han dicho que lo mismo ocurre con las ciencias practicadas en este continente. Mas este último punto se ha hecho más difícil de aceptar, por cuanto ha penetrado hasta los tuétanos de nuestros aparatos académicos la idea de que la ciencia verdadera es aquella libre de valores (como lo propugnó Weber).

Ahora bien, no somos los primeros en destacar que esa pretensión de ser libre de valoraciones ya es una valoración, que condena como no-ciencia todo pensar que incluya alguna valoración explícita. Y una vez que tomamos conciencia de ello constatamos que es esa supuesta ciencia libre de valoraciones la que creó todos los instrumentos tecnológicos del capitalismo, que han desencadenado la destrucción y contaminación irreversible del Planeta, que hoy afecta a las tierras, aguas y aires, ha extinguido y extingue a muchas especies, y pone en riesgo la supervivencia de (por lo menos gran parte) la Humanidad. Por el contrario, sabemos que los saberes indígenas respetan y preservan a

la Pacha Mama, y con ello preservan un hábitat sano para que los humanos puedan disfrutar de un Buen Vivir. Por lo tanto, en materia de ciencias, lo que se impone como tarea descolonizadora es recuperar esa perspectiva valorativa del saber/vivir indígena, incorporando las aportaciones “blancas” y de otros horizontes (negra, asiática, etc.), que no contradigan ese marco valorativo en un constructo intercultural plurinacional. Simultáneamente converge con ese rescate del modo indígena de pensar/vivir la reivindicación de las tres normas fundamentales de la Ética antes citadas (que nos obligan, respectivamente, a luchar para realizar nuestra libertad individual de decisión, a realizar esa libertad en búsquedas de respuestas consensuales con los demás, y a preservar-regenerar la salud de la naturaleza humana y no humana), pues ellas dan una base valorativa a las ciencias (a diferencia de lo propagado por Weber), orientándolas y poniéndoles los límites que no deben transponer (o sea, aquellos en los que se respeta la libertad individual de decisión, la búsqueda de consensos y la preservación - regeneración de la salud de la naturaleza humana y no humana).

Esas tres normas dan también base a la(s) Filosofía(s) descolonizadoras y a todas las dimensiones del ecomunitarismo (en especial en la economía ecológica y sin patrones, la educación ambiental ecomunitarista socialmente generalizada, la erótica y estética de la liberación, la política intercultural y plurinacional de todos, y la comunicación simétrica), que nos llevan más allá del capitalismo, incorporando el Buen Vivir indígena; ese movimiento de superación también recoge del capitalismo aquellos frutos que no violan las tres normas éticas fundamentales, por ejemplo, las tecnologías de las

energías limpias y renovables, como la solar y la eólica, acordes a la tercera norma ética fundamental.

## **ECOMUNITARISMO E INTELIGENCIA ARTIFICIAL NO-INTELIGENTE Y NO-UNIVERSAL<sup>2</sup>**

En febrero de 2023 un amigo me informó desde Montevideo (Uruguay) que hizo la siguiente pregunta a la IA Chat GPT de OpenAI: “Defina qué es Ecomunitarismo y diga quiénes son sus principales teóricos”.

Y obtuvo la siguiente respuesta: “El ecomunitarismo es una teoría política y social que combina aspectos del comunitarismo y el ecologismo. Busca crear comunidades sostenibles que valoran la diversidad cultural y ambiental y promueven la justicia social y la protección del medio ambiente. Los principales teóricos del ecomunitarismo incluyen a thinkers como Murray Bookchin, Bill Devall y George Sessions”.

Ocurre que:

1) Como se ve, la respuesta incluye el término “Ecomunitarismo” y no “Comunitarismo”; y además, en vez de la equivalente voz castellana “pensadores”, usa el vocablo inglés “thinkers”.

2) Por lo que sé ninguno de los 3 autores citados usó el término «Comunitarismo». George Sessions y Bill Devall (ya fallecidos en 2016 y 2009) pertenecieron al movimiento de la Ecología Profunda (Deep Ecology), y cité al primero de ambos al presentar la Plataforma de 8 puntos de ese Movimiento en las p. 32-33 (y que luego critiqué, junto al

---

<sup>2</sup> Publicado originalmente en: *Aporrea*, Caracas, 12/2/23, 3p., in <https://www.aporrea.org/internacionales/a319522.html>. También en: *Rebelión*, Madrid, 22/2/23, 3p. Acceso free: <https://rebellion.org/ecomunitarismo-e-ia-no-inteligente-y-no-universal/>

Biocentrismo de Izquierda hasta la p. 41) del vol. III de mi trilogía «Ética de la Liberación», que publiqué en Pelotas, Brasil, en unas pocas decenas de ejemplares en 2000 (los dos primeros volúmenes de esa trilogía habían sido publicados por CEFIL, Campo Grande, MS, Brasil, en 1996 y 1997 con unos mil ejemplares cada volumen). Ese trecho hace parte del Cap. 2 de aquel tercer volumen; intitulé a ese capítulo «El Ecomunitarismo en el conjunto de las propuestas de eco-liberación» (pp. 30-65 de aquel tercer volumen) en el que, además de esos dos movimientos, sometí a crítica desde el Ecomunitarismo y mostrando diferencias en relación al mismo, al Biorregionalismo, el Ecofeminismo, el Ecosocialismo y el Ecologismo popular/de los pobres/neopopulismo ecológico.

Todo ese capítulo fue luego incorporado en portugués a mi libro de 2003: *Ética para o século XXI: Rumo ao Ecomunitarismo* (p. 93-124, São Leopoldo, RS: Editora Unisinos), que recogía en un solo volumen la agotada trilogía *Ética de la Liberación* y fue reeditado en 2005 con un total de unos mil o dos mil ejemplares.

Y posteriormente en 2009 ese capítulo salió nuevamente en español en mi «Ética ecomunitarista» (pp. 72-94, Ed. UASLP, San Luis Potosí, México, en mil ejemplares), que es la versión española con algunos agregados y poquísimas correcciones del libro en portugués recién citado. “Ética ecomunitarista” se encuentra disponible gratuitamente en internet en los siguientes links: <https://rebelion.org/download/etica-ecomunitarista-etica-para-el-socialismo-del-siglo-xxisirio-lopez-velasco/> (en el sitio de Rebelión) y en <https://www.scribd.com/document/557262193/Etica-ecomunitarista>.

3) No conocía a Murray Bookchin (también fallecido, en 2006) y ahora veo en internet que es presentado como un autor autodidacta

estadounidense primero «anarquista» y luego “comunalista”, “pionero en el movimiento de la Ecología”.

4) Cabe levantar la sospecha de que Chat GPT tiene como grave limitación/defecto/falta el hecho de consultar SOLAMENTE fuentes en inglés. Si así fuere estaría ignorando, entre otras, a dos lenguas como el castellano y el portugués (en las que he publicado el grueso de mi obra y vengo exponiendo acerca del Ecomunitarismo desde hace más de dos décadas) que son habladas hoy como lengua materna, respectivamente, por 500 millones y por, al menos, 250 millones de personas.

Y en el caso del Ecomunitarismo esa herramienta de IA cometió un segundo error, pues entre 2020 y 2021 la muy conocida/leída plataforma Resilience.org editada en Washington D.C. (USA) publicó en inglés y con mi firma (gracias a las traducciones de Jane K. Brundage) los siguientes breves artículos que hablan del Ecomunitarismo:

Interview of Sirio López Velasco, in Resilience.org, Washington D. C., USA, 30-06-2020, 4 pp., disponible en: <https://www.resilience.org/stories/2020-06-30/an-ecomunitarian-vision-interview-with-philosopher-sirio-lopez-velasco/>

Sirio López Velasco, What would Che Guevara Say to COVID-19? in Resilience.org, Washington, USA, 4 pp., 22/7/2020, disponible en: <https://www.resilience.org/stories/2020-07-22/what-would-che-guevara-say-to-covid-19/>

Sirio López Velasco, “E-communitarian Democracy: What is it?”, in Resilience.org, Washington, EEUU, 3 pp., 10/8/20, disponible en: <https://www.resilience.org/stories/2020-08-10/e-communitarian-democracy-what-is-it/>

Sirio López Velasco, “E-communitarian Democracy: What is it? Part 2”, in Resilience.org, 3 pp., 24/08/20, disponible en:

<https://www.resilience.org/stories/2020-08-24/e-communitarian-democracy-what-is-it-part-2/>

Sirio López Velasco, For an e-communitarian union of experiences in Abya Yala, in Resilience.org, 13/09/20, Washington, USA, 3 pp., disponible en: <https://www.resilience.org/stories/2020-09-13/for-an-e-communitarian-union-of-experiences-in-abya-yala/>

Sirio López Velasco, Uruguay/Ecommunitarianism, Inequality and Individual Differences, in Resilience.org, Washington, USA, 5 pp., 05-10-20, disponible en: <https://www.resilience.org/stories/2020-10-05/uruguay-ecommunitarianism-inequality-and-individual-differences/>

Sirio López Velasco, “Why Do We Struggle? For the Shared Enjoyment of Life and Caring For the Rest of Nature”, in Resilience.org, Washington, EEUU, 11/11/20, 3 pp., disponible en: <https://www.resilience.org/stories/2020-11-11/why-do-we-struggle-for-the-shared-enjoyment-of-life-and-caring-for-the-rest-of-nature/>

Sirio López Velasco, “Bolivia / Reflections on the Inaugural Adresses of President Luis Arce and Vice President David Choquehuanca”, in Resilience.org, 16/11/20, Washington, USA, 8 pp., disponible en: <https://www.resilience.org/stories/2020-11-16/bolivia-reflections-on-the-inaugural-addresses-of-president-luis-arce-and-vice-president-david-choquehuanca/>

Sirio López Velasco, Coronavirus, capitalism and Eco-communitarianism, in Resilience, Washington (USA), 3 pp., 05/04/21, disponible en: <https://www.resilience.org/stories/2021-04-05/coronavirus-capitalism-and-eco-communitarianism/>

Sirio López Velasco, «Realism, Utopia and E-communitarianism», in Resilience, Washington D.C., USA, 11/07/21, 3 pp., disponible en:

<https://www.resilience.org/stories/2021-08-11/realism-utopia-and-e-communitarianism/>

Y además de todos esos textos publicados por Resilience.org un periódico científico editado en Michigan (USA) publicó en 2020 el siguiente breve artículo:

Sirio López Velasco, “E-Communitarianism, Democracy and Environmental Education: Brief Notes”, in *Annals of Bioethics & Clinical Applications (ABCA)*, Troy (Michigan), USA, INSS 2691-5774, Vol. 3 issue 4, 15/12/2020, 2 pp., disponible en: <https://medwinpublishers.com/ABCA/e-communitarianism-democracy-and-environmental-education-brief-notes.pdf>

5) Ahora bien, ante el monopolio de las publicaciones en inglés en las herramientas de IA y la gran predominancia de las publicaciones en esa lengua en las diversas herramientas (bases, repositorios, etc.) de captación/divulgación filosófico/científico/académica disponibles en Internet, propugnamos la superación de ese actual mundo unipolar para que creemos entre tod@s un mundo sin “polos” centralizadores-dominantes en el que cada parte/lengua valga tanto como l@s demás (así como ocurre con los rectángulos y nudos de una red de pesca, que valen todos por igual para que exista la red), poniendo al alcance de tod@s todas las traducciones necesarias, para mayor enriquecimiento cultural de la Humanidad entera.

6) Conclusión: mal que le pese a la IA no-inteligente y no-universal (en este caso el Chat GPT) el padre del Ecomunitarismo es un tal Sirio López Velasco.

# 9

## DEL BUEN VIVIR INCA A LA ECONOMÍA ECOMUNITARISTA <sup>1</sup>

En este trabajo pretendemos rescatar brevemente algunos rasgos fundamentales de la economía incaica, y mostrar cómo los mismos pueden actualizarse en una perspectiva económica ecomunitarista, sin patrones y ecológica (en especial en aquellos países, como Perú, Bolivia y Ecuador, en los que el comunismo indígena se remonta a, por lo menos, los tiempos de los Incas). El Libro V del primer tomo de los “Comentarios reales de los Incas” del Inca Garcilaso de la Vega será nuestra referencia en lo relativo a la economía incaica.

El lema que guía a la economía ecomunitarista reza: “de cada uno según su capacidad y a cada uno según su necesidad, respetando los equilibrios ecológicos y la interculturalidad”.

Lo que llamamos “el Buen Vivir incaico” realiza a su manera ese lema en su economía, salvo en lo que tiene que ver con la interculturalidad (pues el Inca fue un Imperio que conquistó y sometió a otros pueblos), y al parecer también con una excepción, en lo que respecta a los equilibrios ecológicos pues Garcilaso nos dice que su ganado era tan numeroso en tierras de poca pastura, que cuando llegaron los españoles ya no tenían dónde hacerlo pastar. (Esto sería un caso típico de violación de los límites de la capacidad de soporte

---

<sup>1</sup> Publicado originalmente en la revista *DIAPHONIA*, e-ISSN 2446-7413, DOI: <https://doi.org/10.48075/rd.v9i1.30677>, v. 9, n° 1, p. 150-154, fev/2023. Acceso *free*: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/diaphonia/article/view/30677>

exigidos/puestos por una economía ecológicamente sostenible). Mas cuando decimos que la economía incaica realizaba la primera parte de aquel lema nos basamos en lo que nos refiere Garcilaso sobre la ausencia de miserabilidad y de mendicidad entre los incas, así como al hecho de que la satisfacción de las necesidades de una vida decorosa para todos se hacía posible mediante la contribución productiva de todos; así hay que anotar que también el Inca y la nobleza cultivaban las tierras que les eran asignadas individualmente, y que los sacerdotes también lo hacían cuando no estaban en los templos. Incluso los ciegos se ocupaban de labores productivas, como, por ejemplo, la de desgranar maíz. La ausencia de mendicidad es reforzada por Garcilaso cuando narra el único caso de la única mendiga que conoció personalmente (o sea que ya estamos en los tiempos de la Colonia), que, dice, era insultada por los indios cuando la veían pidiendo. Hay que recordar que los incas consideraban la falta de laboriosidad como una falta social gravísima, al punto que penalizaban incluso con castigos corporales a quienes no regaban a tiempo las tierras que les habían sido asignadas; igualmente, nos dice Garcilaso, si los mensajeros oficiales encontraban en los caminos posadas o incluso atención médica cuando la requerían, eran castigados los “caminantes” que se lanzasen al mundo por decisión propia. (No está de más recordar que la actual cultura aymara considera la flojera para el trabajo como uno de los tres pecados capitales, junto con el robo y la mentira). Y vale la pena recordar, con Garcilaso, que los incas lograron garantizar ese “buen vivir” individual sin contar con el arado, pues la labor que a éste le asignamos era cumplida por un simple palo.

La atención de las necesidades de cada uno daba atención prioritaria a los más necesitados; así las primeras tierras que eran

labradas en trabajos comunitarios eran las de los impedidos por vejez o enfermedad, las de los huérfanos y las viudas (en cuyo grupo se contabilizaban también las esposas de guerreros ausentes a raíz de sus tareas militares). Una vez labradas esas tierras, cada vasallo labraba las suyas, pero lo hacía con la ayuda de sus vecinos. El Ecomunitarismo reivindica ese permanente esfuerzo colectivo en pro de cada individuo (que es la contrapartida del esfuerzo de cada individuo, en el límite de sus capacidades, en pro de la comunidad), y la necesidad del permanente amparo comunitario a los más necesitados. Las últimas tierras labradas eran las del Sol y las del Inca, y los vasallos, dice Garcilaso, agradecidos porque se los había priorizado, ejecutaban esas labranzas con gran alegría y al son de cantos. El Ecomunitarismo imagina igual alegría en toda actividad productiva (cuya duración deberá ser reducida al mínimo tiempo posible, a fin de dejar a cada individuo en libertad para que cultive todas sus virtudes y vocaciones, y también para que disfrute del ocio) pues el conjunto de lo producido está al servicio de las necesidades de cada persona. Así ha sido echado al basurero de la Historia el “trabajo”, cuyo nombre remite a la tortura del “tripalium”. (Ya hemos dicho que la legitimidad de cada necesidad pleiteada se establece a partir del respeto de las tres normas éticas básicas que nos obligan respectivamente, a luchar para garantizar nuestra libertad individual de decisión, a realizar esa libertad en la búsqueda de consensos con los demás, y a preservar-regenerar la salud de la naturaleza humana y no humana).

Hay que recordar que las tierras nunca se vendían/compraban (o sea, la tierra no era una mercancía, como postula el Ecomunitarismo en su crítica superadora del capitalismo), sino que, en su parte individual (también había la parte del Inca y la del Sol, destinada esta última a

satisfacer las necesidades de los sacerdotes ocupados en los templos) eran asignadas y reasignadas sucesivamente por la administración inca según el estado civil soltero o casado del destinatario, y en este último caso según el número de hijos, con la finalidad de que los frutos de la tierra fueran suficientes para mantener al número de bocas contabilizado en la división de los terrenos. Pero, además, aclara Garcilaso que si las cosechas no eran suficientes, las necesidades de todos y de cada uno serían cubiertas con el uso de los frutos acumulados en los depósitos que la administración obligaba a construir y mantener a lo largo y ancho de todo el Imperio. (Y antes había aclarado que no se reservaban al Inca o al Sol sino las tierras que no serían ocupadas por los vasallos, y que si fuera necesario, se sacaban de las dos primeras tierras que serían asignadas a estos últimos; Garcilaso dice que las tierras eran trabajadas en cuadrillas de siete u ocho individuos y que a esas labores también daban su apoyo las mujeres). En el capitalismo se hacen en grandes silos enormes acopios de alimentos, pero los mismos tienen como única función la regulación de los precios; y ello ocurre al mismo tiempo en el que millones de personas pasan hambre en diversas partes del planeta. Es fácil imaginar cómo en el Ecomunitarismo, administrados comunitariamente y con espíritu de solidaridad planetaria, esos depósitos, renovados periódicamente, servirán para saciar las carencias alimentarias y los brotes de hambre que puntualmente, a causa de desastres naturales y/o malas cosechas, puedan producirse en cualquier parte del globo, de forma inmediata y gratuita (recordemos que en el Ecomunitarismo no existe más el dinero).

Conste que además de los alimentos a cada dos años se repartía a cada individuo la lana necesaria para confeccionar ropa, al tiempo en

que se exigía de cada familia la producción de ropa y calzados para proveer a los inválidos por enfermedad o vejez, a los guerreros, sacerdotes y a la nobleza. Hay que recordar paralelamente que los artesanos hábiles en trabajar los metales eran empleados sólo dos meses por año en esas labores (y que los metales preciosos no eran moneda, ni eran deliberadamente buscados ni cobrados como impuestos por el Inca, sino que los vasallos se los entregaban voluntariamente cuando los encontraban, pues no eran indispensables para vivir, y para que fueran usados exclusivamente como adorno en los palacios del Inca y en los templos). No pagaban impuesto los jóvenes solteros (que no podían casarse antes de cumplir los 25 años y servían a sus padres), ni durante el primer año de casados. En materia de impuesto vale la pena recordar el que llamaríamos “impuesto sanitario”, que era la obligada entrega de piojos que los pobres debían ofrecer a las autoridades (medida profiláctica, dice Garcilaso, para que esas gentes no fueran víctimas de los males provocados por esos insectos).

En el Ecomunitarismo no hay lugar para ningún tipo de impuesto, a no ser alguno como ese ingenioso impuesto de carácter sanitario u otro educativo, que la comunidad tenga a bien crear (y derogar cuando lo considere oportuno).

En perspectiva ecomunitarista podemos imaginar una tripartición de las tierras entre una parte de carácter comunitario global (que son administradas por el Estado y trabajadas en establecimientos agropecuarios estatales, mientras exista el Estado, y luego por las asociaciones libres de productores libres de cada localidad, pero coordinadas entre sí), las cooperativas (que reúnen a grupos de voluntari@s y sus respectivas familias), y las tierras asignadas a núcleos familiares; pero, a diferencia de lo que ocurre en la agropecuaria

capitalista, las dos últimas formas de uso de la tierra no son dejadas libradas a sí mismas ni para lo bueno ni para lo malo, pues al tiempo en que las cooperativas y establecimientos familiares reciben de la gran comunidad (local, regional, nacional, continental y planetaria) todo el apoyo, asesoría y garantía de recepción de su producción (a cambio de todos los bienes de los que necesite cada cooperativa y cada familia para una digna vida de frugalidad voluntaria), también son orientadas y controladas por aquellas grandes comunidades para que el uso que den a las tierras bajo su responsabilidad respete en cada caso los equilibrios ecológicos que el lema ecomunitarista obliga a mantener.

Si mencionamos el problema ecológico de la superpoblación de ganado, no podemos omitir, en contrapartida, los esmerados cuidados ecológicos de las tierras que caracterizaron a la economía incaica; ellos saltan a la vista, por ejemplo, cuando Garcilaso nos habla del cultivo rotativo, que daba a las tierras el necesario reposo periódico, o cuando nos describe la construcción de mesetas de plantíos en los cerros (que, como sabemos, son herramientas muy útiles contra la erosión del suelo y los deslaves en tales terrenos). Al mismo tiempo (y eso nos debe inspirar en la agricultura orgánica, sin uso de transgénicos ni de agrotóxicos exigida por el Ecomunitarismo) los abonos usados por los incas eran enteramente ecológicos; así nos dice Garcilaso, según los cultivos y las diversas regiones eran usados como abono exclusivamente o bien los excrementos humanos, o bien los excrementos animales, o bien el guano, o bien las cabezas de las sardinas. (Tenemos conocimiento de que en el extremo sur del Brasil actual una granja cooperativa tiene muy buena producción agrícola usando un abono producido allí mismo con excremento de ganado, melaza de caña de azúcar y leche vacuna).

En materia de lo que hoy llamamos cuidados ecológicos vale también destacar, con Garcilaso, cómo los incas velaban para que no fueran perjudicadas de ninguna manera las aves que eran productoras del guano que usaban como abono.

También hay que contabilizar en su haber el cuidado socio-ecológico solidario del agua, pues Garcilaso cuenta cómo la administraban rigurosamente para evitar toda falta o desperdicio en el regadío de las tierras; y destaca que en tales menesteres “No era preferido el más rico ni el más noble, ni el privado o pariente del curaca, ni el mismo curaca, ni el ministro o gobernador del Rey” (Libro V, Cap. IV, p. 221-222). Hoy, cuando la escasez del agua dulce es un problema que afecta a partes cada vez más amplias del planeta, la propuesta económica ecomunitarista llama a que nos inspiremos de esos rigurosos cuidados de la economía incaica para con el agua.

# 10

## **TESIS ECOMUNITARISTA: NO ES DISCUTIENDO MÁS QUE LA IZQUIERDA VA MÁS ALLÁ DEL CAPITALISMO <sup>1</sup>**

El 15/02/23 en la revista electrónica “ALAI” Claudio Katz publicó un extenso artículo intitulado “Discusiones en la izquierda latinoamericana” (ver <https://www.alai.info/discusiones-en-la-izquierda-latinoamericana/>). Allí aborda, entre otras, la situación de Brasil y se pronuncia acerca de la actitud actual asumida ante Lula por el PSOL (Partido Socialismo y Libertad) salido de una escisión del Partido de los Trabajadores ocurrida hace dos décadas. Y lo hace a la luz de lo que considera que la izquierda (de intención poscapitalista) debe hacer ante lo que caracteriza como insuficiencias de los gobiernos llamados progresistas. Un punto central de la posición de Katz consiste en afirmar que la izquierda de intención poscapitalista debe exponer y discutir más esas insuficiencias.

Aquí me propongo problematizar dos puntos de la tesis de Katz. En primer lugar, que no dice en relación a qué propuesta concreta de superación del capitalismo considera insuficientes a los gobiernos progresistas (como los tres encabezados por Lula). Y en segundo lugar debatiré el rol y alcance de la discusión de tales insuficiencias por parte de la izquierda que defienda esa propuesta superadora del capitalismo.

La primera cuestión cobra toda su relevancia a la luz de las enormes dificultades que enfrenta desde hace seis décadas, y

---

<sup>1</sup> Publicado originalmente en: *Aporrea*, Caracas, 2/3/23, 3p., in <https://www.aporrea.org/internacionales/a319937.html>

especialmente agravadas hoy, la única experiencia latinoamericana concreta que se propuso avanzar hacia el socialismo: Cuba.

La segunda cuestión me remite a la posición acerca del debate en la izquierda adoptada por el Movimiento de Liberación Nacional – Tupamaros, de Uruguay, cuando nació en la década de 1960.

1. ¿Qué se puede proponer hoy para intentar superar el capitalismo en perspectiva ecomunitarista?

En lo económico defendemos una economía ecológica y sin patrones, que en lo inmediato se apoye en un fuerte sector estatal de empresas estratégicas controladas/corregidas por sus trabajadores y la comunidad, y en una multitud de cooperativas para el restante de la actividad económica. El carácter ecológico de la misma incluye el uso progresivamente exclusivo de energías limpias y renovables (como la solar y la eólica), la adopción de la reducción-reciclaje-reutilización de insumos y residuos, y la renuncia a los transgénicos y agrotóxicos para practicar una agricultura enteramente orgánica. Esa economía debe orientarse a hacer realidad el principio "de cada uno según su capacidad y a cada uno según su necesidad, respetando los equilibrios ecológicos y la interculturalidad".

En lo político defendemos una política de tod@s, de más en más basada en el predominio de la democracia directa (en especial a través de asambleas, plebiscitos y referendos, desde lo local hasta lo nacional, aspirando a llegar a lo continental y lo planetario), facilitada hoy por los recursos que ofrece internet. El salto hacia una democracia directa planetaria incluye necesariamente la integración soberana y la cooperación mutuamente solidaria entre los pueblos de A. Latina.

En lo educativo proponemos una educación ambiental socialmente generalizada que abarque tanto a toda la educación formal (desde la

escuela maternal hasta la Universidad) como a todos los espacios de educación no formal (redes sociales, medios de comunicación, comunidades indígenas, asociación de vecinos, cooperativas, sindicatos, gremios, clubes deportivos, etc.). Esa educación transformadora aborda y encara la solución de los problemas socioambientales que se presenten en cada comunidad (desde lo local hasta lo planetario). Esa educación combate-supera el racismo y la xenofobia, e incluye una educación física cooperativa y formativa (que renuncia al deporte competitivo y contaminado por el dinero), y una educación sexual superadora del machismo y la homofobia.

En lo comunicacional proponemos la expropiación de los actuales monopolios y oligopolios mediáticos en beneficio de los medios comunitarios (en manos de asociaciones de ciudadan@s, como las citadas antes) y de medios públicos controlados comunitariamente.

2. Ahora bien, ante la evidencia de que los gobiernos llamados progresistas no asumen en su práctica esa plataforma con rumbo ecomunitarista, ¿qué papel y alcance tiene la discusión de esa insuficiencia?

La experiencia nos dice (y aquí pienso concretamente en Uruguay) que no fue ni es por falta de exposición y discusión de esa insuficiencia que la izquierda que se propone superar el capitalismo con intención socialista logró encaminar a sus respectivos países hacia ese horizonte. Por el contrario, desde el surgimiento mismo del llamado progresismo esa izquierda no ha dejado de llevar adelante esa exposición y discusión en innumerables panfletos, periódicos, medios de audio o audiovisuales, actos públicos, manifestaciones, pintadas, coloquios, etc. No obstante, a pesar de usar todos esos métodos de la discusión, las opciones políticas de izquierda que critican desde hace 40 años al llamado progresismo

uruguayo, nunca han llegado al dos por ciento de los votos en las elecciones.

Ahora bien, ya en los años 60 el MLN sostuvo que era en vano esperar que la hegemonía de la izquierda reformista en el movimiento popular cayera como castillo de naipes ante las incesantes andanadas verbales de sus críticos con intención socialista (en la época fuertemente inspirados por la Revolución cubana). Y propuso que el pueblo sería ganado para la causa de la liberación nacional y el socialismo por una nueva metodología de lucha no practicada por la izquierda reformista: la lucha armada. El MLN comenzó a practicar la propaganda armada y rápidamente creció entre la juventud (en especial estudiantil, pero también en sectores asalariados urbanos y rurales), alcanzando una influencia en el panorama político del Uruguay que nunca había tenido ni por asomo la supuesta izquierda revolucionaria verbalista. En sus acciones de propaganda armada (que incluían las arengas orales y la distribución de panfletos) el MLN divulgaba sus ideas por la liberación nacional y el socialismo, sin nunca criticar a las fuerzas de la izquierda (que, en su mayoría, consideraba no consecuentemente revolucionarias).

Mi hipótesis es que esa gran influencia conquistada rápidamente derivó de la admiración que despertó entre la juventud (y otros segmentos sociales) la conducta y mensajes de personas que se jugaban la vida y la libertad en nombre de sus ideas; o sea, que surgió por un factor afectivo que no se encuentra en el universo de las discusiones.

Luego el MLN será militarmente derrotado al proponerse pasar al ataque directo de las fuerzas militares defensoras el capitalismo, pero esa es otra historia que no cabe abordar aquí. Lo notable es que tras la dictadura que se instala explícitamente en 1973 y cesa formalmente en

1985, toda la acción previa a la derrota dio como fruto tardío en 2009 nada menos que la elección a la presidencia del país de alguien que fue votado precisamente por la condición de tupamaro (que sufrió más de una década de la más dura prisión): José Mujica.

Que en su actuación legal éste haya renunciado a las banderas del MLN es otra historia que tampoco cabe analizar aquí. Pues lo que queremos traer a colación en relación a las tesis de Katz es la pregunta sobre si en vez de más exposición y discusión de las insuficiencias de los gobiernos llamados progresistas, no es indispensable que la izquierda que quiera avanzar hacia el socialismo (ojalá que en perspectiva ecomunitarista) invente nuevas metodologías (como lo hizo el MLN en su momento, y distintas a las de las fuerzas que dan origen y sustento a aquellos gobiernos) para disputar la hegemonía en el movimiento popular y en la ciudadanía en su conjunto.

# 11

## **EL ECOMUNITARISMO: SUPERANDO LA TRAGEDIA DEL TRABAJO CAPITALISTA Y DEL DESEMPLEO <sup>1</sup>**

En el Ecomunitarismo cada persona participa del colectivo (que se extiende desde lo local hasta lo planetario e incluyendo a tod@s según sus vocaciones y capacidades) que reparte todas y cada una de las tareas que satisfagan las necesidades colectivas e individuales éticamente legítimas. (O sea, que se ajusten a las tres normas éticas fundamentales, que nos obligan, respectivamente, a luchar para garantizar nuestra libertad individual de decisión, a realizar esa libertad en acuerdo consensual con los demás, y a preservar-regenerar la salud de los humanos y de la naturaleza no humana). Esa distribución de las labores productivas permite hacer realidad el principio que reza “de cada un@ según su capacidad y a cada un@ según su necesidad, respetando los equilibrios ecológicos y la interculturalidad”. En su primera parte ese principio incluye la exigencia de que tod@s l@s apt@s acorde a su salud y edad sean incluidos rotativamente en las tareas productivas, por lo que no existe el desempleo, y se aplica el principio que reza “que tod@s produzcamos para que cada un@ trabaje menos”, reduciendo hasta su mínima expresión necesaria la jornada productiva, a fin de que cada ser humano dedique lo restante del día a cultivarse, practicar artes, deportes formativos no competitivos, a otras actividades que no contraríen las tres normas éticas fundamentales, o simplemente al ocio

---

<sup>1</sup> Publicado originalmente em: *Aporrea*, Caracas, 4 pp., 12/3/23. Acceso free: <https://www.aporrea.org/internacionales/a320202.html>.

que permite gozar la vida. Así cada individuo (ya eliminados el salario y el dinero) logra desarrollarse multilateralmente apoyado por la comunidad a la que él contribuye con su labor. Y esa comunidad contribuye al mejor desarrollo humano posible de aquellos que por razones de salud no pueden participar de las labores. A quien le parezca imposible un modo de vida sin desempleo hay que recordarle que en las comunidades indígenas cada persona (según su sexo y edad) desempeña una actividad productiva, por lo que en ellas no existe el desempleo; así, en la comunidad incaica incluso a los ciegos se le atribuía una tarea: desgranar el maíz.

En el capitalismo la mayoría de las personas depende de un salario derivado de un “trabajo” (término derivado de la tortura del “tripalium”) para ganarse su sustento y el de su familia. Pero aún en el caso en el que el monto así obtenido sea suficiente para permitirle a uno y otra una vida sin zozobras materiales, no es cada individuo quien participa de la decisión sobre si y dónde va a trabajar. Por el contrario, depende de que un patrón individual o una empresa lo contrate, para que pueda ocupar un lugar en la red productiva. Y si logra que lo contraten no siempre trabajará en las actividades que correspondan a sus vocaciones y capacidades, pues tendrá que conformarse con lo que consiga, a fin de contribuir a su sustento personal y familiar. Y si no logra que alguien lo contrate, está condenado al desempleo (crónico en el capitalismo, tanto del Primer Mundo como del Tercer Mundo), o sea a la falta de medios básicos de subsistencia o, en el mejor de los casos, a la obtención de medios muy limitados mediante la ayuda que la seguridad social le proporcione (a veces sólo por un tiempo limitado). Hoy cientos de millones de personas sufren con el desempleo o subempleo alrededor del mundo.

En el Ecomunitarismo, como está incluido en lo antes dicho, todos los productos y bienes generados por la actividad productiva son revertidos para la satisfacción de las necesidades éticamente legítimas, bien de forma individual/familiar, bien de forma colectiva (o sea, a través de bienes y servicios de uso colectivo-general, como lo son las instalaciones y personal de las órbitas productivas, sanitarias, educativas, culturales, recreativas, deportivas, etc.). De esa distribución sólo no hace parte la porción/reserva necesaria para enfrentar calamidades naturales, o para mantener, renovar y/o ampliar los instrumentos productivos.

En el capitalismo la situación es muy diferente. Cada persona debe conformarse con lo que el monto dinerario conseguido por ella misma y los componentes de su núcleo familiar inmediato logre comprar. Todo el resto de los servicios y bienes existentes queda fuera de su alcance. Y muchas veces eso significa que la vida de cientos de millones de personas y familias sufre privaciones que comienzan por el hambre o una alimentación insuficiente. (Ahora en el capitalismo se mascarará ese drama con el nombre de “inseguridad alimentaria”).

En el Ecomunitarismo, aplicando la tercera norma fundamental de la ética, cada ser humano, al tiempo en el que interactúa con la naturaleza no humana para reproducir y mejorar la calidad de vida de la Humanidad, vela para que se preserve-regenere la salud de la naturaleza no humana orgánica y no orgánica (o sea, del mundo vegetal y animal, pero también de las tierras, las aguas y el aire). Ello es posible mediante la ejecución diaria de una economía ecológica y sin patrones que, entre otras cosas, practica la agricultura orgánica (sin agrotóxicos ni transgénicos), usa sólo energías limpias y renovables (como la solar y la eólica), y reduce-recicla-reutiliza los insumos y residuos.

En el capitalismo, por el contrario, se verifica diariamente un modo de producir-vivir que masacra con la destrucción y/o la contaminación irreversible al conjunto de las especies animales (incluyendo a la especie humana) y vegetales, y a la salud de las tierras, las aguas (dulces y de mares u océanos) y del aire (sobre todo, pero no exclusivamente, en las ciudades, donde a causa de esa contaminación abundan las enfermedades respiratorias, a veces mortales).

En el Ecomunitarismo, como consecuencia del gran principio cooperativo-comunitario "de cada un@ según su capacidad y a cada un@ según su necesidad, respetando los equilibrios ecológicos y la interculturalidad", los seres humanos se entereayudan solidariamente. Así se supera el racismo y se enriquece la Humanidad mediante la mutua cooperación y aprendizaje entre las diversas etnias y culturas que la componen. Ya hoy nuestra sensibilidad y acción ecológica está inspirada de la conducta milenaria de los pueblos indígenas en relación a la Madre Tierra. Con respecto al principio citado vale la pena recordar que entre los Xavante de Brasil el cazador más eficiente no acapara para sí el fruto de su especial habilidad, pues un código comunitario muy detallado determina qué partes de cada pieza cazada deben ser dadas, gratuitamente, a otros miembros de la comunidad; y es conocido que el modo de vida xavante es ecológico (mas no realiza la dimensión intercultural del citado principio, pues la comunidad xavante tradicional no se relaciona solidariamente con otras etnias).

En el capitalismo reinó y reina el racismo, que ha llevado y aún lleva a la exterminación física y/o cultural de muchísimos pueblos. Ese drama se hizo planetario con la expansión mundial (a través de conquistas) de la Europa que veía nacer al capital.

En el Ecomunitarismo, aunque cada ser humano sigue siendo imperfecto, busca mejorarse en paz consigo mismo, apoyado continuamente por la comunidad.

En el capitalismo son miles de millones las personas que “no se sienten bien en su piel”, atezadas por muchas enfermedades psicosomáticas, acentuadas por la carencia de (o insuficiente) apoyo de la comunidad de la que hacen o deberían hacer parte.

Para finalizar queremos puntualizar que buena parte de la contraposición que aquí hemos hecho entre capitalismo y Ecomunitarismo ya estaba presente en la crítica al trabajo alienado que Marx esbozó en sus *Manuscritos económicos y filosóficos de 1844* (gratuitamente disponibles en <https://pensaryhacer.files.wordpress.com/2008/06/manuscritos-filosoficos-y-economicos-1844karl-marx.pdf>), y en los breves pasajes en los que a lo largo de su inacabada obra resumió muy apretadamente su visión del orden comunitario (comunista) que debería venir después del capitalismo (que, como él dijo, destruye las dos fuentes de la riqueza: el ser humano y la Tierra).

# 12

## YANOMAMI Y ECOMUNITARISMO <sup>1</sup>

En 1990 Alcida Rita Ramos publicó “Memorias Sanumá. Espaço e tempo em uma sociedade Yanomami”, Ed. Marco Zero e UnB, S. Paulo. (Los Sanumá hablan una de las cuatro lenguas de la familia Yanomami, y viven en Brasil y Venezuela; Alcida estudió a los de la parte brasileña). Entre otros trechos en el que menciona el tema, al fin del libro (que es una reescritura de su Tesis doctoral, producida dos décadas antes en base a trabajo de campo), Alcida dice (yo traduzco): ” Ir al área Yanomami, especialmente en Paapiu, centro inicial de concentración mineradora (garimpeira), por la primera vez en dos años, ver las escenas apocalípticas del movimiento de aviones, helicópteros, tropas de garimpeiros, tránsito de prostitutas, mezclados al vaivén de los Yanomami, en medio al infernal ruido de los motores, tiene la capacidad de dejarnos aturdidos y semiparalizados” (p. 331). (Antes y varias veces la autora también había citado la invasión de diversos misioneros). Ahora bien, recién ahora, en el primer trimestre de 2023 el nuevo Gobierno de Lula dio un plazo (aún no agotado) para que se retiren (¡¡sin ser importunados!!) los miles de garimpeiros invasores que en tierras Yanomami buscan oro, ilegalmente; y al tiempo el Gobierno de Lula lanzó una operación de control de esa área, con fuerzas de la Policía

---

<sup>1</sup> Publicado originalmente em: *Resumen Latinoamericano*, 3p, Buenos Aires, 20/3/23. Acesso free: <https://www.resumenlatinoamericano.org/2023/03/20/brasil-yanomami-y-ecomunitarismo>. Também em: *Rebelión*, Madrid, 5/ 4 /23, 3 p. Acesso: <https://rebelion.org/yanomami-y-ecomunitarismo>. Em: *NODAL*, (B. Aires?), 3/5/23, 3p, in <https://www.nodal.am/2023/05/yanomamis-y-ecomunitarismo-por-sirio-lopez-velasco>. E em: *Aporrea*, Caracas, 3p, 20/3/23, in <https://www.aporrea.org/internacionales/a320397.html>

Federal y de la Fuerza de Seguridad Nacional. Dicha operación fue motivada por la muerte por desnutrición desde 2019 de al menos 177 Yanomamis (niños, viejos y adultos), causada por la extinción de las especies de caza y pesca en la región, debida a la deforestación producida por los garimpeiros y/o traficantes de madera, y al uso masivo de mercurio por los primeros en amplias áreas del territorio yanomami. A ello se suma la constatación del significativo alcoholismo entre los yanomamis, estimulado por esos invasores (a los que se agregan los que trabajan para las mafias de la pesca ilegal y los productores rurales invasores), y de la prostitución de niñas/adolescentes yanomamis para satisfacer a dichos invasores.

Observación: lo “notado” en 2023 ya tiene por lo menos 40 años de existencia, pues fue reportado por Alcida en 1990. Las preguntas son: 1) ¿Qué hicieron desde 1990 acerca de la vida de los Yanomami (y la de otros tantos pueblos indígenas incluidos en el territorio de Brasil) y de la preservación de su territorio los sucesivos Gobiernos? (Incluyendo a los 2 de Lula y el uno y medio de Dilma, entre 2003 y 2016). 2) ¿Qué deben hacer sin falta hoy/mañana los Gobiernos Federal, Estadales y Municipales (y la mayor parte posible de sociedad civil en su totalidad, que debe ser acicateada por el impulso de la juventud más sensible a las urgencias socioambientales de esta época) para erigir en Brasil en perspectiva ecomunitarista un nuevo Estado Plurinacional que involucre (con todos los cuidados necesarios, para no afectarlos contra su voluntad, y preservando sus territorios) a los pueblos indígenas, e incorpore sus respectivas sabidurías en permanente diálogo intercultural de mutuo aprendizaje y entreatyuda (Bolivia intenta hacerlo desde 2006), incluyendo al pueblo y la sabiduría yanomami?

De esa sabiduría puede inspirarnos, por ejemplo, la devoción yanomami por la solidaridad, a tal punto que entre ellos “ser avaro significa ser antisocial y negar la inviolable reciprocidad que rige el ideal de las relaciones entre las personas, y cuya quiebra puede precipitar acusaciones de hechicería, o, como mínimo, de malas vibraciones” (Alcida, p. 15); aunque varias tareas tienen por lo general una división por sexo (que no es totalmente rígida, ídem p. 37), tal entreayuda comunitaria solidaria toma cuerpo, por ejemplo, en la pesca colectiva protagonizada entre gritos y carcajadas por hombres, mujeres y niños y niñas, de cuyo resultado usufructúa toda la comunidad (ídem, p. 36); y también en el detallado código mediante el cual cada cazador reparte en el grupo cada gran presa (ídem, p. 34). Ambos comportamientos ponen en práctica, por lo menos en parte, el principio ecomunitarista que reza “de cada un@ según su capacidad y a cada un@ según su necesidad, respetando los equilibrios ecológicos y la interculturalidad”. Y digo “en parte” pues en la visión/vivencia yanomami tradicional no hay interculturalidad, pues el término “yanomami” con el que se autodesignan, quiere decir “ser humano” o “gente”, dejando así explícito que no consideran plenamente humanos a los otros pueblos; con lo que no son menos etnocéntricos que los griegos, que llamaron “bárbaros” a todos los pueblos no griegos; y no son menos etnocéntricos que los europeos que llamaron “salvajes” a los pueblos que dominaron en su expansión colonial (en especial luego de fines del siglo XV).

Ahora, la conducta ecológica yanomami, acorde a la tercera norma fundamental de la Ética que nos exige preservar y regenerar la salud de la naturaleza humana y no humana, se expresa, por ejemplo, en el hecho de que su agricultura se practica en rotación, sin agotar la tierra y

sacando partido simultáneo de sembrados viejos (ya casi cubiertos otra vez por la selva, pero donde permanece viva alguna especie comestible), otro sembrado en pleno vigor, y otro nuevo y aún inmaduro (ídem, p. 32).

Dicho eso, para evitar cualquier idealización simplista, hay que recordar que entre los yanomamis se deja morir a los perros que no se han mostrado buenos en la caza, y que los niños usan a esos animales como blanco de sus prácticas de tiro con arco y flecha (ídem, p. 35). Y que en las relaciones humanas problemáticas los yanomamis se parecen a nosotros en varios aspectos, pues entre ellos hay chismeríos, celos, conflictos (incluso violentos), en especial a causa de los inestables casamientos y repetidos adulterios (ídem, p. 150), ¡¡¡así como se constata que la distancia entre yerno y suegra llega al punto de que el primero se esconde para no cruzarse con la segunda!!! (ídem p. 151). Asumiéndolos como lo que son (humanos imperfectos, como nosotros), Alcida, quien también repetidas veces destaca el sentido yanomami del humor, los admira por “la sabiduría en la relativización de verdades y mentiras; la paciencia para tratar a los niños en sus peores humores; la capacidad de dirigir la rabia únicamente hacia el objeto que la provocó y continuar en buena relación con el resto del mundo; la esplendorosa alegría de vivir y su inagotable gusto por el drama” (ídem, p. 11).

# 13

## REDEFINICIÓN ECOMUNITARISTA DEL BUEN VIVIR EN ABYA YALA <sup>1</sup>

Cuando nos proponemos superar el capitalismo, si no definimos con claridad la meta que queremos alcanzar, vagaremos sin rumbo (aunque participemos activamente en las diversas luchas cotidianas contra esta o aquella tragedia provocada por el capitalismo). Estas brevísimas líneas intentan ser una contribución a esa tarea fundamental de definición.

Cuba es el único país de Abya Yala que desde hace seis décadas se propone superar el capitalismo. Y desde 1976 en su Constitución se lee que el país se propone construir el socialismo y avanzar hacia el comunismo. Ahora bien, Cuba, que desde el inicio de su Revolución había estatizado casi toda su economía para realizar el principio de la socialización de los medios de producción pregonado por el socialismo y el comunismo, desde hace mucho y especialmente en los días actuales sufre serias carencias en la provisión continuada a su población de alimentos básicos, electricidad y transporte público. Ante esa situación, y enfrentada a un Bloqueo que la castiga duramente desde hace 60 años, Cuba ha implementado en la última década, y con más énfasis ahora, diversas medidas económicas que favorecen la ampliación del espacio de las empresas privadas (incluso extranjeras) en su territorio. Ahora bien, no se ve por parte de l@s cuban@s una clara definición de cómo

---

<sup>1</sup> Publicado originalmente em: <https://www.filopoiesis.cl/post/tres-textos-de-sirio-l%C3%B3pez-sobre-el-ecomunitarismo>

tales medidas se encajan en el proyecto de construcción del socialismo con rumbo comunista, pues las mismas contrarían el legado del pensamiento económico del Che (explicitado, por ejemplo, en su extensa crítica al Manual de Economía Política de la Academia de Ciencias de la URSS; y hay que recordar que en Cuba el Che presidió el Banco Nacional, dirigió el Departamento de Industrialización del Instituto Nacional de Reforma Agraria, y fue Ministro de Industria), y de la referencia fundamental del Che en esa materia, Karl Marx.

De la descripción del modo incaico de economía y vida que nos legó el Inca Garcilaso de la Vega, deducimos que en esa cultura el Buen Vivir se basaba en una fuerte solidaridad comunitaria que permitía aprovechar lo que cada un@ podía dar según su capacidad, y donde a cada un@ la comunidad proveía según su necesidad; así, por ejemplo, incluso los ciegos recibían una tarea productiva (desgranar maíz), al tiempo en que eran atendidas en sus necesidades básicas de vida digna los imposibilitados de trabajar, y las viudas y huérfanos. Todo ello al interior de una permanente conducta ecológica de amor y respeto por la Madre Tierra (Pacha Mama); aunque sabemos que hubo entre los incas algún desliz en esa conducta (por ejemplo, el exceso de ganado de pastoreo en ciertas áreas en relación a la capacidad de soporte de las mismas); como también sabemos que el imperio incaico, por ser tal, se vertebraba a partir de un autoritarismo verticalista que en lo interno dependía de la voluntad despótica del Inca, y en lo externo no practicaba la cooperación intercultural.

Ahora bien, creemos que hoy la parte comunitaria-ecológica de la cultura incaica sigue presente en el Buen Vivir tal como lo entienden nuestros pueblos originarios en Abya Yala, y que el mismo debe

servirnos de guía a la hora de definir lo que queremos construir más allá del capitalismo.

Marx dijo que al capitalismo debería suceder el comunismo, donde se haría realidad cotidiana el principio “de cada uno según su capacidad y a cada uno según su necesidad” mediante la libre asociación de los productores libres; y Marx mostró que no era insensible a una temprana preocupación ecológica en Europa cuando criticó el hecho de que el capitalismo destruía las dos fuentes de la riqueza: el ser humano y la Tierra. Ahora bien, Marx también sostuvo que antes de poder llegar a la realización de aquel principio la sociedad pasaría por un período de transición (el socialista) en el que se aplicaría el principio “de cada uno según su capacidad y a cada uno según su trabajo”. (Ahora, como lo dijimos en otro texto, no es nada fácil concretar la aplicación de ese principio, a la luz de la enorme dificultad que significa reducir los “trabajos complejos” a unidades de “trabajo simple” para calcular lo que a cada uno habría que dar. A no ser que se interprete el principio como referente exclusivamente a la cantidad de horas trabajadas, y, en ese caso, por ejemplo, si ambos trabajan ocho horas diarios durante un mes, recibirían lo mismo al cabo del mes un médico y un barrendero de calles. Mas que yo sepa ningún país que se propuso construir el socialismo adoptó ese criterio; así, por ejemplo, el Che propuso para Cuba dentro de su Sistema Presupuestario de Financiamiento una escala salarial nacional de ocho franjas que duró hasta abril de 1965, según fuera la normalidad-nocividad-peligrosidad de la tarea, y el cumplimiento o no de la meta establecida; y solo admitió como excepción a esa escala los “salarios históricos” conquistados por los viejos trabajadores, que no serían pagados a los nuevos trabajadores que los sustituyesen cuando aquellos se jubilasen).

Tras la Revolución Rusa de 1917 Lenin definió el socialismo como “el poder de los Soviets más la electricidad”. Con esa expresión quiso afirmar que la base del socialismo orientado hacia el comunismo era la gestión comunitaria directa de todos los asuntos sociopolíticos a través de esos órganos de base que eran los soviets; en la Rusia soviética, dijo Lenin, cada trabajador, luego de las ocho horas de trabajo productivo, debía desempeñar sin retribución funciones estatales, para que gobernase toda la población. (Sabemos que luego, infelizmente, esa tarea de gobierno fue usurpada por el Partido dirigente, y de inmediato por el secretario general de dicho Partido). La electricidad, por su parte, aparecía en la Rusia de la época como la gran novedad tecnológica que se debía incorporar a todos los sectores de la vida productiva y social, para satisfacer las necesidades de una vida digna para el pueblo (teniendo como guía a los dos principios enunciados por Marx). Mas faltó a Lenin la preocupación ecológica (por lo menos expresada explícitamente).

El Che insistió una y otra vez que el socialismo y el comunismo que deberían suceder al capitalismo, aunque velarían por el bienestar general, no podrían reducirse a consideraciones de índole material, pues lo decisivo estaría en la educación de un Ser Humano Nuevo (el Che se refirió al Hombre Nuevo, en tiempos en los que la preocupación antimachista no tenía la fuerza de hoy). Ese nuevo ser humano debería estar amorosamente dedicado al bienestar general, y ser solidario y no consumista. Y el Che llegó a liderar y promover tempranamente conductas ecológicas de reutilización/reciclaje en la economía cubana del inicio de los años 1960. Al mismo tiempo, en su visión, para propiciar el advenimiento del socialismo y del comunismo, la totalidad de la economía debería estar en manos estatales-públicas (a través de las

cuales se realizaría la propiedad de todo el pueblo sobre los medios de producción).

Por nuestra parte hemos dado el nombre de Ecomunitarismo al orden comunitario-ambiental que queremos que suceda al capitalismo. El mismo se basa en la aplicación cotidiana de las tres normas éticas básicas (que nos exigen, respectivamente, luchar para garantizar nuestra libertad de decisión, realizar esa libertad en la búsqueda de consensos con los demás, y preservar-regenerar la salud de la naturaleza humana y no humana), y se estructura en la siguientes dimensiones interconectadas: a) una economía ecológica y sin patrones que funciona alimentada por energías limpias y renovables y aplica cotidianamente las 5 R (Reflexionar sobre qué planeta queremos legar a nuestros descendientes, Rechazar el consumismo y asumir voluntariamente la frugalidad ecológica, y Reducir, Reutilizar y Reciclar los insumos y residuos) para, en el marco de una conducta de frugalidad ecológica libremente asumida, aplicar el principio “de cada un@ según su capacidad y a cada un@ según su necesidad, respetando los equilibrios ecológicos y la interculturalidad”; así se prescinde del dinero (porque los productos ya no son mercancías, sino solo valores de uso), y, por consiguiente, del salario (porque cada persona recibe lo acorde a sus necesidades de forma directa, sin mediación dineraria), y la jornada productiva de cada persona (que rotará en las funciones según sus vocaciones y capacitación) se reduce al menor tiempo posible (para que cada un@ dedique el resto de cada jornada a desarrollarse como individuo universal según sus vocaciones y al simple ocio que permite gozar de la vida, desde que no viole las tres normas éticas básicas), pues entre los seres humanos aptos no hay desempleados ya que y porque la tarea se reparte entre tod@s; a diferencia del Che consideramos que en

esa economía las unidades productivas comunitarias indígenas y las cooperativas, cuando son verdaderas, son un complemento necesario a la propiedad estatal-pública de las empresas estratégicas controladas por l@s trabajadoras-es y la ciudadanía; b) una política de tod@s apoyada lo más posible en la democracia directa (en especial mediante asambleas, plebiscitos y referendos, hoy muy facilitados por medio de la internet); esa política incluye el mutuo aprendizaje y la cooperación mutuamente solidaria entre los pueblos y culturas de Abya Yala y del mundo; c) una educación ambiental ecomunitarista socialmente generalizada (tanto en la educación formal como en la no formal), para, entre otras cosas, hacer realidad la economía y la política antes citadas; de esa educación hacen parte una educación sexual libertaria (que promueve el libre placer compartido de manera consensual, y combate el machismo y la homofobia), y una educación física formativa y cooperativa (que deja atrás al deporte competitivo y crematístico); d) una comunicación simétrica que pone en manos de las comunidades los actuales monopolios u oligopolios mediáticos (de prensa escrita, radios, TVs, y/o en redes vía internet); y, e) una estética de la liberación que a tod@s proporciona los medios para crear arte y a tod@s educa para disfrutar de las artes.

# 14

## ¿PUEDE HABER BUEN VIVIR EN EL CAPITALISMO? <sup>1</sup>

Hace muy poco publiqué un brevísimo texto intitulado “Redefinición ecomunitarista del Buen Vivir en Abya Yala”<sup>2</sup>. De inmediato recibí un email de un profesor universitario peruano que decía que se puede “vivir bien” también en el capitalismo.

Aquí me propongo aclarar de manera muy sucinta la diferencia entre ese “vivir bien” y el “Buen Vivir” que redefiní en perspectiva ecomunitarista.

En el capitalismo logra “vivir bien” aquel que alcanza un buen grado de “confort”, independientemente de lo que le suceda al resto de la Humanidad. Así, por ejemplo, ese sujeto considera que “vivir bien” si tiene una espaciosa casa dotada de piscina climatizada y de todos los electrodomésticos disponibles en el mercado, se mueve en un automóvil de gama alta o por lo menos media, tiene una cuenta bancaria bien nutrida, y hace viajes turísticos de alto o por lo menos medio padrón. Y a ese “feliz” propietario y viajero le tiene sin cuidado el hecho de que, como sucede en la actualidad, por lo menos una octava parte de la Humanidad pase hambre y no tenga cuidados básicos de salud (incluyendo a muchas personas cercanas a su residencia, como sucede no raramente en algunas urbes latinoamericanas en las cuales algunos

---

<sup>1</sup> Publicado originalmente en: *Aporrea*, 3p, Caracas, 17/4/23. Acceso free: <https://www.aporrea.org/actualidad/a321089.html>

<sup>2</sup> Ver: <https://www.aporrea.org/internacionales/a320906.html> y <https://www.filopoiesis.cl/post/tres-textos-de-sirio-l%C3%B3pez-sobre-el-ecomunitarismo>

barrios ricos están rodeados de asentamientos populares miserables). Y, además, el goce de ese confort individual-individualista se hace de espaldas a lo que le pueda pasar al conjunto de la naturaleza no humana; pues el capitalismo, guiado por el ansia de lucro, además de causar la infelicidad de la mayoría de la Humanidad, y en especial de aquella parte que sufre el hambre y la falta de cuidados de salud, destruye diariamente numerosas especies animales o vegetales, contamina de forma a veces irreversible tierras, aguas y aires, y desertifica inmensos territorios. Y digo “la infelicidad de la mayoría de la Humanidad” pues como lo expliqué en otros trabajos, en el capitalismo tampoco es feliz en su estrés e inseguridad diarios ni siquiera aquel rico propietario que supuestamente “vive bien”; el desamor (e incluso la soledad), la pérdida del empleo o función que le da su “confort” o el temor constante ante la eventualidad de esa pérdida, el miedo a la violencia que acecha diariamente en cada esquina (y que incluye la posibilidad cotidiana del asesinato, el asalto o el secuestro), hacen de ese rico propietario un ser infeliz que busca imposible remedio en los consultorios de los psicólogos o en los efímeros ejercicios de meditación religiosa o de caridad que salpican su angustiada existencia.

Y ni hace falta recordar que hoy en el capitalismo, además de los ochocientos millones de personas que pasan hambre, tampoco tienen un buen pasar otros miles de millones que sufren la violencia cotidiana de las agresiones físicas y/o psicológicas, y/o de los robos, y/o de la desocupación o trabajos precarios, o penosos, o no deseados, y/o de salarios o jubilaciones bajos, y/o de falta o insuficiente agua potable o saneamiento, y/o de falta de vivienda decente, y/o de sistemas de salud ineficientes, etc. Así se completa la mayoría infeliz de la Humanidad, que no “vive bien” hoy.

Ahora bien, el Buen Vivir que he redefinido en perspectiva ecomunitarista es muy diferente al supuesto “vivir bien” capitalista. Porque en el Buen Vivir ecomunitarista: 1) respetando la segunda y tercera de las tres normas fundamentales de la Ética, el pasar bien de cada persona se asocia por libre voluntad y acción de la misma al pasar bien de la comunidad (desde la local hasta la Humanidad en su totalidad); esa visión y modo de vida se materializa en una permanente acción solidaria con y respecto a los demás, para tratar de realizar de más en más el principio ecomunitarista que reza “de cada un@ según su capacidad y a cada un@ según su necesidad, respetando los equilibrios ecológicos y la interculturalidad”; esa acción solidaria hace de toda la Humanidad una gran familia donde la entereyuda es cosa de todos los días; y, 2) en el Buen Vivir ecomunitarista la citada manera de satisfacer las necesidades de cada persona para que la misma se desarrolle multilateralmente como individuo universal (según sus vocaciones) a la par que gracias a su labor comunitaria solidaria puede hacer lo mismo el conjunto de sus congéneres, se da simultáneamente con la permanente preservación-regeneración cuidadosa/amorosa de toda la naturaleza no humana, merced a la acción individual y colectiva (que abarca desde lo local hasta el Planeta por entero); tal es el concepto y modo de vida ecológicos que los pueblos originarios de Abya Yala tuvieron desde siempre de y en el seno de la Pacha Mama; en la óptica ecomunitarista tal concepto y modo de vida implican la adopción de la frugalidad ecológica voluntaria (opuesta al consumismo capitalista de nuestro “feliz” propietario que supuestamente “vive bien”) en el contexto del diario cuidado amoroso de nuestra Madre Tierra.

Que conste que yo, pobre individuo deformado por el capitalismo, estoy muy lejos de practicar las actitudes ecomunitaristas que espero

que las nuevas generaciones puedan hacer suyas, inspirándose en los ejemplos de nuestras comunidades originarias, del Che, de “Bebe” Sendic y de Gandhi.

Ahora bien, la implementación integral y combinada de las diversas dimensiones del Buen Vivir ecomunitarista tal como las presentamos resumidamente en “Redefinición ecomunitarista del Buen Vivir en Abya Yala” solo puede realizarse en un orden comunitario-ambiental situado más allá del capitalismo: el Ecomunitarismo. Pero hay que aclarar que en el proceso de superación del capitalismo puede haber realizaciones parciales de las mismas que aportan a sus protagonistas vivencias felices. Eso ocurre en el día a día de familias amorosas y relaciones amistosas en el seno de cualquier etnia, y en la fuerte solidaridad comunitaria y prácticas ecológicas de las comunidades de los pueblos originarios. Y también, por ejemplo: a) en cooperativas verdaderas (por ejemplo de producción-distribución-consumo o de viviendas) donde se trata de aplicar por lo menos en parte el principio “de cada un@ según su capacidad y a cada un@ según su necesidad, respetando los equilibrios ecológicos y la interculturalidad”, b) en prácticas de democracia directa (por ejemplo en decisiones asamblearias tanto en las comunidades originarias como en las citadas cooperativas o en asociaciones de vecin@s, movimientos sociales, y otras instancias de organización colectiva), y en los mecanismos asamblearios, plebiscitarios o referendarios que puedan implementarse en cada localidad, región, Departamento/Provincia/Estado o país (que en algunos casos ya han permitido, por ejemplo, que el agua sea declarada un derecho humano, impidiendo así su privatización y contaminación o agotamiento), c) la educación ambiental ecomunitarista puede ya implementarse en ciertos espacios de la

educación formal y no formal, aunque sea de forma parcial, según la voluntad de l@s educadoras-es y la libertad y medios que logren conquistar para su acción, d) la comunicación simétrica ya puede hacerse realidad en medios de comunicación (por ejemplo radios, TVs o Redes que usen internet) que ya están en manos de comunidades originarias, cooperativas verdaderas, sindicatos de trabajadoras-es, gremios estudiantiles, movimientos sociales, o asociaciones de vecin@s, en los espacios de acción que esas organizaciones y sus respectivos medios de comunicación logren conquistar antes mismo de superar el capitalismo, y, e) la estética de la liberación cobra vida en el proceso de superación del capitalismo en múltiples iniciativas de arte-educación popular y en muy diversas expresiones artísticas (que van desde el arte callejero hasta las expresiones estéticas más refinadas que se pueda imaginar, desde que y donde sus cultoras-es actúen/actúan en perspectiva ecomunitarista).

# 15

## **ECOMUNITARISMO Y DESCOLONIZACIÓN: UNA INTRODUCCIÓN MÁS ALLÁ DE LA FILOSOFÍA Y LAS CIENCIAS <sup>1</sup>**

En los últimos años ha ganado fuerza una heterogénea corriente de pensamiento que se define como descolonizadora o decolonizadora. En febrero de 2023 publiqué un brevísimo trabajo intitulado "Ecomunitarismo y descolonización en Filosofía y Ciencias: brevísimas notas introductorias" (ver <https://www.aporrea.org/ideologia/a319446.html>).

Aquí me propongo, también de forma sumarásima, ir más allá de la Filosofía y las Ciencias en el abordaje ecomunitarista de la descolonización, ateniéndome a las diferentes dimensiones del Ecomunitarismo.

Antes, recordemos que una colonia es un asentamiento humano que se instala en un territorio que no es el suyo original, donde reproduce su modo de vida original. Y si en ese nuevo territorio hay otro pueblo, esa nueva población puede instalarse como dominadora o como coexistente en plano de respeto mutuo con el pueblo ya asentado en ese territorio. En el caso de Abya Yala (y aquí nos interesa en especial la llamada América Latina) la colonización europea fue dominadora-destructora de nuestros pueblos originarios, que representan la cultura pre-colonial. Así, hablar de descolonización significa necesariamente

---

<sup>1</sup> Publicado originalmente em: *Aporrea*, Caracas, 23/4/23, 4p. Acceso free: <https://www.aporrea.org/internacionales/a321231.html>

para nosotros la referencia al modo de vida de nuestros pueblos originarios. Claro que, si lo hacemos en perspectiva ecomunitarista, esa referencia deberá ser crítica, pues al definir el horizonte ecomunitarista no idealizamos a ninguna cultura y nos inspiramos de diversas culturas, ya que hacemos parte de un conglomerado humano plurinacional, donde se hacen presentes, además del componente originario, los componentes de origen europeo, africano, asiático y polinesio. En mi caso, con dos abuelos venidos de Europa y educado en un sistema marcado por la herencia europea, asumo e incluyo parte de esa herencia en mi propuesta al caracterizar las diferentes dimensiones del Ecomunitarismo. (Ver su exposición muy sucinta en “Redefinición ecomunitarista del Buen Vivir en Abya Yala”, en <https://www.aporrea.org/internacionales/a320906.html>).

En la aplicación de las tres normas fundamentales de la Ética (que fundamentan al Ecomunitarismo y nos obligan, respectivamente, a luchar para garantizar nuestra libertad individual de decisión, a realizar esa libertad en búsquedas de acuerdos consensuales con los demás, y a preservar-regenerar la salud de la naturaleza humana y no humana) las culturas originarias nos instruyen: a) en relación a la segunda norma de la Ética con su sólida forma de vida solidaria-comunitaria, y, b) en relación a la tercera norma ética fundamental, con sus sólidas prácticas ecológicas (basadas en la veneración de la Pacha Mama como madre Tierra).

En las relaciones familiares y de amistad las culturas originarias nos instruyen, por ejemplo, en la irrestricta solidaridad comunitaria que hace que todos los miembros de cada familia, clan, y tribu, sean atendidos amorosamente en sus necesidades (lo que ocurre, por ejemplo, cuando el cazador está obligado por un estricto código grupal

a repartir el producto de la caza entre muchos integrantes del grupo). (Hacia figura de excepción a esa conducta la costumbre tradicional inuit que impelía a los más viejos a suicidarse para no ser una carga para la reducida comunidad de la que hacían parte). Y también nos sirven de ejemplo en su paciencia infinita hacia los niños, contra quienes nunca practican castigos corporales.

En la economía ecológica y sin patronos las culturas originarias nos instruyen con su economía comunitaria y ecológica que data desde los orígenes mismos de esos pueblos. Y cuya forma en tiempos inmediatamente anteriores a la Conquista nos llegó de la mano del Inca Garcilaso de la Vega (como lo recordamos en “Del Buen Vivir inca a la economía ecomunitarista”, ver <https://doi.org/10.48075/rd.v9i1.30677>).

En la política de tod@s las culturas originarias nos instruyen, en particular después de desarticulados sus Imperios, y a pesar de que la autoridad del cacique puede ser impositiva, con sus decisiones asamblearias nutridas por los pareceres de aquellos que son respetados por su mayor experiencia: los más viejos (aunque a veces margine a las mujeres). En 2017, Evo Morales destacaba que la comunidad del ayllu discute el tiempo que sea necesario para llegar a las decisiones por consenso, buscando así evitar las votaciones que dividen a la comunidad en mayorías y minorías. El Ecomunitarismo, por su parte, no acepta ningún argumento de autoridad (proveniente de ningún cacique o jefe), pues solo reconoce en su día a día la autoridad del mejor argumento, y promueve lo más posible las decisiones asamblearias, plebiscitarias, o, al menos referendarias. Recuérdese que la política ecomunitarista es intercultural, mientras que las prácticas tradicionales de los pueblos originarios no lo fueron (ya que guerrearón entre ellos e incluso en algunos casos erigieron Imperios, en cuyo seno muchos pueblos fueron

dominados). En el Abya Yala actual el Ecomunitarismo preconiza la integración solidaria y pacífica, y la entreatyuda mutua de las diversas etnias-culturas (en un impulso fraternal que también debe abarcar a todos los pueblos del Planeta). Además, la política ecomunitarista se nutre por igual del aporte de hombres, mujeres y cualquier otra clasificación de género.

En la educación ambiental ecomunitarista socialmente generalizada las culturas indígenas nos instruyen con el valor de una educación no formal que transcurre en la simple convivencia en el grupo, donde se forja el buen actuar (sintetizado, por ejemplo, en la máxima aimara que prescribe “no mentir, no robar y no ser flojo para el trabajo”), al tiempo en que se transmiten-perpetúan-renuevan las habilidades productivas puestas al servicio del Buen Vivir comunitario. Tal educación se trasunta en negativo en la anécdota del indio que dijo “ahora soy cristiano, porque aprendí a mentir”. Para algunos integrantes de los pueblos originarios la llamada Escuela Indígena instituida por el Estado controlado por los blancos, aunque sea bilingüe y dirigida por educadoras-es indígenas, es percibida como una “fábrica de blancos”, o sea de aculturación y peligro de avasallamiento de la cultura originaria por la cultura blanca-dominante. Esa es una de las muchas cuestiones que en perspectiva ecomunitarista debe ser abordada en paciente diálogo intercultural, donde habrá mutuo aprendizaje. En ese contexto deben ser retiradas de los territorios indígenas todas las Misiones de las religiones no originarias, a no ser que haya un pedido expreso en sentido contrario por parte de la comunidad indígena de que se trate. Y de ese diálogo no puede faltar la crítica al machismo, también reinante en las culturas originarias, tanto en su día a día como en su educación. Al mismo tiempo las culturas

originarias deberán instruirnos diariamente con su educación profunda y constantemente ecológica, que hoy debe ser pilar para la tarea que consiste nada más y nada menos que en la salvación de la gran parte de la especie humana y del Planeta cuya supervivencia corre peligro a causa de las prácticas devastadoras-contaminantes del capitalismo.

En la comunicación libre y simétrica no podemos aceptar la férrea sujeción de los más jóvenes a los más viejos, reinante en las culturas originarias tradicionales. Pero no podemos olvidar que ya hoy varias radios en manos de comunidades indígenas propician un libre y simétrico intercambio con la comunidad circundante en pro del Buen Vivir; mientras que esa práctica no se encuentra en los monopolios u oligopolios mediáticos (dominados por la cultura blanca-europea-estadounidense).

En la estética de la liberación debemos nutrirnos de las muchísimas y variadas expresiones artísticas de los pueblos originarios que simultáneamente expresan la alegría de vivir, la solidaridad comunitaria y la veneración de nuestra Madre Tierra. Por ejemplo, la densidad vivencial/semántica de las danzas grupales indígenas hizo decir en los años 1980 a un filósofo argentino (cuyo nombre infelizmente he olvidado) que comentaba el conocido aserto wittgensteiniano del *Tractatus* que rezaba “de lo que no se puede hablar es mejor callar”, que, en los pueblos originarios “lo que no se puede decir, se baila”.

# 16

## ECOMUNITARISMO Y DISMINUCIÓN DE LA JORNADA DE TRABAJO: BREVÍSIMAS NOTAS <sup>1</sup>

Lo que se dice en estas breves líneas está basado en un ejemplo uruguayo, pero pretende tener validez a escala mundial.

En 1915 Uruguay promulgó la ley que fija la jornada laboral diaria en 8 horas. Y hoy en Uruguay la jornada laboral semanal “estándar” es de 44 horas (con excepciones hacia arriba y hacia abajo). Según la Organización Internacional del Trabajo en 2023 en Uruguay la jornada laboral semanal promedio es de 42,1 horas.

Ahora, en el acto central del 1 de mayo de 2023, la principal central sindical uruguaya, PIT-CNT, volvió a proponer la rebaja de la jornada laboral, sin reducción del salario.

El presidente uruguayo Luis Lacalle Pou dijo que no tiene “ningún problema” en discutir la propuesta, pero ya aclaró que pensarla a “rajatabla” no le parece “adecuado ni practicable”. Y agregó que, a su entender, hay tres variables que se deberían estudiar en conjunto a la hora de analizar la situación: el salario, la cantidad de horas y la productividad. Y concluyó de la siguiente manera. “Si yo digo: ‘trabajo menos, tengo menos productividad y gano lo mismo’, no es lógico; ahora, si digo: ‘trabajo menos, soy más productivo y gano lo mismo o más’, eso es lógico”.

---

<sup>1</sup> Publicado originalmente en: *Filopoiesis*, Santiago de Chile, 8/5/23, 44p. Acceso free: <https://www.filopoiesis.cl/post/ecomunitarismo-y-disminución-de-la-jornada-laboral-brevísimas-notas>. También en: *Aporrea*, Caracas, 8/5/23. Acceso free: <https://www.aporrea.org/internacionales/a321568.html>

Por su parte, el presidente de la Cámara de Comercio y Servicios del Uruguay, Julio César Lestido, enfatizó que “disminuir el horario y mantener la remuneración, si no hay una compensación, es un gasto, por lo que no debería reducirse la productividad”.

Para criticar las posiciones presidencial y patronal (no casualmente coincidentes en lo esencial) repasaremos algunos conceptos básicos. Y luego recordaremos la posición ecomunitarista en materia de duración de la jornada laboral.

Se puede definir la productividad de un trabajador como la capacidad de producir que tiene ese trabajador durante una cierta unidad de tiempo. Así, por ejemplo, comparando un año y el año siguiente, si en una temporada igual de  $x$  meses de producción de arroz (plantío, cuidados y zafra), lo producido por un trabajador pasa de 4,5 toneladas a 9 toneladas por hectárea, se concluye que en el segundo año la productividad de ese trabajador se duplicó respecto del primer año.

Marx sostuvo que la ganancia y enriquecimiento del capitalista vienen de la plusvalía, que es el valor agregado por el trabajo del asalariado que supera el valor correspondiente a lo que el mismo recibe como salario, y que el capitalista se embolsa gratuitamente y de forma acumulativa en cada ciclo productivo. A su vez el valor del salario teóricamente es equivalente al valor de la fuerza de trabajo, establecido por la suma de valores de las mercancías que el trabajador necesita para mantener-renovar su fuerza de trabajo en él mismo y en sus descendientes, que el capitalista podrá emplear como asalariados.

Ahora bien, la plusvalía tiene dos formas: la absoluta y la relativa. La plusvalía absoluta se calcula por la duración de la jornada laboral; si en 6 horas trabajadas el trabajador repone el valor que recibe en su salario diario (o sea el valor de su fuerza de trabajo diaria), y la jornada

dura 8 horas, entonces el valor agregado por el trabajo del trabajador en lo que éste produce en las dos horas restantes va a parar gratuitamente a los bolsillos del capitalista en forma de plusvalía, lo que explica su enriquecimiento a costa del trabajador. De ahí que el capitalista históricamente siempre ha querido que la jornada laboral durase el mayor tiempo posible; y por eso fue de 12 horas diarias y más, y solo mediante muchas y duras luchas los trabajadores lograron reducirla progresivamente hasta las 8 horas que rigen legalmente hace más de un siglo en muchos países, incluyendo a Uruguay; cada una de esas progresivas reducciones fue fuertemente resistida por los capitalistas, que las juzgaban imposibles y/o serias amenazas de caos sociales inminentes.

Pero el capitalista tiene otra forma de embolsar plusvalía, la forma relativa. La misma ocurre cuando, aunque se mantenga intocada la duración de la jornada laboral, mediante un aumento de la productividad social de las mercancías que configuran el valor de la fuerza laboral, se rebaja el valor de la misma. Ello ocurre cuando en la sociedad bajan los precios de los comestibles y demás bienes y servicios que el asalariado necesita para reponer su fuerza de trabajo (y mantener a su familia), cuya suma de valores constituye el valor de la fuerza de trabajo. Así, para seguir con los números de nuestro ejemplo anterior, aunque se mantenga la jornada de 8 horas, si el valor de la fuerza de trabajo se ha reducido a 4 horas diarias, la plusvalía embolsada por el capitalista ha aumentado hasta alcanzar el valor de lo agregado con su trabajo por el trabajador a lo que produce en 4 horas (y no en 2, como ocurría antes). Pero, ¿qué sucede si en esas condiciones la jornada laboral es reducida a 6 horas? Pues bien, si se ha dado la mencionada disminución del valor de la fuerza de trabajo, el capitalista habrá

mantenido su plusvalía en el valor de lo agregado por el asalariado al valor de lo producido con su trabajo durante dos horas. Y si el valor de la fuerza de trabajo se hubiera reducido al equivalente de 2 horas de trabajo, entonces la plusvalía embolsada por el capitalista también aumenta hasta alcanzar el valor de lo agregado con su trabajo por el trabajador a lo que produce en 4 horas, a pesar de la reducción de la jornada laboral a 6 horas.

Entonces lo que dicen el presidente uruguayo y el presidente de la Cámara de Comercios y Servicios se reduce a lo siguiente: se podrá reducir la jornada laboral desde que la plusvalía y ganancias extraídas por el capitalista se mantengan iguales, o, mejor, aún, aumenten, en función de la mayor productividad del asalariado durante el nuevo horario reducido. Uno y otro personaje velan exclusivamente por el interés del patrón. En todo caso habría que decirles a esos señores que dentro del capitalismo hay espacio para acciones inmediatas porque en el cercano Chile se acaba de iniciar una rebaja de la jornada laboral a completarse en 5 años, sin reducción salarial, resumida por el derechista diario uruguayo “El País” en la misma noticia del 3/5/23 en la que reportó la opinión del Pte. uruguayo que citamos al principio de estas líneas; dice ese periódico que en Chile se pasará gradualmente de la jornada de 45 horas a una de 40, bajándola de 45 a 44 en el primer año, de 44 a 42 en el tercer año y de 42 a 40 en el quinto año; y agrega que los chilenos podrán redistribuir sus horas para trabajar cuatro días y descansar otros tres.

Por nuestra parte discrepamos de esta última posibilidad, pues significa volver a elevar la jornada laboral legal de los días trabajados a 10 horas diarias, retrocediendo a la situación existente hace más de un siglo, cuando los trabajadores lograron conquistar la jornada de 8 horas.

Un colega chileno (que critica diversos aspectos de la nueva ley) comenta que los bajos salarios harán que esa distorsión, ya existente, se perpetúe con la supuesta nueva jornada y quizá también en los días supuestamente de descanso; y no solo entre los trabajadores manuales, pues son conocidos como los “profesores taxis” aquellos muchos docentes que a causa de la baja remuneración trabajan hoy más de 50 horas semanales, yendo de colegio en colegio.

Y es que la reforma chilena se inscribe en los límites del capitalismo.

El Ecomunitarismo, orden comunitario-ambiental poscapitalista, resuelve de forma completamente distinta al capitalismo la cuestión de la duración de la jornada productiva.

En una de sus dimensiones (ver las otras en la Bibliografía indicada al fin de estas líneas) el Ecomunitarismo se organiza en base a una economía ecológica y sin patrones.

Tal economía se rige por el principio que reza “de cada un@ según su capacidad y a cada un@ según su necesidad, respetando los equilibrios ecológicos y la interculturalidad”. En ese contexto la jornada productiva de cada persona (que rotará en las funciones según sus vocaciones y capacitación, para que cada persona no se unilateralice) se reduce al menor tiempo posible, para que cada un@ dedique el resto de cada jornada a desarrollarse como individuo universal según sus vocaciones, y al simple ocio que permite gozar de la vida, desde que no viole las tres normas éticas básicas, pues entre los seres humanos aptos no hay desempleados ya que y porque la tarea se reparte entre tod@s. (Recordemos que esas tres normas éticas básicas nos exigen, respectivamente, luchar para garantizar nuestra libertad individual de decidir, realizar esa libertad en la búsqueda de acuerdos consensuales

con los demás, y preservar-regenerar la salud de la naturaleza humana y no humana). Esa economía prescinde del dinero (porque los productos ya no son mercancías, sino solo valores de uso), y, por consiguiente, del salario (porque cada persona recibe lo acorde a sus necesidades de forma directa, sin mediación dineraria).

En base al censo de las necesidades, con amplia discusión de la ciudadanía desde las comunidades locales hasta la Humanidad entera (usando todos los recursos informáticos y de internet, y pasando por los respectivos países, mientras existan como tales), se organizan los Planes de Producción-Distribución-Consumo-Reutilización-Reciclaje-Descarte ambientalmente sostenibles de bienes y servicios para hacer realidad el principio ecomunitarista “de cada un@ según su capacidad y a cada un@ según su necesidad, respetando los equilibrios ecológicos y la interculturalidad”. En función de esos Planes son aprovechados con eficiencia ecológica todos los recursos disponibles y a cada una de todas las personas aptas, en función de sus vocaciones y capacitaciones se les asignan rotativamente por consenso las funciones productivas capaces de cubrir todas las demandas del Plan; cuando a una función necesaria (por ejemplo, limpiar alcantarillas) no corresponda ninguna vocación, la solución es doble: se inventa una máquina para desempeñar esa tarea, sin sacrificar en ella la salud y el buen ánimo de ningún ser humano; y mientras tal máquina no ha sido inventada se rotarán por igual a los productores en tal función, de manera que quien, por ejemplo, ejerce un año como docente universitario y luego ejercerá por sus vocaciones y capacitaciones como pintor o agricultor, tendrá que asumir la tarea de limpiador de alcantarillas por un período. Tras su aplicación cada uno de esos Planes deberán ser evaluados y corregidos-reajustados también con amplia discusión democrática. En esa planificación habrá que

aprender mucho de los aciertos, obstáculos y errores de la planificación cubana posterior al triunfo de la Revolución; porque a pesar de todos los esfuerzos realizados, hasta hoy falta en Cuba un abastecimiento constante y suficiente de alimentos básicos; aprendiendo de esa experiencia habrá que releer la larga carta que el Che le dejó a Fidel en marzo de 1965 antes de partir hacia el Congo (y que en su versión casi completa solo se publicó medio siglo después), en la que hacía diversas críticas al funcionamiento de la planificación cubana.

Volviendo al Ecomunitarismo hay que añadir que su economía ecológica y sin patrones funciona alimentada por energías limpias y renovables, y aplica cotidianamente las 5 R (Reflexionar sobre qué planeta queremos legar a nuestros descendientes, Rechazar el consumismo y asumir voluntariamente la frugalidad ecológica, y Reducir, Reutilizar y Reciclar los insumos y residuos) para que, respetando las tres normas éticas básicas y en el marco de una conducta de frugalidad ecológica libremente asumida, se aplique el principio ecomunitarista arriba citado. Ahora, como ya lo dijimos en otra oportunidad, a diferencia del Che, consideramos que en esa economía las unidades productivas comunitarias indígenas y las cooperativas, cuando son verdaderas, son un complemento necesario a la propiedad estatal-pública de las empresas estratégicas controladas por l@s trabajadoras-es y la ciudadanía.

# 17

## ECOMUNITARISMO, MEDIOS DE COMUNICACIÓN Y NOTICIAS FALSAS <sup>1</sup>

Las brevísimas líneas introductorias que siguen se basan en experiencias brasileñas, pero pretenden tener relevancia para toda Abya Yala y para el mundo.

La Red Globo es un imperio mediático que en todo el Brasil incluye canales de TV abiertos y cerrados, emisoras de radio y órganos de prensa escrita.

En el fin de semana que ponía fin a abril de 2023 la Cámara de Diputados brasileña, a instancias del Gobierno presidido por Lula, se aprontaba para votar un Proyecto de Ley sobre las Noticias Falsas (*Fake News*) que, entre otras cosas, obligaba a las plataformas digitales a remover de inmediato *posteos* que incentivasen la violencia contra menores (por ejemplo la invasión de escuelas para el asesinato de *alumn@s*), y las hacía responsables jurídicamente (con las sanciones respectivas) por la publicación de noticias falsas pagadas y divulgadas masivamente. Pero ese fin de semana cualquier usuario de Google o Meta, al hacer cualquier búsqueda, encontraba con gran visibilidad titulares y textos que se oponían a ese proyecto, acusándolo de violatorio de la libertad de expresión. El 2 de mayo de 2023 el Presidente de los diputados brasileños pospuso la votación del Proyecto.

---

<sup>1</sup> Publicado originalmente en: *Aporrea*, Caracas, 4/5/23. Acceso *free*: <https://www.aporrea.org/internacionales/a321482.html>. También en: *Rebelión*, Madrid, 9/5/23, 3p. Acceso *free*: <https://rebelion.org/ecomunitarismo-medios-de-comunicacion-y-noticias-falsas>.

En ese ínterin una conocida comentarista de la todopoderosa Red Globo de Televisión (que en Brasil tiene el peso equivalente al del Grupo Clarín en Argentina, o Prisa en México, por ejemplo) dijo que ese comportamiento de las plataformas confirmaba la necesidad de que se las regulase, pues su práctica intervenía fraudulentamente, distorsionándolo, en el debate y las decisiones democráticas, pues no había dado la misma visibilidad a comentarios favorables al Proyecto.

Estructura del grupo Globo. Créditos: Media Ownership Monitor

Comparto totalmente ese parecer, y, al mismo tiempo, me propongo aquí introducir a una ampliación del campo de análisis crítico y de propuestas.

Constato que, a lo largo de su historia, desde que fue creada al inicio de la dictadura que en Brasil duró de 1964 a 1985, la Red Globo ha incurrido sistemáticamente en la conducta ahora imputada por su comentarista a las citadas plataformas. A tal punto que se considera a la Globo como una “hacedora de presidentes”, pues sus noticiarios, entrevistas y demás programas han sido decisivos para el triunfo electoral de los Presidentes que han gobernado Brasil desde 1985. La única excepción relativa la constituyó la elección de Jair Bolsonaro en 2018, pues la misma se debió a la gran propaganda, incluso con recursos robóticos y el uso masivo de *fake news*, a través de las redes sociales. Pero digo “relativa” porque como en la segunda vuelta de dicha elección Bolsonaro enfrentó al candidato del Partido de los Trabajadores que a última hora debió sustituir a Lula (que estaba preso desde abril de 2018), y como en los años anteriores la Globo había hecho un sistemático ataque al PT por los numerosos escándalos de corrupción que lo salpicaron, la prédica anterior de dicha Red favoreció de hecho a la candidatura de Bolsonaro, que hasta ese momento nunca había sido ni

por asomo tan criticado por la Red Globo como lo había sido el PT. Y conste que motivos no hubieran faltado para esa crítica, pues Bolsonaro era un oscuro diputado que hasta 2018 en sus 28 años consecutivos de parlamentario había defendido sistemáticamente a la dictadura que reinó en Brasil entre 1964y 1985, había homenajeado a torturadores al servicio de esa dictadura y jamás había presentado un Proyecto de Ley. Así, una vez más la Globo no dio a las opiniones divergentes el mismo peso y visibilidad, incurriendo en el mismo falseamiento del debate democrático que ahora su comentarista recrimina a Google y Meta.

Y lo que se aplica a la Globo brasileña vale para cualquier monopolio u oligopolio mediático en el mundo desde antes de la existencia de las plataformas digitales y las redes sociales.

La falta de difusión equitativa de versiones divergentes a los efectos de establecer un debate democrático equilibrado se verifica en dos hechos obvios que me limito a recordar.

Primer hecho: a lo largo de la historia la Globo tuvo los mismos comportamientos distorsivos del debate democrático que ahora achaca a las plataformas digitales (sus nuevas, poderosísimas e inesperadas competidoras); y los tuvo motivada por su propios intereses empresariales y políticos, como ahora Google y Meta orquestan sus manipulaciones en defensa de los suyos propios. Ambos intereses desembocan en una práctica mediática que defiende explícita o implícitamente de forma sistemática al capitalismo (en las últimas décadas en su versión neoliberal).

Y en ese contexto quiero destacar otro hecho muy simple: ninguno de los presentadores o animadores de la Globo defiende en sus programas ideas poscapitalistas (por ejemplo, ecomunitaristas). O sea que esa Red elige cuidadosamente a su personal entre gente que

defiende el capitalismo, y les impone a sus empleados una línea editorial claramente pro-capitalista. Así no hay lugar en la programación de la Globo para ninguna presencia importante y constante de ideas y propuestas poscapitalistas (que al menos podrían tener un minutaje similar al de las posturas pro-capitalistas). Y de esa manera, permanentemente y desde su inicio, la Globo desvirtúa y manipula el debate democrático (ni más ni menos que como lo hacen hoy en Brasil las plataformas *Google* o *Meta*).

Nótese que no raramente el enorme desequilibrio entre versiones pro-capitalistas y críticas del capitalismo intenta camuflarse con una noticia o una entrevista aislada que critica al capitalismo, pero las mismas son sistemáticamente masacradas en tiempo y en énfasis por las que explícita o implícitamente defienden al capitalismo. Esa estrategia de camuflaje sirve precisamente para decir (eventualmente respondiendo a un cuestionamiento) que también la mirada crítica del capitalismo tiene su espacio en la actividad del monopolio u oligopolio mediático (atendiendo, supuestamente, al “manual del buen periodismo” que orienta a escuchar todas las opiniones).

Ahora, yendo más allá de la crítica y para terminar estas brevísimas líneas introductorias, queremos recordar muy brevemente las posiciones ecomunitaristas, respectivamente de principio y de transición, en materia de medios de comunicación.

El Ecomunitarismo incluye en una de sus dimensiones (ver las otras en la bibliografía mínima indicada al fin de estas líneas) la expropiación de los actuales monopolios u oligopolios mediáticos (como la Globo, *Google*, *Meta*, Clarín, Prisa, etc.) para ponerlos en manos de las comunidades organizadas: comunidades indígenas, asociaciones de vecinos, sindicales, estudiantiles, etc., para instalar así una

comunicación libre y simétrica en la que cada persona sea al mismo tiempo productora y usufructuaria de un diversificado ramillete de noticias y productos culturales, que incluyen una educación ambiental ecomunitarista socialmente generalizada.

Caminando hacia ese horizonte, en lo inmediato el ecomunitarismo promueve una tripartición igualitaria de los grandes medios de comunicación anteriores a las redes sociales (prensa escrita, radios y Tvs) entre medios comunitarios, medios estatales/públicos controlados por la ciudadanía, y medios privados (regulados y controlados por la ciudadanía organizada y educada para tanto).

A su vez, en lo que respecta a las redes sociales, el ecomunitarismo preconiza una regulación instaurada y renovada democráticamente, mediante una amplia discusión y decisión ciudadana (a través de mecanismos asamblearios y plebiscitarios) que, entre otras cosas, estipule claramente lo inadmisibles a la luz de las tres normas éticas fundamentales, como lo son la defensa/divulgación de la pornografía infantil, la violencia contra l@s niñ@s, el racismo, el machismo, la esclavitud, incluyendo la esclavitud asalariada vigente en el capitalismo, el fanatismo religioso, las mentiras descaradas, etc. (Recuérdese que esas tres normas éticas fundamentales nos exigen, respectivamente, luchar para garantizar nuestra libertad individual de decisión, ejercer esa libertad en la búsqueda de consensos con l@s demás, y preservar-regenerar la salud de la naturaleza humana y no humana).

# 18

## **ECOMUNITARISMO Y FREI BETTO: POLÍTICAS SOCIALES Y EDUCACIÓN <sup>1</sup>**

Recientemente Frei Betto publicó un artículo intitulado “¿Las políticas sociales cambian el modo de pensar del pueblo?”<sup>2</sup>

Aquí haremos algunas brevísimas observaciones sobre ese texto.

Hay quienes han dicho que las políticas sociales de los gobiernos llamados “progresistas” en A. Latina no se organizaron para formar ciudadanos participativos, sino que crearon consumidores; y hay quienes agregaron que esos consumidores fueron después cooptados electoralmente por las derechas que les prometían más consumo. En el breve artículo al que nos referimos Frei Betto reitera esas posturas y hace una propuesta al nuevo gobierno de Lula. (Por nuestra parte hemos propuesto la frugalidad comunitario-ecológica libre y consensualmente asumida en el contexto de las diversas dimensiones del Ecomunitarismo).

En relación a lo escrito por Betto observo:

1. Que hay que repensar muy seriamente lo dicho por Freud sobre el comportamiento de “las masas” en el texto de 1921 citado por Betto. Freud parece partir allí de una lectura de lo sucedido en la Primera Guerra Mundial, y de la interpretación que hacía del fascismo

---

<sup>1</sup> Publicado originalmente en: *Resumen Latinoamericano*, Buenos Aires, 5p, 15/5/23. Acceso free: <https://www.resumenlatinoamericano.org/2023/05/15/pensamiento-critico-ecomunitarismo-y-frei-betto-politicas-sociales-y-educacion>. También en: *Aporrea*, Caracas, 16/5/23. Acceso free: <https://www.aporrea.org/educacion/a321741.html>

<sup>2</sup> Ver: <https://www.resumenlatinoamericano.org/2023/05/10/brasil-frei-betto-las-politicas-sociales-cambian-el-modo-de-pensar-del-pueblo/>

ascendente (y que tras la Marcha sobre Roma llevaría un año después a Mussolini al poder) y de los gérmenes del nazismo (que en 1923 se manifestarían en el intento hitleriano de Golpe de Estado en Múnich). Ahí estaban las “masas” irracionales y sumisas de buen grado a líderes autoritarios y violentos. Algo muy parecido vio Betto recientemente en la marea bolsonarista en Brasil. En la “masa” cada persona se disuelve en una arcilla amorfa que el líder de turno manipula a su antojo.

Ahora bien, a esas “masas” contraponemos la Red de personas que componen el movimiento ecomunitarista. Marx definió en “El Capital” al comunismo como “la libre asociación de los productores libres”. La Red ecomunitarista se estructura en ejercicio de las tres normas fundamentales de la Ética que exigen respectivamente a cada persona luchar para garantizar su libertad individual de decisión, realizar esa libertad en la búsqueda de acuerdos consensuales con las demás, y preservar-regenerar la salud de la naturaleza humana y no humana. Por eso en esa Red cada persona mantiene su libertad de pensamiento-decisión-acción y es a partir de ella que establece y renueva los lazos de acción comunitaria con los demás; todo ello en provecho de la preservación-regeneración de la salud humana y no humana, y nunca para el aplastamiento físico-psicológico de cada individuo en una masa amorfa, ni para la devastación o contaminación irreversible de la naturaleza no humana. Por eso nunca una persona que forme parte de la Red ecomunitarista será sumisa a ningún líder, sea éste violento o no, sino que será un miembro que en condiciones de igualdad de capacidad decisoria con los demás constituye una comunidad de personas siempre deseosas de vivir y realizar consensualmente su libertad.

2. Sobre lo anotado por Betto en relación a la URSS recuerdo que hace varios años publiqué una crítica a la praxis educativa relatada por

Anton Makarenko en su “Poema pedagógico”. Dije entonces, entre otras cosas, que Makarenko, a pesar de su incuestionable dedicación, había incurrido en una incorrecta solución de la relación entre individuo y colectividad, acentuando el colectivismo contra la expresión y desarrollo individuales. De ahí que promoviera una educación cuartelera, con formaciones de carácter militar, repleta de desfiles y banderas, en la que, incluso, Makarenko justificaba el uso de la violencia por parte del educador.

Marx, por el contrario (inspirándose en Hegel) resolvió dialécticamente la relación entre individuo y colectivo en la figura del “individuo universal”, que es aquel que se realiza como individuo en la medida en que contribuye al Buen Vivir de la comunidad, de quien recibe a su vez todo lo necesario para realizarse como individuo. Así pensaba Marx que se concretaba la realización del principio comunista que reza “de cada uno según su capacidad y a cada uno según su necesidad”, que en óptica ecomunitarista hemos completado como sigue: “de cada un@ según su capacidad y a cada un@ según su necesidad, respetando los equilibrios ecológicos y la interculturalidad”.

Mi hipótesis es que, fuertemente marcada por la influencia de Makarenko (que en la URSS fue considerado un gurú pedagógico durante toda la era estalinista), la educación que en la URSS reinó durante más de 6 décadas intentando promover al “hombre soviético” fue predominantemente, en la concepción de Paulo Freire, una “educación bancaria” (basada en dogmas y citas repetidos pero no vividos con reflexión crítica y convicción profunda, al menos para una buena parte de la población de la URSS), y no “problematizadora”, como debería ser. (Ver “Pedagogía del Oprimido”). Así, para decirlo en términos freireanos y yendo más allá de Freire, la educación practicada

en la URSS no promovió el desvelamiento crítico de todas las relaciones de dominación y/o devastación, y aunado a él, como la otra cara de la misma moneda, la acción permanentemente transformadora rumbo a un mundo sin opresores ni oprimidos, y ecológicamente sostenible (en resumen, rumbo al Ecomunitarismo). Una de las pruebas de esa limitación crítico-problematizadora lo fue el “culto a la personalidad” que en mayor (era estalinista) o menor medida (era posestaliniana) se le prestó en la URSS a los líderes de turno, aunado a una fuerte censura y persecución de los disidentes (o considerados como tales, incluso en la esfera artística, donde fue impuesto a la fuerza el llamado “realismo socialista”). A esa educación le faltó en gran medida, además, la perspectiva ambiental.

En mi propuesta ecomunitarista (ver muchos de mis libros y artículos por extenso o con indicación de su link gratuito en internet en el libro indicado al fin de estas líneas) incorporé y completé en perspectiva comunitario-ambiental-intercultural la propuesta freireana problematizadora y elaboré directrices para la educación ecomunitarista formal y no formal (incluyendo los fundamentos de una nueva educación ambiental socialmente generalizada, y para la educación sexual, y física, y estética).

En la educación formal propongo que los contenidos programáticos de cada asignatura (Matemáticas, Lenguas, Ciencias Naturales, Historia, Geografía, etc.) sean vinculados a problemas socioambientales relevantes (en materia de salud-contaminación, pobreza-violencia-racismo-machismo, alimentación, vivienda, etc.) de la localidad donde funciona la institución educativa en cuestión; que esos contenidos sean re-descubiertos por l@s alumn@s en diálogo e investigación de campo orientados por la/el educador-a; que en uno y

otra se cuente con la contribución de conocedoras-es del tema (sea por su experiencia de vida y/o su formación académica); y que el tratamiento de cada problema socioambiental abordado concluya con la elaboración e implementación, con la acción concreta de la/el educador-a y l@s alumn@s, de soluciones para resolverlo (aunque sea modesta y parcialmente) con sentido ecomunitarista. Para poner un solo ejemplo, en la enseñanza de Matemáticas, los contenidos de regla de tres o porcentaje se abordarán no con números abstractos que a nada refieren o que refieren a banalidades, sino para calcular índices de pobreza, o de desempleo, o de enfermedades provocadas por factores socioambientales, o de malnutrición, o de mortalidad infantil, o de violencia doméstica, etc., en la localidad (barrio, ciudad o zona rural) donde funciona la institución educativa; y a partir de los cálculos hechos seguirán los otros pasos indicados en la directrices que acabamos de resumir y que culminan con la acción transformadora concreta de la/el educador-a y l@s alumn@s.

Nótese que las esferas formal o no formal de la educación pueden incluir la educación profesional sugerida por Betto, que abordaremos brevísimamente más abajo para concluir estas líneas; en ambas el ideal perseguido es el de la conjunción de la labor intelectual y la manual, de forma a promover el desarrollo personal más completo posible.

En la educación no formal propongo que la/el educador-a introduzca a la comunidad participante a los fundamentos de la propuesta ecomunitarista y haga junto con dicha comunidad la elección del o los problemas socioambientales prioritarios que la aquejan (pobreza, agua potable, alimentación, sanidad, vivienda, violencia, racismo, etc.); que junto con esa comunidad se busque el apoyo de conocedores y gestores públicos o actores solidarios (comunidades

indígenas, sindicatos, gremios estudiantiles, Universidades, etc.) capaces de ayudar a la comunidad a resolver con sentido ecomunitarista el/los problema-s priorizado-s; que con ese refuerzo la/el educador-a implemente junto con la comunidad las soluciones encontradas (aunque sean parciales y modestas), con sentido ecomunitarista; que entusiasmada por el éxito logrado, la comunidad amplíe esas soluciones y aborde con la misma dinámica aquí descrita otros problemas socioambientales; y que la comunidad coopere con acciones similares con/en otras comunidades (reforzando y ampliando así el movimiento comunitario ecomunitarista).

En la educación sexual propongo la promoción del mutuo respeto y del placer consensual y libremente compartido, y la crítica y superación del machismo y la homofobia.

En la educación física propongo la promoción de actividades colectivas-cooperativas (como el tradicional salto a la cuerda), y del deporte formativo y cooperativo, transformando con ese sentido las reglas y modalidades de los deportes practicados hoy con perspectiva competitiva e incluso dineraria (fútbol, baloncesto, voleibol, béisbol, tenis, etc.) y creando nuevas actividades de formación física con sentido ecomunitarista (por ejemplo caminatas o bicicleteadas para detectar, estudiar e implementar soluciones para problemas socioambientales existentes en los barrios o parajes recorridos). Descartamos los deportes que intrínsecamente violan la tercera norma fundamental de la Ética al comprometer deliberadamente la salud humana, como ocurre, por ejemplo, con el boxeo y las MMA, cuya finalidad incluye, además de la esquiva de los golpes del adversario, infligirle golpes al mismo (pudiendo provocarle graves lesiones o enfermedades a corto, medio o largo plazo; diferentes son los golpes que ocurren, por ejemplo, en el

fútbol, pues constituyen accidentes o desvíos que no hacen parte de la finalidad de esa práctica deportiva). También descartamos, por ser violatorios de aquella misma norma, los deportes que comprometen gratuitamente la salud de la naturaleza no humana mediante agresiones directas o despilfarro y contaminación, como ocurre, por ejemplo, respectivamente, con las riñas de gallos o los deportes motorizados. La comunidad, apoyada en las tres normas básicas de la Ética y en otras que elabore y renueve consensualmente (como sucederá también en los demás órdenes de la vida ecomunitarista), habrá de deliberar y decidir acerca de los deportes que resolverá practicar y los que descartará.

En la educación estética propongo una acción que a tod@s posibilite crear arte y a tod@s capacite para disfrutar las artes.

3. Betto sugiere correctamente al gobierno de Lula que la formación profesional sea puesta como otra condición para recibir la Bolsa Familia (beca que beneficia a la población más pobre), y que dicha formación se desarrolle acorde a la pedagogía freireana. Pero se equivoca cuando da como ejemplos de dicha formación solamente a las habilitaciones en cocina y costura. Pues los pobres de hoy también deben ser formados en informática y en todas las especialidades de las nuevas tecnologías de la producción actual y futura, así como para las tareas de carácter comunitario, educativo, sanitario, ambiental, comunicativo, político y/o artístico que contribuyan al Buen Vivir con rumbo ecomunitarista.

# 19

## **ECOMUNITARISMO Y BOLIVIA: DEFINICIONES FUNDAMENTALES <sup>1</sup>**

Cuando a fines de 2019 se produjo en Bolivia el Golpe que puso fin al gobierno de Evo Morales, Hugo Moldiz y otros colaboradores o excolaboradores de Evo se refugiaron en dependencias de la Embajada mexicana en La Paz. Entonces lanzamos una campaña internacional exigiendo que la dictadura instalada en Bolivia concediese los salvoconductos para que dichos refugiados pudiesen viajar a México. (Nuestra campaña resultó vana, pues los refugiados pudieron abandonar las dependencias de esa Embajada solo un año después, cuando triunfaron Arce y Choquehuanca en las elecciones que pusieron fin a la dictadura).

Ahora recientemente se publicó una entrevista a Moldiz y a otras dos personas en la que se abordan las divisiones que actualmente aquejan al MAS boliviano (Movimiento que llevó al Gobierno a Evo y que propició luego el triunfo de Arce y Choquehuanca); en esa entrevista Moldiz es presentado como partidario del nuevo gobierno, mientras que otro de los entrevistados representa a los apoyadores de Evo, y el tercero (un ex Ministro) oficia de comentarista neutral entre ambas tendencias (ver <https://www.resumenlatinoamericano.org/2023/05/21/bolivia-tres-miradas-para-entender-la-disputa-interna-en-el-mas/> ).

---

<sup>1</sup> Publicado originalmente en: *Aporrea*, Caracas, 4 pp., 24/5/23. Acceso free: <https://www.aporrea.org/internacionales/a321946.html>.

Aquí no nos proponemos en absoluto opinar sobre el debate boliviano, sino abordar de forma brevísima e introductoria un comentario que hace Moldiz en esa entrevista y que tiene validez para toda Abya Yala. Porque no sin sorpresa leemos que en esa entrevista Moldiz dice lo que sigue: "Si bien es cierto que [en el MAS] no se ha producido nunca un debate medianamente profundo del carácter del Proceso de Cambio y de su horizonte histórico, es evidente que existen desavenencias en términos de cómo concebir, construir y gestionar la política; de definición del sujeto histórico de la Revolución; del tipo de relación entre el "líder" y el pueblo y de otros aspectos".

En lo que sigue damos de manera telegráfica e introductoria al debate de ideas el punto de vista ecomunitarista en relación a cada uno de los aspectos citados.

1. Nuestra prédica apunta a un Proceso de Cambio que tenga como horizonte histórico poscapitalista (y transhistórico, pues se trata de un horizonte utópico nunca plenamente alcanzable, pero indispensable guía para que la acción cotidiana tenga una dirección bien definida) el Ecomunitarismo. El mismo se basa en la aplicación cotidiana de las tres normas éticas fundamentales (que nos exigen, respectivamente, luchar para garantizar nuestra libertad de decisión, realizar esa libertad en la búsqueda de consensos con los demás, y preservar-regenerar la salud de la naturaleza humana y no humana), y se estructura en la siguientes dimensiones interconectadas (y otras que las comunidades agreguen en decisiones consensuales): a) una economía ecológica y sin patrones que incluye la agricultura orgánica (para la abundante producción de alimentos sanos, sin agrotóxicos ni transgénicos) y que funciona alimentada por energías limpias y renovables y aplica cotidianamente las 5 R (Reflexionar sobre qué planeta queremos legar a nuestros

descendientes, Rechazar el consumismo y asumir voluntariamente la frugalidad ecológica, y Reducir, Reutilizar y Reciclar los insumos y residuos) para, en el marco de una conducta de frugalidad ecológica libremente asumida, aplicar el principio que reza “de cada un@ según su capacidad y a cada un@ según su necesidad, respetando los equilibrios ecológicos y la interculturalidad”; así se prescinde del dinero (porque los productos ya no son mercancías, sino solo valores de uso), y, por consiguiente, del salario (porque cada persona recibe de forma directa y sin mediación dineraria lo acorde a sus necesidades éticamente legítimas), y la jornada productiva de cada persona (que rotará en las funciones según sus vocaciones y capacitación) se reduce al menor tiempo posible (para que cada un@ dedique el resto de cada jornada a desarrollarse como individuo universal según sus vocaciones y al simple ocio que permite gozar de la vida, desde que no viole las tres normas éticas básicas), pues entre los seres humanos aptos no hay desempleados ya que y porque la tarea se reparte entre tod@s; b) una política de tod@s apoyada lo más posible en la democracia directa (en especial mediante asambleas, plebiscitos y referendos, hoy muy facilitados por medio de la internet); esa política incluye el mutuo aprendizaje y la cooperación mutuamente solidaria entre los pueblos y culturas de Abya Yala y del mundo; la democracia ecomunitarista es siempre participativa (dotada de todos los mecanismos de información y prestación de cuentas por parte de los responsables, y de control por parte de las comunidades, como ocurre, por ejemplo, en las audiencias públicas y en el presupuesto participativo); y cuando sea indispensable mantener espacios de democracia representativa, los responsables serán siempre electos, sus mandatos serán limitados a dos consecutivos, y podrán ser revocados por sus electores; en el plano de la política

intercultural la perspectiva ecomunitarista defiende para este momento histórico la constitución de Estados plurinacionales donde converjan, para mutuo enriquecimiento solidario y crítico a la vez, las diversas culturas (en Abya Yala fundamentalmente la indígena, la blanca, la negra, la asiática y la polinesia); en el plano internacional el Ecomunitarismo postula la cooperación mutuamente solidaria de tod@s los pueblos, para la efectiva constitución del género humano como una gran familia (capaz de resolver dialógicamente sus diferencias) que transite hacia la disolución de los diversos países-Estados; en A. Latina esa cooperación habrá de crear organismos de integración solidaria (que se apoyen, mejoren y amplíen a todas las actividades vitales, las actuales UNASUR y CELAC); c) una educación ambiental ecomunitarista socialmente generalizada (tanto en la educación formal como en la no formal), para, entre otras cosas, hacer realidad la economía y la política antes citadas; de esa educación hacen parte una educación sexual libertaria (que promueve el libre placer compartido de manera consensual, y combate el machismo y la homofobia), y una educación física formativa y cooperativa (que deja atrás al deporte competitivo y crematístico); d) una comunicación simétrica que pone en manos de las comunidades los actuales monopolios u oligopolios mediáticos (de prensa escrita, radios, TVs, y/o en redes vía internet); y, e) una estética de la liberación que a tod@s proporciona los medios para crear arte y a tod@s educa para disfrutar las artes.

2. La política ecomunitarista es la “política de tod@s” que aquí acabamos de reseñar resumidamente más arriba.

3. El sujeto histórico de la Revolución es el bloque popular que articula en su diversidad a los pueblos indígenas, los asalariados, los

excluidos del mercado capitalista, los campesinos y los diversos movimientos y formas de acción comunitaria que se orienten hacia el Ecomunitarismo (cooperativas verdaderas, movimientos sindicales de asalariados, de estudiantes, de negros y de otras minorías étnicas, de ambientalistas y/o feministas anticapitalistas, de antirracistas, de vecinos, etc.).

4. En la acción comunitaria tendente al Ecomunitarismo las lideresas y líderes serán aquellas personas que se destaquen por su claridad de ideas aunada a su práctica coherente con tales ideas (Tupac Amaru, el Che, el “Bebe” Sendic, y Gandhi pudieran servir de ejemplos), su capacidad de aglutinar y gestionar la diversidad en el seno del movimiento revolucionario, su autodisciplina y su aceptación como dirigentes por parte de ese movimiento. Pero hay que anotar que en función de la caracterización resumida que más arriba hemos hecho de las diversas dimensiones del Ecomunitarismo, la educación ecomunitarista socialmente generalizada debe hacer brotar por doquier esas lideresas y líderes; de forma que su liderazgo será acotado en el tiempo y rotativo; porque en la marcha hacia el Ecomunitarismo debe desaparecer la separación entre dirigentes y dirigidos, en la medida en que cada persona asuma rotativa y temporalmente funciones de dirección.

# 20

## EL HOMBRE QUE VISITÓ A ARTIGAS EN 1835 <sup>1</sup>

Los tres folios yacían ocultos entre las hojas de un viejo y grueso libro usado que acababa de comprar en un puesto callejero de Asunción. Su autor se identificaba como Antonio Antonaccio. El libro trataba de las plantas medicinales y al volver al hotel verifiqué que no tenía nombre de editorial ni fecha de edición. Abrí los folios. Tenían una acentuada marca marrón en la línea de su doblez; sin duda como resultado del largo tiempo en el que habían permanecido en aquella posición. En la parte superior derecha de cada uno había una numeración; la misma iba del 391 al 393. La letra era pequeña y muy prolija. Sigue abajo lo que leí; conste que lo adapto al castellano de nuestros tiempos.

31 de diciembre de 1835.

Como en otras ocasiones, aprovechando el fin del año, nos reunimos Clara, Simeón, Lenzina y yo, en animada fiestita. Por insistencia de Clara vestí una de aquellas ridículas levitas que gentilmente los paraguayos me habían regalado para paliar la mísera vestimenta que portaba cuando acompañado de un grupo de mis lanceros negros arribé al país 15 años atrás, y que no pasaba de una chaqueta roja y algunas prendas gastadas amontonadas en una mochila.

---

<sup>1</sup> Publicado originalmente em: *Aporrea*, Caracas, 6/6/23, 5p. Acceso free: <https://m.aporrea.org/internacionales/a322256.html>. Também em: *Resumen Latinoamericano*, B. Aires, 5 pp., 6/6/23. Acceso free: <https://www.resumenlatinoamericano.org/2023/06/06/uruguay-el-hombre-que-visito-a-artigas-en-1935/>

Lenzina como siempre nos paseó con su cordeona por aires diversos, a veces melancólicos, pero sobre todo alegres, para evitar que el pensamiento se nos entristeciera con los recuerdos; le salían mejor las melodías brasileiras, que invariablemente pedía que acompañara con mi canto desafinado; en vano trataba de resistir, pues Clara y mi hijo me obligaban a acatar el pedido. Entonces, viendo que me sonrojaba, Clara le indicaba a Lenzina alguna música paraguaya y se embarcaba en una dulce alternancia entre el castellano y el guaraní. La miraba sin poder contener mi amor; su pelo negro como el carbón enmarcaba un rostro aceitunado que no disimulaba una cercana mezcla; sus dientes blanquísimos me recordaban la mala pasada que me había jugado algún molar; cuando canta en castellano sus ojos vagan entre Simeón, Lenzina y yo; pero cuando entona una melodía en guaraní su mirada se dirige atraída como por un imán hacia el monte cercano; entonces el tiempo se detiene bajo aquel cielo azul que imita a otros cielos.

Estábamos en plena algarabía cuando llegó el coronel Gauto (algunos le dicen Guato). Ese hombre había sufrido el extraño destino de unir su vida a la mía, sin habérselo propuesto; sucede que lo habían nombrado mi amable carcelero en Curuguaty, y de vez en cuando venía a la chacra so pretexto de saludarme y enterarse de mi salud y mis necesidades, para cerciorarse de que su presa no había volado; por mi parte, no dejaba de comparar su situación a la de aquel desdichado oficial inglés que tuvo que padecer el aislamiento de Santa Helena junto a Napoleón. Pero de inglés Gauto no tenía nada, pues era moreno al extremo, revelando una cruz entre blanco e indio o negro, que su poco vello en el pecho confirmaba. Siempre atento conmigo, no era nunca francamente amigo, pues sabía que yo, por mi situación, no podría jamás hacerle enteramente confianza.

Gauto se entretuvo cantando con nosotros un rato, saboreando un trozo del asado de cordero regado con el vino carlón que había alegrado nuestra pequeña fiesta, y después se marchó con su escolta, ceremonioso y erguido como había llegado. Antes de irse y casi al descuido me dijo que de Asunción le habían comunicado que había un joven pintor deseoso de venir a retratarme. Analizando mi aspecto en aquella levita que por entonces ya me quedaba un poco grande, le dije que no veía la utilidad de aquella tarea, y le encomendé que negara la autorización solicitada. Entonces, con una reverencia militar se marchó definitivamente.

Ya habíamos retomado la cantoría comentando los dichos y poses de Gauto cuando vimos en la portera a un joven que nos hacía señas pidiendo para entrar. Salimos de debajo del ibirapitá y con un gesto del brazo le dije que pasara. El joven se aproximó lentamente; vestía unos pantalones algo anchos y una camisa cuyo modelo me era desconocido; en los pies calzaba unas alpargatas usadas, que me parecieron demasiado finas para las que yo había conocido. Con la mirada tímida de unos ojos claros se presentó y dijo llamarse Raúl Sendic. Le pregunté de dónde venía aquel apellido y me dijo que era de origen vasco. Luego que me hube presentado, y a mi esposa, a mi hijo y a Lenzina, lo invité a sentarse a la orilla del fuego moribundo, donde aún había carne en abundancia. Le ofrecí servirse, y mirando el barril que estaba cerca del asado dijo que agradecía, pero ya había comido, y que la sed lo haría aceptar de buen gusto sólo un poco de vino.

Entonces, tras saborear el contenido del vaso grande que le extendí, chasqueó la lengua y dijo algo que nos dejó alelados; afirmó que, aunque yo no lo creyera, venía del futuro y estaba intentando juntar en la Banda Oriental a un grupo de guerrilleros para continuar mi gesta. Le

pregunté que cómo era eso del futuro y cómo había llegado hasta mí. Dulcemente me respondió que era mejor que no entrara en detalles para no aumentar mi confusión, y que lo más importante era beber de mis ideas para llevarlas a los suyos. Dudé seriamente de que se tratase de un loco. Pero entonces me di cuenta de que para mí tampoco sería inútil rever algunos conceptos fundamentales, para situar mi propio pensamiento a esta altura de los tiempos, y me dispuse a hacerle el breve recuento solicitado.

Empecé diciendo que el federalismo seguía plenamente vigente; que habría que conversar detalladamente con Rosas y a través de él tratar de reunir en confederación a la Banda Oriental y a las provincias del occidente del río Uruguay; que al mismo tiempo habría que promover una actitud más confederativa de quien sucediera al Dr. Francia en Paraguay, y habría que incentivar la lucha republicana en Brasil, arrimándolo al sistema federativo; y pensar más allá aún, apuntando hacia Chile, Bolivia, y la América del Sur entera, siguiendo la inspiración de Bolívar; y así llegar hasta México, pasando por la inclusión del Haití de los negros valientes que habían proclamado la primera independencia en estas tierras. Así –concluí- se erigiría la Confederación de las Provincias del Sur, con la que tendríamos voz propia en el concierto de las naciones, libres de todo dominio imperial, y convencidos de que con la verdad ni ofendemos ni tememos.

Continué afirmando que el Reglamento de Tierras de 1815 debería ser retomado y profundizado, distribuyendo las tierras de forma que los más infelices sean los más privilegiados, empezando por los indios, los negros, los zambos, los gauchos pobres y las viudas [aquí hay una línea ilegible, ocultada por la marca del doblar del folio]...y que además de las Estancias de la Patria, habría que retomar y generalizar en la Banda la

iniciativa que concebí para la creación de muchísimas chacras en torno de las villas, en un plan que me vi obligado a postergar por la presión de los hacendados. Reafirmo Sendic –le dije– que el cultivo de las tierras en manos de muchos es infinitamente más ventajoso que algunas pocas e inmensas estancias, pues esa tierra que sostiene solo a dos o tres propietarios, podría sostener a cientos de familias; y que es justo pretender en el campo el aumento de los hombres después de muchos años en los que solo habían aumentado las bestias. Y le recomendé cuidar las tierras y las aguas, para que no se envenenen con los residuos de las curtiembres, los saladeros, las minas, o con otros desechos, para que sigan prodigándonos alimentos sanos y esa esplendorosa fauna y flora que hace la vida más colorida y alegre. Agregué que una mayor producción nacional equilibraría el flujo entre las importaciones y las exportaciones, dejando un saldo favorable a la Banda y la confederación.

En relación al comercio le recordé que, si bien en otros tiempos había incentivado franquías a negociantes ingleses y norteamericanos para romper el monopolio español, siempre las restringí a las áreas portuarias, para dejarle a los criollos el espacio que pueden y deben ocupar en ese ramo, y para que no cambiásemos simplemente de dependencia. Lo mismo afirmo en relación a la banca, que debe ser nacional y capitaneada por un fuerte banco estatal, de la confederación. Insistí en la necesidad de repoblar la campaña, evitando la peligrosa concentración de gente en Montevideo, no sólo por el desbalance demográfico, sino también por las taras que el centralismo político y administrativo siempre trae, para perjuicio de los hombres de tierra adentro y de los propios capitalinos.

Pero tomando nota del crecimiento irrefrenable de varias poblaciones, le aconsejé que concentrara la lucha tanto en las villas

como en el campo, y que en eso yo en nada podría ayudarlo, pues nunca había operado en terreno urbano; en el contexto de esa combinación de luchas, lo orienté a reunir a los indios aún agrupados o dispersos, y a hacerle justicia a esos fieles combatientes de la libertad, devolviéndoles la autonomía política en el seno del sistema; y a reunir junto a ellos a los gauchos pobres y a los trabajadores de las duras faenas rurales.

Sendic me escuchaba y se veía que tomaba nota en su mente, a falta de papeles. Le dije que el ejército debía ser el pueblo en armas, y que reafirmaba mi idea de armar toda la gente que se pudiese, para mejor defensa del sistema; y que esa política debía extenderse a los ríos y mares, armando una poderosa marina comercial y militar de la confederación y de cada provincia en particular; Sendic agregó que ello también debía aplicarse a la fuerza aérea, en una observación que no entendí en absoluto. Y siempre recuerde –le dije– que lo decisivo en un dirigente es que sepa mandar obedeciendo, de tal manera que su autoridad siempre cese ante la presencia soberana del pueblo. Por eso y para eso el pueblo debe ser tan ilustrado como valiente, y las escuelas habrán de florecer por doquier.

Sendic me preguntó por qué no había vuelto a la Banda. Le contesté que no me sentía identificado con aquel país aislado, inventado por Inglaterra en alianza con las elites portuaria y rural, y bautizado con el nombre de República Oriental del Uruguay. Y agregué que si hubiera vuelto hubiera tenido que guerrear, pues Inglaterra y aquellas elites me perseguirían por mis ideas.

En eso estaba cuando el visitante dijo que infelizmente se le acababa el tiempo, por razones que no podría explicarme y que yo no entendería (a esa altura quedábamos solo él, Lenzina y yo alrededor de las brasas grises). Me agradeció más con los ojos que con su voz mansa

y le dio la mano a Lenzina, diciéndole que Bandera se le parecía; inquirido por el parecido aclaró que se trataba de un pardo luchador que lo acompañaba en el norte del río Uruguay; Lenzina se satisfizo con la comparación.

Cuando me dio la mano le pedí que no me retratara para los suyos, pues lo decisivo son las ideas y no las narices. Me prometió que respetaría mi deseo. Y se fue al tranco lerdo, como había llegado. Al pasar la portera, súbitamente desapareció sin dejar huella. Lenzina se persignó al son de un “¡cruz, credo!”. Yo, que había visto tanta cosa, no supe explicarme aquella. Le comenté a Lenzina que quizá, después de todo, aquel muchacho no estuviese loco. Lenzina meneó la cabeza, aun mirando hacia la portera. Y nos dedicamos a recoger y ordenar los restos del asado...

Y así, con esos puntos suspensivos, terminaba el tercer folio.

# 21

## ECOMUNITARISMO: ¿QUIÉN HACE LA REVOLUCIÓN? <sup>1</sup>

Ya en los años 1960 tanto el Che como Marcuse dijeron que la clásica clase obrera no era más el sujeto que protagonizaría la revolución que superase el capitalismo rumbo al socialismo y el comunismo. El Che dijo que la clase obrera de los países imperialistas era cómplice de sus oligarquías en el saqueo a los países dependientes, porque se beneficiaba con ese robo (pues, agrego yo, le daba acceso al confort básico que el capitalismo de los países ricos le ofrecía, y que tenía como algunos de sus objetos más representativos a los electrodomésticos e incluso, a veces, el automóvil). Marcuse, a su vez, extendió esa consideración al decir que la clase obrera había sido cooptada por la lógica de vida productivista-consumista-destructiva del capitalismo, interiorizando incluso su modelo represivo en lo concerniente a lo estético-erótico. Por eso, dijo, aunque la base material-tecnológica estaba creada para dar el salto cualitativo hacia una sociedad poscapitalista según lo ideado por Marx, los sujetos capaces de llevar adelante la lucha en pro de esa revolución estaban representados por los movimientos tercermundistas de liberación (en la época simbolizados por el Vietnam que combatía contra el imperio yanqui y por el socialismo) y en EEUU y Europa por los estudiantes rebeldes y por los hippies que se negaban a aceptar el paradigma capitalista que reunía como características descollantes el consumismo

---

<sup>1</sup> Publicado originalmente em: *Aporrea*, Caracas, 13/6/23, 4p. Acceso free: <https://m.aporrea.org/actualidad/a322407.html>

basado en el trabajo alienado, el militarismo represivo y la moral sexual hipócrita y mojigata. Pero Marcuse aclara que no cree que por sí solos ninguno de estos dos últimos movimientos sea capaz de liderar la revolución. El Che por su parte, basándose en la experiencia revolucionaria cubana, había destacado el papel del campesinado como protagonista de la guerrilla capaz de crecer hasta llegar a la victoria.

A esta altura de los tiempos vemos que en Abya Yala las grandes centrales sindicales de base obrera se han amoldado de hecho a los límites impuestos por el capitalismo. La prueba está en la circunstancia de que no se plantean ir más allá del capitalismo con rumbo socialista-comunista, sino que se limitan a reclamar mejores salarios y mejores condiciones de vida DENTRO del capitalismo.

En óptica ecomunitarista creemos que en Abya Yala está llamado a protagonizar el salto más allá de los límites capitalistas un Bloque diverso que debería integrar a los pueblos indígenas (fieles a su modelo de Buen Vivir comunitario-ecológico), los campesinos que cuidan la tierra practicando la agricultura orgánica y/o la pecuaria sostenible, los pescadores artesanales que evitan la sobrepesca, y un mosaico que incluye a partes de los excluidos del mercado y consumo capitalista, de las víctimas (y sus parientes) de las guerras/masacres causadas por el capitalismo, del estudiantado (aún no absorbido en la maquinaria productiva capitalista), y a sectores de movimientos como los sindicales (de asalariados), cooperativistas, ambientalistas, feministas, de negros (y otras minorías), de vecinos, y aún a individuos y/o grupos de las capas medias (como intelectuales, docentes, artistas y comunicadores alternativos). Claro que la composición de ese Bloque varía de país a país según sus características; pero/y consideramos en perspectiva

ecomunitarista que son indispensables las coordinaciones continentales.

La gran dificultad y el gran desafío consiste en articular (a partir de las formas organizativas “comunidad” y “red”, en cada país y en el Continente) en un solo gran Movimiento a todos esos componentes diversos para que actúen con continuidad perseverante con rumbo al ecomunitarismo en todas sus dimensiones, para que se haga realidad el principio que reza “de cada un@ según su capacidad y a cada un@ según su necesidad, respetando los equilibrios ecológicos y la interculturalidad”; tal realización se hace posible con la abolición del desempleo a partir del reparto de las labores entre todas las personas aptas, e incluye la adopción de la frugalidad ecológica voluntaria, la abolición del salario y del dinero (porque las necesidades diversas de cada persona son atendidas directamente en bienes, servicios y condiciones de vida, sin ninguna medición ni mediación dineraria), y la reducción de la actividad productiva al mínimo tiempo necesario y ejercida en sistema de rotación según las vocaciones y capacitaciones de cada persona, para que cada persona se desarrolle como individuo universal en esa actividad y también más allá de ella (por ejemplo, gozando del ocio que permite disfrutar la vida, y/o practicando artes, y/o ayudando en tareas comunitarias, etc.).

Recordemos que el Ecomunitarismo se basa en las tres normas fundamentales de la ética, que nos exigen, respectivamente, luchar para garantizar nuestra libertad individual de decisión, realizar esa libertad en búsquedas de acuerdos consensuales con l@s demás, y preservar-regenerar la salud de la naturaleza humana y no humana. (Esas normas balizan el terreno de lo que habrá de ser considerado como necesidades legítimas, a las que hace referencia el principio citado más arriba y la

distribución de bienes, servicios y condiciones de vida a las que aludimos antes). Y el Ecomunitarismo se compone de las siguientes dimensiones (cuyo enunciado es fundamental para que la acción cotidiana tenga siempre un contenido y un sentido precisos, evitándose así los grandes equívocos y las trayectorias en círculo): una economía ecológica y sin patrones (de base comunitaria y/o cooperativa), la política de tod@s (basada lo más que sea posible en la democracia directa, a través de mecanismos asamblearios, plebiscitos y referendos), la educación ambiental generalizada (tanto en los espacios formales como en los no formales), la comunicación horizontal y simétrica (que ponga en manos de las comunidades y/o en las asociaciones de los componentes del citado Bloque los instrumentos de comunicación que actualmente están en manos de los capitalistas, desde la prensa escrita hasta la audiovisual y llegando a internet), un sistema de seguridad y defensa (mientras ambos sean necesarios) basado en el pueblo en armas, y un sistema de integración continental solidaria y de ayuda mutua (que apunte a extenderse a la Humanidad entera). La citada educación ambiental ecomunitarista habrá de abarcar (además de los aspectos cognitivo-ético-comportamentales de la educación entendida en su recorte tradicional) también una educación física formativa y cooperativa (y no competitiva, y nunca dineraria), una educación sexual libertaria (que promueva el libre placer consensualmente compartido, y combata el machismo y la homofobia), y una educación erótico-estética que promueva una despierta sensibilidad para la belleza de lo humano y de la naturaleza no humana (velando por la preservación-regeneración de la salud de ambos, como lo exige la tercera norma fundamental de la ética) y que ponga en las manos de tod@s las herramientas para hacer arte y para disfrutar las artes.

Ese Movimiento en pro del ecomunitarismo no aceptará plegarse a los límites que quiera imponerle la legalidad capitalista, y tampoco centrará su acción en la disputa electoral que hoy ofrece la seudodemocracia seudorrepresentativa capitalista, aunque no renuncie a valerse de una y otra cuando lo crea pertinente. Porque sabe que la revolución que apunta hacia el ecomunitarismo se construye más acá y más allá de esas instancias. Más acá en las múltiples iniciativas cotidianas comunitarias, asociativas y aún individuales que vayan promoviendo cada una de las dimensiones que componen el Ecomunitarismo. (Por ejemplo, y para tomar solo una de las dimensiones del mismo, hoy ya es posible que l@s docentes que así lo deseen usen las brechas que deja el sistema educativo del capitalismo para promover la educación ambiental ecomunitarista, aunque la misma no pueda desarrollarse plenamente a causa de las limitaciones que le imponen los controles capitalistas). Y más allá de la legalidad capitalista y de su modelo electoral porque la historia ha mostrado que las revoluciones se han consumado cuando las fuerzas insurrectas saltaron por encima de los límites de la participación que les ofrecía el viejo régimen, estableciendo una nueva legalidad. Dicho eso hay que recordar que el Ecomunitarismo apunta a la abolición del Estado en base a la administración comunitaria de las cosas y del intercambio sostenible entre los humanos y el resto de la naturaleza, al mismo tiempo en que apunta a la superación del Derecho Positivo y de la Moral, en base a los Cuasi-Razonamientos Causales que componen las normas de la Ética que la comunidad elabora y deroga o reelabora argumentativamente.

# 22

## FÚTBOL: ¿OPIO DEL PUEBLO? LA RESPUESTA DEL ECOMUNITARISMO <sup>1</sup>

En 2016 publiqué en dos revistas universitarias (una salvadoreña y la otra brasileña) el artículo “El papel mediático del ídolo futbolístico en Latinoamérica: un estudio de caso” (ver [file:///C:/Users/Intel/Downloads/El\\_papel\\_mediatico\\_del\\_idolo\\_futbolistico\\_en\\_Latin.pdf](file:///C:/Users/Intel/Downloads/El_papel_mediatico_del_idolo_futbolistico_en_Latin.pdf) y <file:///E:/Sirio%202016/Libros%20y%20art%C3%ADculos/Idolo%20f%C3%BAtbol%20in%20Diaphonia.pdf>)

En el mismo, tras aclarar que me encanta mirar fútbol en la TV (aunque el deporte que más y mejor practiqué en mi juventud fue el básquetbol), analicé en detalle las notas que el principal diario de la derecha en Uruguay dedicó en aquel año a la estrella uruguaya del fútbol Luis Suárez. Y mostré que el tratamiento de dicho ídolo en esas notas cumplía dos funciones: la de dar por identificación con el ídolo la sensación de valía, influencia y poder a una mayoría que carecía de esas condiciones a causa de su pobreza o situación precaria de existencia (recordé el análisis que hizo Fromm acerca de la sensación de poder que el pueblo alemán sintió a través del poder real del Führer), y avivar en esa población pobre o de existencia precaria la esperanza de que alguno de sus hijos o nietos, dedicándose al fútbol, podría ascender (arrastrando consigo a su familia) hasta el círculo de los “ricos y famosos”, sin cuestionar el capitalismo.

---

<sup>1</sup> Publicado originalmente en *Revista Realidad* da Universidad Centroamericana José Simeón Cañas, de San Salvador, El Salvador, n. 148, 2016, p. 97-107.

Obviamente que a esas funciones se suma otra conocida desde hace muchísimo tiempo (en especial cuando un Gobierno en apuros inventa o agudiza un conflicto internacional para canalizar la atención de la nación hacia un enemigo externo) en esa promoción mediática incesante de los ídolos futbolísticos: la de desviar la atención del pueblo para que no concentre su interés en cuestiones cruciales como la referente a por qué hay tanta gente en la pobreza mientras una elite vive con gran lujo.

Por eso, dije, en tales circunstancias el fútbol podía ser considerado como el opio del pueblo (parafraseando la célebre frase que Marx dedicara a la religión).

Ahora, en junio de 2023 Montevideo está al borde de quedarse sin agua potable (por repetidos errores u omisiones ambientales de los sucesivos gobiernos) y la que se distribuye a sus habitantes a través de la red hídrica tiene un grado de salinidad que compromete la salud de bebés, hipertensos y otras personas en estado sanitario frágil, al tiempo en el que perjudica el buen funcionamiento de ciertas máquinas que usan esa agua. El gobierno de turno reza por lluvias superabundantes que puedan resolver la crisis.

Pero en junio de 2023 la selección de fútbol sub 20 de Uruguay acaba de coronarse por primera vez campeona del Mundo. A la distancia sufrí y sudé mirando por TV cada partido de ese Mundial y disfruté placenteramente esa victoria. La gran prensa uruguaya (escrita, radios y TV) la festejó y exaltó a la saciedad y promovió la caravana de los jugadores que por tres horas recorrió muchos kilómetros de Montevideo, acompañada desde las aceras por un público de decenas (quizá centenas) de millares de personas. Así reforzaba esa gran prensa aquellas dos funciones opiáceas que en 2016 dije que el capitalismo hace

jugar a los ídolos del fútbol, y, de paso, desviaba la atención de la aguda crisis hídrica padecida por los montevideanos (acorde a la tercera función opiácea que más arriba señalé).

Pero además me llamó la atención otro hecho que no había destacado en mi artículo de 2016. En uno de los programas futbolísticos radiales más conocidos de Uruguay (que también tiene imágenes en su difusión a través de *you tube*) los periodistas insistieron una y otra vez en el hecho de que la particular combatividad que los futbolistas uruguayos habían demostrado en el torneo mundial que los consagró como vencedores (combatividad conocida como la “garra charrúa”) se debía en última instancia al hecho de que la mayoría de ellos venía de familias pobres y hacían del fútbol un mecanismo desesperado de supervivencia; y dichos periodistas agregaron que así había ocurrido siempre en la historia victoriosa del fútbol uruguayo en las competencias internacionales, y que ese no era el caso de los futbolistas italianos que fueron vencidos por los uruguayos en la final del torneo mundial sub 20 de 2023.

Lo que me parece revelador de esa tesis es que en ningún momento pasó por la cabeza de esos periodistas la cuestión de la legitimidad y necesidad de la lucha contra la pobreza material para erradicarla en Uruguay (y en el mundo), y la pregunta sobre qué consecuencias tendría esa erradicación (en Uruguay y en el mundo) en la combatividad de l@s futbolistas (y otr@s deportistas). La citada cuestión indica una aceptación tácita de la idea de que la pobreza material sería insuperable; lo que es falso a la luz, ya no de la propuesta poscapitalista ecomunitarista, sino también de la situación de varios países capitalistas europeos. Y la pregunta omitida no permite entender la combatividad que demuestran año tras año los futbolistas de países que

varias veces han ganado o llegado a las finales de campeonatos mundiales de mayores, pero en los cuales la pobreza material absoluta ha sido erradicada o reducida a expresiones mínimas (piénsese en Alemania, Suecia u Holanda).

## **LA RESPUESTA ECOMUNITARISTA**

El Ecomunitarismo, basado en las tres normas fundamentales de la ética (que nos exigen, respectivamente, luchar para garantizar nuestra libertad individual de decisión, realizar esa libertad en la búsqueda de acuerdos consensuales con l@s demás y preservar-regenerar la salud de la naturaleza humana y no humana) acaba con la pobreza material y tiende a realizar el principio que reza “de cada un@ según su capacidad y a cada un@ según su necesidad, respetando los equilibrios ecológicos y la interculturalidad”. Una de las dimensiones del Ecomunitarismo es la educación ambiental ecomunitarista socialmente generalizada (en las instancias educativas formales y no formales). Y un componente de dicha educación es la educación física educativa y cooperativa (en vez de la competitiva que promueve el capitalismo). Esa educación incluye entre sus actividades la redefinición de los deportes actualmente existentes según una modalidad educativa, cooperativa y no crematística. En 2015 escribí el artículo “Notas sobre ecomunitarismo e esporte educativo e cooperativo” (ver <https://e-revista.unioeste.br/index.php/diaphonia/article/view/10200> y su versión en español en las páginas 44-57 de <https://www.editoraphillos.com/sirio-lopez-velasco2>)

Entonces dije que podemos enunciar como principios del deporte educativo-cooperativo en perspectiva ecomunitarista, los siguientes: 1)

nunca será practicado por dinero, 2) priorizará la cooperación (fundamentada en la segunda y primera norma de la ética), o sea la actividad consensual basada en la libertad de contribución de cada uno, y, 3) siempre velará por el respeto a la tercera norma de la ética, o sea por la preservación-regeneración de la salud de la naturaleza humana y no humana; así se fomentará la actividad que promueva tal salud y se luchará contra (incluso mediante su prohibición) las actividades que intrínsecamente implican lastimar a otros participantes (como ocurre en el boxeo y deportes semejantes al mismo) o a dañar o contaminar gratuitamente a la naturaleza no humana (como ocurre con los deportes motorizados, que, además de ese defecto, también despilfarran materiales y combustible).

Y agregaba (lo que aquí rescato con unas pocas correcciones) que en perspectiva ecomunitarista también podemos delinear una reformulación del fútbol (también generalizable, con las debidas adaptaciones, a otros deportes). En primer lugar, se podría simplemente renunciar a contar los goles. Ahora bien, si en un período de transición se resolviera contarlos, podrían ser adoptadas las siguientes reglas (entre otras posibles con el mismo espíritu): 1) de los goles que marque cada equipo en un partido, será contabilizado solamente uno de cada jugador (lo que obliga a que el equipo se esfuerce cooperativamente para que todos sus integrantes marquen su gol; si un jugador marca un segundo tanto personal, éste no será contabilizado); 2) en equipos de hasta 6 jugadores, solamente será válido aquel gol que suceda después de que en la jugada que lo originó todos los jugadores del equipo hayan tocado la pelota (para fomentar el juego colectivo-cooperativo); se admite solamente una “interrupción” por el toque de algún adversario, y si el mismo hizo dos, se debe recomenzar el conteo de los toques; para

equipos de 11 jugadores o más se puede fijar la regla de que para que un gol sea válido por lo menos la mitad más uno de los jugadores del equipo que lo marca haya debido tocar la pelota (valiendo la regla de la “interrupción” antes citada); y, 3) habrá rotación en la posición del portero y de todas las posiciones de defensa y ataque tras cada gol válido (para fomentar el desarrollo de múltiples habilidades en cada participante).

### **Y EN EL CAPITALISMO, ¿CABE DISFRUTAR EL FÚTBOL?**

Dicho todo lo anterior creo que, sorteando las trampas opiáceas, los instantes de relajación y disfrute dentro del capitalismo no solo son parte del derecho a la felicidad, sino que también son momentos necesarios para la preservación de la salud psicofísica indispensable para llevar adelante con fuerza la lucha ecomunitarista. De ahí deduzco que es lícito disfrutar aun dentro del capitalismo del fútbol bien jugado, rechazando todo fanatismo o chauvinismo, aunque sepamos que dicho deporte está pervertido por el capitalismo. Porque en esos momentos de disfrute no olvidamos nunca que inmediatamente después continúa la necesaria lucha contra el capitalismo, en perspectiva ecomunitarista. (Lo mismo vale para otros momentos de disfrute dentro del capitalismo, como lo son, entre otros, una fiesta familiar o con amig@s, o un baile).

Ahora bien, cuando en algún lugar está en peligro algo tan esencial para la vida humana como lo es el suministro de agua potable (como ocurre en Montevideo en junio de 2023), parece indiscutible que la solución de tal carencia debería constituirse en una prioridad absoluta que deje en segundo plano y postergue cualquier otra actividad. A ese respecto recuerdo que cuando, entre otros lugares, hace casi 35 años me

alojé una semana en una Escuelita rural del norte uruguayo a los efectos de realizar una investigación lingüística para el ADDU (Atlas Lingüístico Diatópico y Diastrático del Uruguay), las tres maestras que heroicamente ejercían en aquella remota escuelita suspendieron las aulas durante un día para que todos (ellas, los alumnos, mi esposa y quien escribe estas líneas) acarreásemos en baldes desde el manantial cercano el agua que era indispensable para el funcionamiento de aquel establecimiento y que era almacenada en un aljibe.

# 23

## **FILÓSOF@S Y PROPUESTAS REVOLUCIONARIAS: LA VISIÓN ECOMUNITARISTA EN POQUÍSIMAS PALABRAS <sup>1</sup>**

Estas brevísimas líneas pretenden introducir a un diálogo-debate que juzgo esencial en el actual momento histórico (en especial en Abya Yala).

En 2022 publiqué un capítulo intitolado “El filósofo y las luchas sociales en América Latina en el siglo XXI ” (en las páginas 265-279 del libro “Libertad y justicia social para el cambio social – Teoría y conceptos”, organizado por Pablo Guadarrama y Lucia Picarella, vol. 2, NaSC Free Press, Università degli Studi di Salerno, Fisciano-Salerno, Italia, en <https://www.narrativesresearch.org/book-series/archive> )

Casi al final de ese capítulo decía “De los filósofos se espera hoy que se comprometan en la lucha de los movimientos socio-ambientalistas-políticos de liberación manteniendo su exterioridad crítica como filósofos. Creo que esta posición (que me parece ya han defendido Dussel y Hinkelammert) sitúa al filósofo en una tensión heroica pero indispensable: por un lado, tiene que estar dispuesto a morir luchando junto a sus herman@s de causa, y, al mismo tiempo, debe guardar la distancia que permite criticarse y criticarlos, para evaluar permanentemente el rumbo de lo hecho, de forma a alertar sobre los errores cometidos o posibles, y ayudar a iluminar el futuro. Claro, que

---

<sup>1</sup> Publicado originalmente no Portal *Aporrea*. Acceso free: <https://www.aporrea.org/autores/sirio.lopezv>

como es falible, el filósofo sólo ejercerá de forma creíble y consecuente esa segunda tarea si siempre está dispuesto a autocriticarse en primer lugar”.

Asumiendo esa posición hacía mía la tesis de que la/el filósof@ que se identifica con la lucha popular que apunta a un más allá del capitalismo (en mi visión, el Ecomunitarismo), desde su singular posición debe hacer las propuestas que juzgue pertinentes para mejorar el camino que su pueblo está transitando.

Con ese entendimiento acabo de decirle a un filósofo boliviano que se identifica con el Proceso de Cambio inaugurado por el primer gobierno de Evo Morales y que ocupó un cargo en el actual gobierno de Arce y Choquehuanca, que había visto en youtube varias conferencias suyas; y le agregué que apreciaba su enfoque de la política basado en el sentir/pensar indígena y le pregunté cuáles propuestas concretas deducía de ese enfoque para Bolivia en las diversas dimensiones que constituyen el Ecomunitarismo (le mencioné la economía comunitario-ecológica y sin patrones, la política de tod@s, la educación ambiental ecomunitarista socialmente generalizada, la comunicación libre y simétrica, la estética de la liberación y la política internacional).

Por toda respuesta ese colega me envió su más reciente conferencia. En la misma, además de reiterar los fundamentos de su propuesta de una política espiritual, decía en un par de pasajes que la construcción del Estado Plurinacional en Bolivia tiene defectos, y que había que trabajar la Pedagogía. Entonces le pregunté cuáles considera que son esos defectos y cuáles eran sus propuestas pedagógicas, aunque fueran iniciales y provisorias, y le recordaba que en mi propuesta ecomunitarista avanzo ideas para cada una de las citadas dimensiones y que en ese contexto incluyo ciertas directrices para la acción

pedagógica (en la educación formal y no formal) que se basan y amplían la pedagogía elaborada por Paulo Freire.

Entonces el colega me envió la siguiente respuesta, que transcribo literalmente: “Señor Sirio, sus preguntas son demasiado puntuales y esquemáticas, como alguna vez señalé a quiénes reclaman respuestas inmediatas: nunca hay que quitarle protagonismo al pueblo. Si somos coherentes no es un modelito ideal de funcionamiento perfecto pensado en el escritorio la solución sino el modo cómo el propio pueblo va desplegando sus propias potencialidades. El mundo intelectual está abarrotado de ‘propuestas’ pero el pensar radical no funciona verticalmente de arriba a abajo. Varias interrogantes tuyas las he ido trabajando en mis varios libros, pero no para diseñar recetarios sino para ofrecer diagnósticos de situación que permitan al pueblo despertar sus capacidades políticas e históricas. Ese es mi humilde aporte que puedo ofrecer, por eso me dedico más al desmontaje de los mitos modernos y capitalistas para ofrecer criterios de evaluación de la propia Praxis popular revolucionaria. Gracias por su comprensión”.

Coherente con lo que había manifestado en el capítulo del libro que mencioné al principio de estas líneas le respondí lo siguiente: “Colega: Seré muy breve. Entiendo tu auto-limitación pero no la comparto. No hablo de recetarios. Como dijiste en el último minuto de tu más reciente coloquio, la teoría es fundamental para continentalizar la experiencia boliviana. Ahora bien, 1) esa teoría incluye las propuestas-soluciones concretas que se dan en Bolivia, desde la estructuración del Estado Plurinacional hasta la Pedagogía (pasando por las otras dimensiones que cité); 2) creo mucho en la idea de que solo el diálogo mutuamente enriquecedor sobre/para las propuestas-soluciones concretas entre lo que llamas ‘el pueblo’ y l@s intelectuales (orgánic@s, sean o no parte de

alguna estructura político-partidaria), nos permitirá encontrar los caminos para superar el capitalismo (con rumbo ecomunitarista); por eso defiendo la tesis de que l@s intelectuales deben hacer propuestas concretas (aunque a veces genéricas), así como oirán las que vienen del pueblo, y ambos dialogarán para implementar y corregir el camino hacia el Ecomunitarismo.

Y en ese punto está este diálogo, que juzgo indispensable y que espera la contribución de otr@s filósof@s e intelectuales (en especial de nuestra Abya Yala), para que continuemos caminando junto a nuestros pueblos.

# 24

## **NUESTRAMÉRICA ECOMUNITARISTA SOBERANA ANTE UCRANIA: NI EEUU-OTAN, NI RUSIA, NI CHINA**

1

Mientras aún se aguardan los efectos que provocará la rebelión del grupo Wagner del 24/6/23, nos ocuparemos en estas breves líneas del extenso artículo de autoría del científico y asesor gubernamental ruso Sergei Karaganov, que Resumen Latinoamericano publicó el 23/6/23 con el título “Una decisión difícil pero necesaria: el uso de armas nucleares puede salvar a la humanidad de una catástrofe global” (ver <https://www.resumenlatinoamericano.org/2023/06/23/rusia-sergei-karaganov-una-decision-dificil-pero-necesaria-el-uso-de-armas-nucleares-puede-salvar-a-la-humanidad-de-una-catastrofe-global/>)

[En internet se encuentra una extensa nota de Wikipedia en inglés fácilmente legible sobre Sergei Karaganov, informando sobre sus importantes cargos e influencia en Rusia, y resumiendo los ejes de su pensamiento].

En este artículo publicado por Resumen Latinoamericano Karaganov defiende como valores, además de la historia, a “la familia, la patria, el amor entre un hombre y una mujer, y la fe” (al mejor estilo de un reaccionario latinoamericano como Bolsonaro), y dice que las armas nucleares fueron una creación de Dios (!?). Y si bien en este texto critica en una frase y al pasar al capitalismo, todo su discurso no tiene

---

<sup>1</sup> Publicado originalmente no Portal *Aporrea*. Acceso *free*: <https://www.aporrea.org/autores/sirio.lopezv>

otro centro que el poder de Rusia (e, incidentalmente, de China) opuesto al de EEUU y "Occidente" (al mejor estilo de la geopolítica imperialista de la Doctrina Monroe, pero pensada desde Rusia). Eso es evidente en la forma en que trata la guerra en Ucrania (país cuya propia existencia pone en cuestión) y en su propuesta de "cambio de dirección hacia el Este". Y lo más peligroso para toda la Humanidad en este artículo es que propone el uso de las armas nucleares (no solo en Ucrania, sino que amenazando también al territorio de otros países) para hacer retroceder a EEUU y a "Occidente".

Conste que al proponerlo Karaganov ni cogita la posibilidad de que ese uso desencadene una respuesta nuclear de EEUU-OTAN, lo que daría lugar a una contra-respuesta rusa, matando de inmediato a centenas de millones de personas en Rusia, EEUU y Europa, y, por efectos de la radioactividad, a corto y medio plazo a otras centenas de millones en el resto del mundo, o, simplemente, matando a toda la Humanidad.

Solo en la última frase de su texto Karaganov da un objetivo supuestamente humanista a su discurso, al hablar (sin decir que no sería capitalista) de un futuro mundo multipolar, pluricultural y multicolor. (Lo que no se pregunta Karaganov es si después de una guerra nuclear sobraría gente para habitarlo).

La impresión que da es que al ver que la guerra en Ucrania se ha empantanado, Karaganov tiene el mismo reflejo del General yanqui-imperialista MacArthur cuando percibió que no ganaría la guerra de Corea y pidió la autorización del presidente de EEUU para usar allí las mismas armas nucleares que acababan de doblegar a Japón (autorización que, felizmente, le fue negada). Y ese reflejo de Karaganov puede verse peligrosamente agudizado en la cúpula rusa tras la rebelión del grupo Wagner.

Ante toda esta locura, no hace falta ser leninista (en 1914-1917) para entender que en el conflicto descrito por Karaganov la única parte “buena” es la población civil que lo paga con su vida o el exilio, y la gente que es enrolada por la fuerza para combatir en alguno de los bandos, y que lo que cabe es oponerse por igual a ambos bandos (y a Zelensky) luchando para que la Humanidad trascienda el capitalismo (rumbo al comunismo, dijo Lenin, y yo digo rumbo al ecomunitarismo); eso incluye la superación de todos los nacionalismos y la instalación de la paz perpetua y la cooperación solidaria entre todos los pueblos. A Karaganov hay que recordarle la consigna que llevó en su país a la victoria a la Revolución de octubre de 1917: “Paz, pan y tierra” (sabiendo que el mundo padece hoy con muchas guerras, incluyendo la de Ucrania, que unos mil millones de seres humanos no comen hoy lo suficiente para gozar de buena salud, y que “tierra” significa hoy, además de la reforma agraria anti-capitalista, el amor y defensa de la Pacha Mama, como lo exige la tercera norma fundamental de la Ética).

Hay que aclarar que cuando en mi juventud me enrolé en el Movimiento de Liberación Nacional – Tupamaros, de Uruguay, teníamos la noción de lo nacional que sigue: son legítimos los movimientos que apuntan a liberar a un país de la opresión colonial, neocolonial o imperialista; pero el triunfo de esa causa no debe servir para fortalecer cualquier tipo de nacionalismo chauvinista, sino para abrir a ese pueblo liberado a la convivencia pacífica y de mutua ayuda solidaria con todos los pueblos del mundo; y eso es aún más válido cuando ese movimiento de liberación nacional pretende que su país se enrumbe hacia el poscapitalismo (en mi propuesta, el ecomunitarismo), donde ha de primar el internacionalismo humanitario-ambiental y nunca el nacionalismo.

Ahora bien, alguien podría preguntarnos: “¿no representa la lucha que lidera Zelensky una resistencia nacional anti-imperialista tan legítima como la vietnamita en el siglo XX, opuesta a una potencia que invade su país?”. Y la respuesta es “no”, porque Zelensky no es más que la punta de lanza del imperio yanqui-OTAN en Ucrania y en la región (contra Rusia e indirectamente contra China).

En ese contexto considero que es loable la decisión que adoptaron A. Latina y el Caribe en el Tratado de Tlatelolco (de 1967) al declararse tierras libres de armas nucleares. Y también considero loables las actuales iniciativas de los Presidentes Lula, López Obrador y Arce para que se instale cuanto antes una Mesa de negociación para llevar la paz a Ucrania, sin embanderarse con ninguna de las partes en guerra en esa región. Pues Nuestramérica, caminando hacia el Ecomunitarismo, debe unirse solidariamente y ser soberana ante cualquier potencia (sea ésta EEUU y sus satélites de la OTAN, Rusia, o China) y tener una voz independiente y pacificadora en el concierto de las actuales naciones. (En el futuro ecomunitarista toda la Humanidad habrá de constituir una gran familia que resuelva exclusivamente mediante el diálogo y el consenso sus eventuales diferencias, como lo exigen las dos primeras normas fundamentales de la Ética).

Resta esperar que, así como en su tiempo sucedió con la guerra de Vietnam, se levanten en EEUU y Europa (incluyendo también ahora a Rusia) poderosos movimientos populares que obliguen a sus actuales gobernantes a seguir los pasos de los tres presidentes latinoamericanos arriba citados, aunque sea por mero instinto de conservación; y que lo mismo ocurra en el resto del mundo, a partir de la enérgica movilización de todos los pueblos, que deben advertir que su propia supervivencia

está hoy amenazada por la posibilidad más que nunca real de un holocausto nuclear de alcances planetarios.

# 25

## EN ÓPTICA ECOMUNITARISTA 50 AÑOS DESPUÉS EL PROGRAMA DE LOS TUPAMAROS SIGUE VIGENTE <sup>1</sup>

Como no vivo en Uruguay las brevísimas líneas que siguen no pretenden inmiscuirse en el debate de ese país (algo a lo que no tengo derecho), sino que abordo las situaciones aquí analizadas con la esperanza de que quizá estas consideraciones puedan ser útiles en buena parte de Abya Yala (que el actual Vice-presidente de Bolivia, David Choquehuanca define como “tierra madura de la eterna fertilidad y juventud, en permanente renovación”). Lo hago como un observador externo que, no casualmente, es un filósofo que se ocupa de temas de la filosofía política. Claro que no puedo dejar de advertir a la lectora o lector que no debe obviar el componente emocional que pudiera tener este análisis, por el hecho de que en mi juventud pertenecí al Movimiento de Liberación Nacional – Tupamaros, de Uruguay.

El 27/6/23 el cierre del Parlamento, que ocurrió 50 años antes, fue ampliamente recordado en Uruguay; pues ese acto marcó la oficialización de la dictadura que, promovida por EEUU, ya venía de antes y que, también oficialmente (porque ni los militares ni los civiles golpistas dejaron de hacer política hasta hoy) duró hasta 1985. Esa dictadura le costó al pueblo uruguayo (incluyendo el MLN-T) decenas de miles de pres@s violad@s y torturad@s, miles de exiliad@s, más de un centenar de desaparecid@s y otr@s tant@s asesinad@s.

---

<sup>1</sup> Publicado originalmente no Portal *Aporrea*. Acceso free: <https://www.aporrea.org/autores/sirio.lopezv>

Ahora bien, en el marco de la mencionada rememoración no faltaron voces en la derecha civil y militar (incluyendo a la gran prensa) que intentaron deslegitimar la lucha que el Movimiento de Liberación Nacional –Tupamaros había librado hasta 1973.

Es por ello que cabe recordar los ejes del claro y escueto Programa que el MLN-T hizo público en marzo de 1971, para compararlo con un apretado resumen de varios aspectos importantes de la situación que vive Uruguay en 2023 (recordando que desde 1985 han gobernado alternadamente en Uruguay los tres Partidos más votados desde 1971, a saber, el Colorado, el Nacional, y el llamado “progresista” Frente Amplio, que lo hizo por tres períodos seguidos entre marzo de 2005 y marzo de 2020).

Entre los ejes de aquel Programa (ver su versión completa en [https://cedema.org/digital\\_items/120](https://cedema.org/digital_items/120) ) destaco los siguientes: 1) Reforma Agraria con expropiación de los latifundios. 2) Reforma urbana para dar cobijo a los necesitados de vivienda. 3) Entrega de las grandes fábricas y los grandes comercios a sus trabajadores. 4) Estatización de la Banca y del Comercio Exterior. 5) Distribución de la riqueza tendiendo a que cada persona recibiese lo requerido por sus necesidades. 6) Educación y salud públicas de calidad. 7) Revisión de las sentencias y recuperación de los apenados mediante la educación y el trabajo antes y después de su liberación. 8) Defensa armada de la Revolución (que concebíamos con carácter anti-imperialista, promotora de la integración solidaria y soberana de Nuestramérica, y orientada hacia el socialismo).

Ahora bien, repasemos muy brevemente la situación actual de Uruguay en cada uno de esos campos.

1. En vez de Reforma Agraria el Uruguay conoció desde 1985 una tal concentración y extranjerización de las tierras, que en 2023 se calcula que más de la mitad del territorio no pertenece a uruguayos, y hay multinacionales que poseen más de doscientas mil hectáreas. Y allí se extendieron como plagas los bosques de árboles exóticos destinados a producir pasta de celulosa para multinacionales que la exportan casi sin pagar impuestos a través de carreteras, vías férreas y espacios portuarios construidos a golpe de una creciente deuda pública; además, esos bosques se tutean con megamonocultivos transgénicos de soja y arroz que usan cantidades industriales de agrotóxicos (incluyendo algunos ya prohibidos en EEUU y/o Europa). Al mismo tiempo el campo uruguayo se ha ido vaciando al punto de que si en 1960 medio millón de personas residían de forma permanente en el campo, hoy ese número se ha reducido a tan solo unas 150 mil (de las 3 millones y medio de personas que habitan en Uruguay); y eso ocurre en un país que siempre ha vivido esencialmente del campo.

2. Al revés de lo pretendido por la propuesta de reforma urbana del MLN-T, en las periferias de Montevideo y de otras ciudades uruguayas fueron aumentando los asentamientos no urbanizados donde campea la pobreza y la violencia azuzada por el tráfico de drogas. En 2021 había en Montevideo 346 de esos asentamientos; y en 2022 eran unos 650 en total en Uruguay, con una población de unas 200 mil personas.

3. y 5. La elite empresarial disfruta el lujo de Punta del Este (y se reúne con políticos, incluyendo los del Frente Amplio, que les piden inversiones y les prometen que nunca serían expropiados), mientras casi un tercio de los trabajadores gana un salario que no cubre ni un tercio de una Canasta Familiar del Índice de Precios de Consumo. (De los 1,65 millones de personas ocupadas medio millón gana menos de 25

mil pesos, y la referida Canasta tiene un costo de 80 mil pesos). Al mismo tiempo se calcula que el 1% de la población posee más de la mitad de la riqueza nacional

4. En 2023 operan en Uruguay 2 Bancos públicos y otros nueve bancos (de los cuales 7 son grandes Bancos extranjeros, con sede en EEUU, Inglaterra, Canadá, España, Australia y Brasil, y que se nuclean en la Asociación de Bancos Privados del Uruguay), además de varias instituciones financieras. Esas casas bancarias y financieras privadas hacen pingües negocios y se sospecha que por lo menos algunas de ellas también manejan dinero del narcotráfico y de otras fuentes ilícitas.

5. Los grandes exportadores e importadores se hacen la fiesta a costa del simple ciudadano que paga caro por la carne, la lana y el cuero que se exportan en abundancia, y vive acogotado para pagar las cuotas de las deudas contraídas en la compra de artículos importados. (Dicho eso hay que recordar que la propuesta ecomunitarista pregona la frugalidad ecológica voluntaria). En 2022 el principal rubro de la exportación total de Uruguay que alcanzó los 13.356 millones de dólares fue la carne bovina, con un valor de 2.557 millones de dólares (o sea, 20% del total exportado). Al mismo tiempo, en abril de 2023 Montevideo era la capital más cara de Sudamérica en el costo de vida más alquiler (incluyendo, entre otros rubros, los alimentos, el transporte, los servicios y el ocio).

6. La educación y la investigación científica públicas aún no conquistaron la parte del Presupuesto Nacional reclamada desde hace décadas. La salud de los ricos está cubierta por caros servicios exclusivos, mientras la salud pública en Montevideo (donde vive más de un tercio de la población del país) sufre a causa de la salinidad de un agua seudopotable que en junio de 2023 está en inminente estado de

agotamiento, porque los sucesivos gobiernos dejaron morir al río que abastece a la capital uruguaya.

7. En el Uruguay de 2023 uno de cada 240 uruguayos está preso y las grandes cárceles son infiernos dantescos.

8. Uruguay todavía entrena a su Policía y sus Fuerzas Armadas (que mantienen las mismas tesis antipopulares que tuvieron en la dictadura) con asesores yanquis. Y siendo presidente de la República, José Mujica presionó para lograr la posición negativa del Diputado (ex integrante del MLN-T) que tenía el voto decisivo para la anulación de la Ley que garantiza la impunidad de la casi totalidad de los uniformados que durante la dictadura asesinaron, violaron, torturaron, y robaron niños y bienes de los detenidos; y con la presión de Mujica, los militares y la derecha, esa ley fue mantenida. Muy pocos de los cuerpos de los más de cien desaparecidos por la dictadura han sido encontrados.

A nuestra manera y con proyección para toda Abya Yala incorporamos las ideas del Programa del MLN-T en las diversas dimensiones del Ecomunitarismo, que hemos detallado en libros, artículos y varios textos muy breves, a veces dirigidos exclusivamente a colegas de Uruguay. (Por ejemplo, para el gran problema planteado por la proporcionalmente enorme población carcelaria existente en ese país, hemos sugerido la solución basada en capacitación y trabajo agropecuario en Granjas Estatales; de paso, aclarábamos, si después de cumplida la pena se lograra el afincamiento en el campo de esas personas/familias, se revertiría por lo menos en parte la alarmante despoblación que viene sufriendo el campo uruguayo). A muchos de esos escritos se puede acceder gratuitamente en la referencia bibliográfica que sigue abajo, recordando que el Ecomunitarismo es el orden comunitario-ambiental poscapitalista en el que se realiza el principio

que reza: “De cada un@ según su capacidad y a cada un@ según su necesidad, respetando los equilibrios ecológicos y la interculturalidad”.

# 26

## ECOMUNITARISMO Y LA CARTA DE LA SECRETARIA DE ALLENDE: BREVÍSIMAS NOTAS <sup>1</sup>

El próximo 11 de septiembre se cumplirán 50 años del Golpe que en Chile acabó con la vida de Salvador Allende. El 7/7/73 se publicó la versión integral de la carta que, poco tiempo después del Golpe, la secretaria de Allende (Miria Contreras, conocida como “la Payita”) le escribió a una de las hijas del Presidente (Beatriz, conocida como “Tati”; ver <https://rebellion.org/carta-de-payita-a-tati-allende/>).

Aquí, en óptica ecomunitarista, tejemos unas brevísimas e iniciales notas acerca de esa carta, que es un verdadero documento histórico.

En ella, además del comportamiento heroico de Allende y de muchos de sus acompañantes en el palacio presidencial de La Moneda el 11/9/73, y de los detalles y nombres referentes a las víctimas y victimarios de la represión golpista, afloran varios datos políticos relevantes. Entre ellos considero aquí como ejemplos, por ahora, a tres.

1. La confirmación de que Allende se reunió con un grupo de personas (según, Carlos Jorquera, testigo presencial que aparece en *You Tube* en el reportaje español “¿Quién disparó a Salvador Allende?”, eso ocurrió el domingo 9/9/73, y el Golpe fue el martes, y entre esas personas estaban Pinochet y otro General) para anunciarles que al día siguiente llamaría a un Plebiscito sobre su política, para calmar a la Democracia Cristiana y bajar la tensión política, pues si lo perdiese

---

<sup>1</sup> Publicado originalmente no Portal *Aporrea*. Acceso free: <https://www.aporrea.org/autores/sirio.lopezv>

Allende podría incluso renunciar (y Jorquera dice que Pinochet, sabedor de que el Golpe ocurriría el martes, le pidió a Allende que postergara ese anuncio hasta el miércoles). En la Carta se dice que, además del Plebiscito, estaban a consideración de Allende otras dos posibilidades: un Acuerdo con la DC (con la publicación de inmediato del Proyecto Hamilton, senador de la rechazada Democracia Cristiana, que regulaba las tres áreas de la economía), y un Gobierno de Seguridad y Defensa Nacional; y la carta agrega otra, presentada por el Partido Comunista, consistente en acortar el periodo presidencial a 4 años.

O sea, que el imperio yanqui y la derecha civil y militar chilena QUISIERON EL BAÑO DE SANGRE Y TORTURAS Y PRISIONES Y EXILIO, a pesar de que la salida política democrática les estaba siendo ofrecida por Allende a través de la vía plebiscitaria.

Moral de la historia: el imperialismo y la derecha se cagan literalmente en la supuesta democracia que pregonan cuando su poder económico-político-militar-cultural y el capitalismo pueden estar en peligro.

2. La carta dice que el día del Golpe Allende ofreció a los golpistas un punteo para una eventual negociación, que incluía la seguridad para la continuidad de los Sindicatos de los trabajadores, ninguna represión contra la izquierda, y el completo respeto a todas las conquistas de los trabajadores; suponemos que todo eso se pedía a cambio de una eventual renuncia de Allende. Pero los emisarios de Allende que llevaban ese punteo ni regresaron a La Moneda, lo que confirma la opción sanguinaria del imperio y de la oligarquía golpista a través de su brazo militar en Chile.

3. La carta dice que Allende no creía que los milicos bombardearían La Moneda (lo que da cuenta de su ingenuidad, fruto de su bonhomía,

que también se expresó, según el testigo que cité antes, en el hecho de que Allende, convencido de que Pinochet le era leal, en las primeras horas del Golpe le manifestó a uno de sus acompañantes su inquietud por lo que le pudiera estar pasando “al pobre de Augusto”). Agrego que igual ingenuidad acompañó a Evo Morales cuando no percibió que los Mandos militares y policiales apoyarían el Golpe que lo derribó a fines de 2019. Moral de la historia: parafraseando lo que dijo el Che acerca del imperialismo, en los milicos de las Fuerzas Armadas y policiales erigidas por el Estado capitalista “no hay que confiar ni un tantico así” (y mostró los dedos índice y pulgar casi pegados).

4. Por todo lo dicho resumimos aquí telegráficamente dos posturas ecomunitaristas básicas acerca de la democracia y de la cuestión militar.

El Ecomunitarismo defiende una política de tod@s apoyada lo más posible en la democracia directa (en especial mediante asambleas, plebiscitos y referendos, hoy muy facilitados por medio de la internet); y cuando sea indispensable mantener espacios de democracia representativa, l@s representantes podrán ejercer solo dos mandatos consecutivos, serán elegid@s y revocables por los representados, y habrá prestación periódica de informaciones y resultados, a los efectos de recibir de la ciudadanía las quejas y sugerencias acerca de lo que está siendo hecho. Y como lo dijimos en otra oportunidad, el Movimiento en pro del ecomunitarismo no aceptará plegarse a los límites que quiera imponerle la legalidad capitalista, y tampoco centrará su acción en la disputa electoral que hoy ofrece la seudodemocracia seudorrepresentativa capitalista, aunque no renuncie a valerse de una y otra cuando lo crea pertinente. Porque sabe que la revolución que apunta hacia el ecomunitarismo se construye más acá y más allá de esas instancias. Más acá en las múltiples iniciativas cotidianas comunitarias,

asociativas y aún individuales que vayan promoviendo cada una de las dimensiones que componen el Ecomunitarismo. (Por ejemplo, y para tomar solo una de las dimensiones del mismo, decíamos que hoy ya es posible que l@s docentes que así lo deseen usen las brechas que deja el sistema educativo formal del capitalismo para promover la educación ambiental ecomunitarista, aunque la misma no pueda desarrollarse plenamente a causa de las limitaciones que le imponen los controles capitalistas). Y más allá de la legalidad capitalista y de su modelo electoral porque la historia ha mostrado que las revoluciones se han consumado cuando las fuerzas insurrectas saltaron por encima de los límites de la participación que les ofrecía el viejo régimen, estableciendo una nueva legalidad. Dicho eso hay que reafirmar que el Ecomunitarismo apunta a la abolición del Estado en base a la administración comunitaria de las cosas y del intercambio sostenible entre los humanos y el resto de la naturaleza, al mismo tiempo en que apunta a la superación del Derecho Positivo y de la Moral, en base a los Cuasi-Razonamientos Causales que componen las normas de la Ética que la comunidad elabora y deroga o reelabora argumentativamente.

Esa política ecomunitarista incluye el mutuo aprendizaje y la cooperación mutuamente solidaria entre los pueblos y culturas de Abya Yala y del mundo, pues el principio rector del Ecomunitarismo (apoyándose en las tres normas fundamentales de la Ética) reza: “De cada un@ según su capacidad y a cada un@ según su necesidad, respetando los equilibrios ecológicos y la interculturalidad”. (Recuérdese que esas tres normas nos obligan, respectivamente, a luchar para garantizar nuestra libertad individual de decisión, a realizar esa libertad en la búsqueda de acuerdos consensuales con l@s demás, y a preservar-regenerar la salud de la naturaleza humana y no humana).

En lo militar el Ecomunitarismo postula la creación de Milicias Populares de integración voluntaria y rotativa para cumplir las tareas de la seguridad interna y de la Defensa nacional (y continental). Tales Milicias hacen posible la reducción al mínimo indispensable y la progresiva extinción de las Fuerzas Armadas y de los cuerpos policiales regulares; y en un futuro que deseamos lo más cercano posible, la Humanidad habrá de implementar la extinción de cualquier cuerpo armado y de las armas (a no ser las estructuras y artefactos que se juzguen indispensables para proteger al Planeta del impacto de un meteorito o de una eventual agresión alienígena).

# 27

## ECOMUNITARISMO Y “PODER”: NOTAS ACLARATORIAS <sup>1</sup>

No soy el primer filósofo que se ha ocupado del “poder”. Ahora bien, como sigo oyendo y leyendo discursos que lo abordan de una forma que creo equivocada, sintetizo en estas notas telegráficas mi definición y las consecuencias que de ella se derivan en óptica ecomunitarista.

Marx aclaró que el capital no es una “cosa”, sino la relación social que existe entre los dueños de los medios de producción y sus asalariados; aunque el capital se encarna en varias “cosas”, como lo son, por ejemplo, una suma de dinero que se valoriza (crece) extrayendo plusvalía de los trabajadores, las instalaciones y máquinas de una fábrica que pertenece a un capitalista (dos de los componentes del “capital constante”), y el monto de salarios que el capitalista paga a sus trabajadoras-es (que constituye el “capital variable”).

Algo similar ocurre con “el poder”.

Empiezo aclarando lo obvio, a saber, que cuando se habla de “poder”, es necesario distinguir el verbo del sustantivo. El verbo significa, según lo dice cualquier diccionario “tener la facultad o capacidad de hacer algo”.

Pero el problema filosófico, político y para la vida de todos los días aparece cuando nos ocupamos del sustantivo, o sea, de “el poder”.

---

<sup>1</sup> Publicado originalmente no Portal *Aporrea*. Acceso *free*: <https://www.aporrea.org/autores/sirio.lopezv>

Porque para muchos “el poder” aparece como una “entidad/dimensión” o “cosa”. Al concebirlo como cosa se habla de “tomar el poder”, como se habla de tomar un castillo por asalto, o tomar un martillo. Y al concebirlo como entidad/dimensión se lo piensa como un “algo” que estaría presente/escondido (al estilo de lo “en potencia” aristotélico) en el interior de una persona.

SOSTENEMOS QUE “EL PODER” NO ES NI UNA COSA NI UNA ENTIDAD/DIMENSIÓN, SINO QUE CONSISTE EN LA RELACIÓN SOCIAL ASIMÉTRICA QUE EXISTE ENTRE QUIEN DECIDE Y QUIEN NO DECIDE.

Y esto se aplica en los más diversos órdenes de la vida, desde el universo familiar hasta el de la política (local, provincial, nacional, regional-continental y mundial), pasando por la economía, etc.

Así, en una familia patriarcal a la vieja usanza, quien decide es el “padre de familia” y a él están subordinados, porque no deciden, su mujer, hijos y demás habitantes de la casa.

En la empresa capitalista quien decide es el patrón o un representante suyo, y a él están subordinados, porque no deciden, l@s asalariad@s que le venden su fuerza de trabajo. Y a tal punto están subordinad@s a la decisión del primero que, por más capacid@s y deseos@s de trabajar que estén, solo podrán hacerlo si un patrón o un representante del patrón l@s contrata, y solo podrán seguir trabajando en la empresa mientras el patrón o su representante lo deseen (pues en sus manos está la decisión de despedir a un/a trabajador/a cuando se les dé la gana). Esa relación asimétrica gana contornos muy escabrosos cuando el patrón o su representante la extiende (o intenta hacerlo) hacia el cuerpo de la o el asalariad@ más allá de su función productiva, queriendo hacerlo objeto sexual (y si la o el asalariado se niega, puede ser echad@ y perder su ganapán).

En la política real de la seudodemocracia seudorrepresentativa capitalista solo unos pocos deciden acerca de las cuestiones cruciales que afectan la vida de tod@s.

En el plano mundial eso se hace explícito en el hecho de que solo cinco países son miembros permanentes del Consejo de Seguridad de la ONU (el verdadero órgano decisivo con facultad de mandato ejecutivo, incluso vía militar, para las cuestiones que se ventilan en la ONU) y, por si fuera poco, tienen allí poder de veto sobre cada resolución.

En la política real de la seudodemocracia seudorrepresentativa capitalista a nivel local y nacional, los ricos, las multinacionales y el imperio yanqui-OTAN que compran los votos de los supuestos representantes, hacen que en las cuestiones cruciales los mismos voten contra los intereses de sus supuestos representados (sea en materia de salarios/jubilaciones dignos, seguridad social omniabarcante, vivienda decente, salud y educación pública y gratuita de calidad, calidad ambiental de la vida, etc.).

En la política continental impera sobre Nuestramérica la voluntad de los gobiernos de EEUU a través de ese “Ministerio de colonias” que es la OEA.

Así “el poder” es la relación social asimétrica que existe entre quienes deciden y quienes no, que en los ejemplos que hemos citado se encarna, respectivamente, en la autoridad imperativa del *pater familias*, del capitalista, de los países dominantes, de la potencia dominante en Abya Yala, y de las clases dominantes a escala local, provincial y nacional en cada uno de los países de Nuestramérica.

Ahora bien, como se sabe, hemos deducido las tres normas fundamentales de la Ética escudriñando la gramática profunda de la pregunta que la instaure, a saber, “¿Qué debo hacer?”. Y esas normas no

exigen, respectivamente, luchar para garantizar nuestra libertad individual de decidir, realizar esa libertad en la búsqueda de acuerdos consensuales con l@s demás, y preservar-regenerar la salud de la naturaleza humana y no humana.

El Ecomunitarismo es el orden comunitario-ambiental poscapitalista en el que se aplican cotidianamente y en todos los ámbitos esas tres normas.

Como se percibe fácilmente, su aplicación extingue el “poder” así como lo hemos definido. Porque en aplicación de las dos primeras normas (que en perspectiva ecomunitarista siempre se combinan con la tercera) TOD@S deciden (a partir de su libertad de hacerlo y en decisiones consensuales con l@s demás). Así, se acaba la asimetría existente entre quienes deciden y quienes no, o sea, queda abolido el “poder”.

Veamos cómo sería la realidad ecomunitarista, abolición del “poder” mediante, en los ejemplos que hemos dado.

En la familia ya no hay un solo miembro que decide, sino que la vida familiar se ordena según la decisión consensual de sus miembros (decisión que parte de la libre opinión de cada uno de ellos).

En la economía (que en el Ecomunitarismo debe ser ecológica, según lo exige la tercera norma ética fundamental) son l@s productoras-es libres libremente asociad@s quienes administran los medios de producción (en especial tierras y empresas), para hacer realidad el principio ecomunitarista que reza “De cada un@ según su capacidad y a cada un@ según su necesidad, respetando los equilibrios ecológicos y la interculturalidad”. O sea que ya no hay en la economía la asimetría decisoria que impera en el capitalismo, y, por ejemplo, aplicando el citado principio, nadie queda marginado de la actividad

productiva por decisión de otr@ (por lo que se acaba el desempleo); como lo recordé en otro escrito, entre los incas incluso a los ciegos se le atribuía una labor (la de desgranar el maíz), a cambio de la cual recibían lo necesario para vivir.

En la política continental se acaban los mandatos del imperio yanqui-OTAN, y Nuestramérica decide de forma soberana y solidaria (como intenta empezar a hacerlo a través de organismos como la UNASUR y la CELAC).

En la política mundial la actual ONU es sustituida por la Organización de los Pueblos Unidos, donde no hay miembros permanentes de ningún Consejo de Seguridad y tampoco derecho de veto de ningún miembro, y todas las decisiones son adoptadas por consenso (para el bien y la entreatyuda solidaria de todos los pueblos del Planeta).

En la política local y nacional habrá de primar la democracia directa en base a asambleas (que buscan siempre el consenso), y cuando sean necesarios, los plebiscitos y referendos (hoy muy facilitados por las herramientas que nos da internet, que permitirían ampliarlos incluso a niveles continentales y aún mundiales, según sea el alcance de la cuestión en discusión). A quien le parezca ilusoria la apuesta ecomunitarista al consenso (siguiendo lo que exige la segunda norma ética fundamental) les recordamos que hace varios años Evo Morales aclaró que esa es la práctica cotidiana de los aimaras, que discuten todo el tiempo que sea necesario para alcanzarlo, tratando de evitar por todos los medios la división de la comunidad entre mayoría y minoría.

# 28

## **LA POSICIÓN ECOMUNITARISTA: NUESTRAMÉRICA SOBERANA (NI EEUU-OTAN, NI RUSIA, NI CHINA) <sup>1</sup>**

En los tiempos que corren es bastante frecuente que voces latinoamericanas que dicen defender la liberación nacional-continental y el socialismo se pronuncien explícita o implícitamente haciendo eco a posiciones de Rusia y/o China.

Creo que eso debe entenderse a la luz del engañoso adagio que reza “el enemigo de mi enemigo es mi amigo”. Pero para demostrar con un contraejemplo que ese adagio es engañoso basta mencionar que nadie que en A. Latina reivindique la liberación nacional y el socialismo considerará un amigo al grupo “Estado Islámico”, criminal y verdugo de las mujeres, por el hecho de que éste sea (a aparezca como) enemigo de EEUU y la OTAN.

Sin duda que la aplicación del mencionado adagio por las voces mencionadas se debe al largo rosario de crímenes que el imperio yanqui (luego y hasta ahora reforzado por la OTAN) ha cometido contra Nuestramérica desde los tiempos de Bolívar (quien en una carta escrita el 5 de agosto de 1829 al Coronel Patricio Campbell, discutiendo la idea de un sucesor y barajando opositores, se refirió a “...los Estados Unidos que parecen destinados por la Providencia para plagar la América de miserias, a nombre de la libertad”).

---

<sup>1</sup> Publicado originalmente no Portal *Aporrea*. Acceso free: <https://www.aporrea.org/autores/sirio.lopez>

Ahora bien, en encuentro sostenido el 20 de julio de 2023 el Presidente de China, Xi Jinping, llamó a Henry Kissinger “viejo amigo” (ver <https://www.resumenlatinoamericano.org/2023/07/20/china-xi-se-reune-con-kissinger-que-abordo-el-presidente-chino-con-su-viejo-amigo/>). Y los motivos que expuso al usar esa expresión se justifican DESDE LOS INTERESES DE LA CHINA QUE HOY DESPUNTA COMO POTENCIA MUNDIAL DE PRIMER ORDEN.

Pero ocurre que en perspectiva ecomunitarista defendemos la independencia solidaria y soberana de Nuestramérica en el concierto mundial. Así lo dijimos en el breve texto publicado en la última semana de junio de 2023, relacionado a la guerra en Ucrania, que intitulamos “Nuestramérica ecomunitarista soberana ante Ucrania: ni EEUU-OTAN, ni Rusia, ni China” (ver <https://www.aporrea.org/internacionales/a322725.html>). Y usamos totalmente a propósito la parte final de ese título que decía “NI EEUU-OTAN, NI RUSIA, NI CHINA”, para reafirmar la postura bolivariana de la necesaria independencia soberana de Nuestramérica.

Reafirmo otra vez esa postura ecomunitarista ahora que el Presidente chino llama “viejo amigo” a Kissinger. Pues éste, que tuvo incidencia en la política exterior de EEUU por lo menos desde 1969 (cuando asume como Consejero de Seguridad Nacional, hasta 1975) y fue Secretario de Estado entre 1973 y 1977 (ocupando la primera plana en los Gobiernos de Nixon y Ford) es reconocidamente nada menos que el mentor del Plan Cóndor (exterminador y torturador de jóvenes, de mujeres y hombres, en todo el Conosur latinoamericano) y el incentivador y protector de las dictaduras que sucesivamente enlutaron a Uruguay (con miles de presos/torturados y exiliados, un centenar de desaparecidos, otros tantos asesinados y algunos bebés robados), a Chile

(al precio de la vida de Salvador Allende y del sufrimiento de decenas de miles de chilenos asesinados, desaparecidos, presos/torturados y/o exiliados ) y a Argentina (con otros tantos miles de asesinados o desaparecidos, y decenas de miles de presos/torturados y/o exiliados, y muchos niños robados).

Así que queda muy claro que Kissinger no es para Nuestramérica ningún “viejo amigo”, sino lisa y llanamente un “viejo genocida”.

Vale la pena recordar que cuando en una de sus varias premiaciones absurdas, en 1973 los organizadores de los Premios Nobel concedieron a Kissinger el Premio Nobel de la Paz por las negociaciones con el Vietnam masacrado por los bombardeos estadounidenses (en guerra apoyada por la OTAN e incluso por algunos gobiernos vasallos del Tercer Mundo, incluyendo algunos latinoamericanos), el otro galardonado, el negociador vietnamita Le Duc Tho, rechazó dicho premio, para no equipararse a uno de los asesinos de su pueblo.

Cuidan de sus intereses las potencias EEUU-OTAN, Rusia y China.

Por nuestra parte reafirmamos lo manifestado en nuestro breve texto referente a la guerra en Ucrania cuando decíamos: “Pues Nuestramérica, caminando hacia el Ecomunitarismo, debe unirse solidariamente y ser soberana ante cualquier potencia (sea ésta EEUU y sus satélites de la OTAN, Rusia, o China) y tener una voz independiente y pacificadora en el concierto de las actuales naciones. (En el futuro ecomunitarista toda la Humanidad habrá de constituir una gran familia que resuelva exclusivamente mediante el diálogo y el consenso sus eventuales diferencias, como lo exigen las dos primeras normas fundamentales de la Ética)”.

Y a quienes hablan de pluripolaridad y de economía les decimos que es obvio que Nuestramérica debe mantener una diplomacia

pacificadora y de contacto con todos los pueblos, y que, si es conveniente, debe comerciar con todo el mundo, incluyendo a EEUU, la Unión Europea, Rusia y/o China, porque el lema básico del Ecomunitarismo (apoyándose en las tres normas fundamentales de la Ética) reza: “De cada un@ según su capacidad y a cada un@ según su necesidad, respetando los equilibrios ecológicos Y LA INTERCULTURALIDAD”.

Pero debe hacer lo uno y lo otro desde la construcción, manutención y reforzamiento de su integración solidaria, su independencia y su soberanía.

# 29

## **CARTA ECOMUNITARISTA A UM/A EDUCADOR/A DE ADOLESCENTES OU ADULTOS**

A concepção da educação (ambiental) ecomunitarista apoia-se nas três normas éticas fundamentais que nos obrigam, respectivamente, lutarmos para garantir a nossa liberdade individual de decisão, realizar essa liberdade na busca de acordos consensuais com os demais, e preservar-regenerar a saúde da natureza humana e não humana. (Lembra, educador/a, que essas três normas são deduzidas argumentativamente da gramática profunda da pergunta que instaura a Ética, a saber, Que devo fazer?). A partir deste ponto o que aqui esboço não são mais do que sugestões, para que você, educador, as reflita, avalie, modifique e/ou descarte. Penso que @ educador/a de adolescentes ou adultos deve estar convenientemente formado, pelo menos numa Licenciatura.

Resumimos o perfil dessa Licenciatura como se segue. A Licenciatura deve formar um/a professor/a que faça a “re-descoberta” e permita dialogicamente a seus alunos “re-criar”, pela investigação auxiliada pela teoria que sempre submete-se a testes, cada um dos principais conhecimentos implicados nos conteúdos trabalhados em vinculação com a problemática socioambiental (especialmente a dos oprimidos), como forma de contribuir à consolidação de sua reflexão crítica e de sua prática transformadora da realidade social, com vistas à superação do capitalismo e à construção de uma ordem socioambiental ecomunitarista.

Essa-e educador/a poderá vir a trabalhar numa instância da educação formal. Assim, definimos em perspectiva ecomunitarista as seguintes diretrizes para a educação formal: a) Vincular os conteúdos programáticos a problemas socioambientais da vida dos alunos nas diversas áreas (por exemplo, e dentre outras, o trabalho, a distribuição dos meios de produção e da riqueza, a alimentação, saúde, moradia, higiene, e ecologia), reservando espaços para se discutir essas questões sem medo de se afastar do “conteúdo específico” estipulado no Programa, b) promover a investigação coletiva e individual sobre os temas derivados do assunto escolhido, devendo @ professor/a exercer o papel de “auxiliar de planejamento, observação, elaboração de hipóteses, testes das mesmas e elaboração de resultados” numa atividade que aponta à “re-descoberta”/“re-construção” dos conhecimentos mediante a reflexão dialogada, c) sair para fazer trabalhos de campo e/ou criar espaços, mesmo que sejam modestos, na própria escola ou instituição educativa, dedicados à atividade de pesquisa descritiva ou experimental (sem descuidar a pesquisa bibliográfica, hoje muito facilitada pela Internet), d) dialogar na escola (instituição educativa) e/ou “in situ” com conhecedores (escolarizados ou não) do tema em estudo, apontando à integração entre os conhecimentos “técnicos” e suas implicações socioambientais, e, e) a partir do trabalho coletivo e das sistematizações elaboradas com a ajuda d@ professor/a e de conhecedores, promover ações voltadas para a informação e a implementação de soluções com rumo ecomunitarista para os problemas socioambientais investigados, existentes na escola ou instituição educativa, no seu bairro, no bairro de residência dos alunos e/ou na comunidade onde foi realizada a pesquisa.

A educação ambiental ecomunitarista defende a ideia de que devemos perseguir ao mesmo tempo a realização dos indivíduos universais a partir da aplicação do princípio “de cada um segundo sua capacidade e a cada um segundo sua necessidade, respeitando os equilíbrios ecológicos e a interculturalidade” (isto último, conforme à terceira norma fundamental da Ética).

Assim como Sócrates, Makarenko, Rousseau, Freire e Saviani, minha ótica ecomunitarista não aprova a teoria do não-diretívismo, nem mesmo na Universidade. A/o docente (em especial @ de Filosofia) sabe (ou deveria pelo menos saber) para que quer educar (apontando a que tipo de ser humano, e que tipo de ordem socioambiental); e esperamos que ela-e queira fazê-lo em perspectiva ecomunitarista; por outro lado, como bem o assinalou Saviani, sua experiência de vida e seus conhecimentos não o colocam como um “igual” ao adolescente. O que @ educador/a ecomunitarista pode e deve desejar-aspirar é que seus alunos devenham seus “iguais” como cidadãos, e com eles compartilhar os desafios socioambientais comuns (esperando tê-los como companheiros na busca do ecomunitarismo, mas respeitando escrupulosamente, e isso é obvio a partir da primeira norma da ética, a opção que cada um queira fazer por sua conta).

Por outro lado, acreditamos que o “não-diretívismo” gerou e é acompanhada de uma irresponsabilidade ética que faz com que muitos adolescentes tenham, como se diz, “perdido a noção dos limites”, ou seja, dos comportamentos da vida em comunidade que supõem o respeito do outro (seja nos moldes ecomunitaristas, ou inclusive capitalistas). Aqui vai, pois, minha concordância com a luta de Makarenko para que os educandos elaborem sua responsabilidade.

E essa questão está vinculada com outra: a do esforço na educação. Faz algum tempo li no jornal “El País” da Espanha um breve artigo de um intelectual que se queixava do conceito muito estendido hoje (mas, esclarecemos, já defendido por Rousseau) de que “a educação deve ser agradável”, condenando-se assim, a exigência do esforço. Compartilho dessa queixa. O simples fato de se ler um livro (que somente depois de lido poderá nos dizer se nos acrescentou alguma coisa ou não para nosso futuro imediato ou mediato) já significa um esforço; ora, esse esforço é indispensável (a não ser que se tenha a visão de uma aluna com quem me cruzei numa Licenciatura que me confessou que seu único defeito era que “não gostava de ler”). Não obstante, a justificativa do esforço em Makarenko deriva de sua defesa do interesse coletivo. Mas, uma vez que com Marx superarmos a dicotomia indivíduo-comunidade na busca do indivíduo universal, podemos dizer que esse esforço é também benéfico para o indivíduo; como o demonstra o testemunho de Ernesto Guevara, que sendo asmático foi também o heroico guerrilheiro vencedor de montanhas, somente amparado por “uma vontade que cultivei com paciência de artista”.

Em matéria de educação sexual, defendemos a teoria e prática de uma erótica da libertação pois acreditamos que faz parte do desenvolvimento do indivíduo universal a vivência de uma erótica não repressiva do prazer compartilhado (e a possível renúncia voluntária à sexualidade na idade que a pessoa o achar conveniente, conforme Gandhi a praticou, segundo a primeira norma fundamental da Ética). Assim a educação ecomunitarista, formal e não formal, fundamentará sua abordagem da sexualidade nas três normas básicas da ética para apregoar e defender o direito ao livre e saudável prazer consensuado (conforme o exigem, respectivamente, a primeira, terceira e segunda

daquelas normas); nessa perspectiva devem ser objeto de crítica e superação a discriminação da homossexualidade (pois daquelas três normas podem se aproximar ou se afastar tanto casais hetero como homossexuais), o machismo, e a condena beata da masturbação (em especial na puberdade e na adolescência), pois todas essas posturas violam as três normas éticas fundamentais. Além do trabalho institucional que vai desde a pré-escola até a Universidade, podemos imaginar num futuro com sentido ecomunitarista inumeráveis espaços sociais de (re)educação sexual na comunidade, na empresa, nas ONGs, no clube social ou desportivo, etc.

E já que mencionamos a dimensão esportiva, lembra-te que no relativo à educação física e à prática do esporte a proposta ecomunitarista defende uma prática educativa e cooperativa, totalmente diferente da competitiva (e voltada para o dinheiro, no caso dos atletas profissionais), própria do capitalismo.

Agora vejamos alguns detalhes da relação educador/a-educando no ensino universitário, caso, amig@ educador/a, venhas a atuar nesse nível.

Novamente concordamos com o chamamento de Makarenko para que os educandos elaborem sua responsabilidade no relativo à sua auto-avaliação. Ora, durante o tempo no qual existirem as avaliações destinadas a aprovar ou reprovar, queremos lembrar nossa fracassada experiência em matéria de auto-avaliação por parte de alunos universitários de Graduação, aos efeitos da aprovação numa disciplina (ou num Curso); durante dois anos abrimos essa possibilidade em dois disciplinas diferentes, e os resultados mostraram que os alunos sistematicamente se auto-atribuíam mais nota que a que corresponderia ao “valor” real de seu trabalho (segundo os critérios

previamente definidos); e também foi significativo o fato de que quando implementamos a auto-avaliação cruzada, a saber aquela na qual os integrantes de um grupo deviam atribuir individualmente uma nota ao trabalho de um colega que tinha sido designado por sorteio (ao tempo em que o então avaliador seria por sua vez avaliado por outro colega, e assim sucessivamente) essa “inflação de notas” não desapareceu, pois em base a uma postura corporativista, cada aluno avaliador atribuiu mais nota da devida ao colega que devia avaliar, esperando que aquele que avaliasse o seu trabalho fizesse o mesmo. Essa experiência indica que a implementação da auto-avaliação na forma e com a finalidade indicados não poderá alcançar a seriedade necessária a menos que seja preparada longamente com grupos que permaneçam vários anos trabalhando com o mesmo educador (como ocorreu na experiência de Makarenko, e na idealizada por Rousseau no *Émile*).

Em matéria de ensino-aprendizagem, esforço e responsabilidade, também constatamos no Brasil uma curiosa consequência da crítica pertinente que realizou Freire à educação confundida com decoreba de conteúdos prontos e baixados verticalmente desde o educador até o educando; nos referimos ao fato de que, sob pretexto de tal crítica, muitos alunos negam-se a fazer o mínimo esforço para reter os conhecimentos fundamentais que lhes permitem seguir construindo

Em matéria de ensino-aprendizagem, esforço e responsabilidade, também constatamos no Brasil uma curiosa consequência da crítica pertinente que realizou Freire à educação confundida com decoreba de conteúdos prontos e baixados verticalmente desde o educador até o educando; nos referimos ao fato de que, sob pretexto de tal crítica, muitos alunos negam-se a fazer o mínimo esforço para reter os

conhecimentos fundamentais que lhes permitem seguir construindo conhecimentos (e amadurecendo na vida).

Agora imagino que você, educador/a, vai trabalhar com educação não formal numa comunidade rural ou urbana.

Imaginemos então uma ação educativa comunitária qualquer. Como deveria ela ser encarada e praticada em ótica ecomunitarista? Para responder essa pergunta avançamos por ora as seguintes considerações.

Uma vez que essa ação transcorreria hoje no contexto da sociedade capitalista, ela deveria no seu decorrer (e abordando cada questão no momento em que os educadores considerarem oportuno, ou forem solicitados a fazê-lo pela comunidade) tentar desvelar dialogadamente com a comunidade participante as principais características do capitalismo; assim ela abordaria a assimetria existente entre uma minoria que é dona dos meios de produção e uma grande maioria que para sobreviver somente tem ao seu alcance a venda da sua força de trabalho (exercendo um trabalho alienado que a degrada e castiga em permanência, impedindo a realização de cada pessoa nas suas múltiplas vocações e aptidões, compatíveis com a três normas éticas fundamentais; normas cujos conteúdos deveriam ser dialogalmente estabelecidos, com a orientação d@s educadoras-es, assim como previamente deveriam ser desveladas as principais características do trabalho alienado no capitalismo). A ação educativa revelaria dialogadamente logo a seguir como essa situação toda gera uma guerra de todos contra todos e/ou uma indiferença de todos em relação a quase todos na esfera das relações humanas, e também a inevitável devastação/contaminação da natureza não humana, em função da fria e implacável lógica do lucro. Nesse desvelamento essa ação deveria

mostrar a estrutura socioambiental do “meio ambiente” (segundo a concepção do artigo 4 da lei de Política Nacional de Educação Ambiental aprovada no Brasil em 1999), que reúne características naturais e socioculturais interligadas. Como contrapartida desse desvelamento crítico a ação educativa deveria mostrar o horizonte ecomunitarista como uma estrela-guia que orienta a ação cotidiana rumo à superação do capitalismo, dentre outras, nas esferas da educação, da economia, da política, da erótica, da comunicação e da estética.

A ação educativa deveria iniciar pelo levantamento dialogado com a comunidade de um problema socioambiental local que seja do interesse imediato da comunidade (seja ele na área que for, por exemplo, dentre outras possíveis, a da saúde, drogas-violência, desemprego, pobreza e fontes de renda, racismo, homofobia, água, terra e reforma agrária e urbana, saneamento, alimentação, arborização, transporte, moradia, educação, etc.).

A seguir a ação educativa dialogada deveria suscitar uma leitura do mundo que permita aos membros da comunidade relacionar o problema levantado com o contexto do quadro capitalista vivido; esse enquadramento se daria respondendo a questões tais como: os grandes capitalistas tem esse mesmo problema? se sim, eles tem mais meios que nós para resolvê-lo; quais?; e se eles não tem esse mesmo problema, por que não?; o mais adequado não seria que todos tivéssemos os mesmos recursos para resolver os problemas coletivos?; pode haver essa distribuição igualitária de recursos em meio à assimetria existente entre os donos do poder econômico-político-militar-midiático por um lado, e os simples assalariados ou desempregados por outro lado?; como se resolveria esse problema no ecomunitarismo? (E aqui @s educadoras-es deveriam informar as grandes linhas da organização

ecomunitarista nas áreas da economia ecológica e sem padrões, da educação ambiental socialmente generalizada, da política de tod@s, da comunicação horizontal e simétrica, e da estética da libertação, para enquadrar dentro delas a abordagem dialogada do problema e da sua solução).

De imediato a ação educativa deveria explorar dialogadamente as seguintes questões: quais conhecimentos devemos procurar adquirir para podermos avaliar adequadamente o problema e buscar uma solução concreta no curto-médio prazo para o mesmo? com quem e/ou onde podemos encontrar esses conhecimentos?

Uma vez respondidas essas questões, a ação educativa deve levar os membros da comunidade até as fontes apontadas, e, também, trazer até a comunidade as pessoas capazes de fornecer-lhe conteúdos para a busca da resposta para o problema considerado. Analisando criticamente esses conteúdos, a comunidade, sempre auxiliada e orientada pel@s educadoras-es, deveria responder às seguintes questões: a) como devemos caminhar rumo ao ecomunitarismo praticando transformações que na sua forma e no seu conteúdo sejam compatíveis com ele? e, b) que tipo de solução concreta dessa espécie podemos almejar agora mesmo, no seio da atual sociedade capitalista, para o problema considerado?

Uma vez respondida essa questão viria outra: quem pode/deve ajudar (a começar pela própria comunidade) na implementação dessa solução? Aqui é quase certo que, além das forças comunitárias locais, os vizinhos dirão que precisam de outros apoios (identificados na resposta para a última pergunta), por exemplo, determinadas instituições ou autoridades públicas locais. (Tendo em vista o horizonte ecomunitarista a educação ambiental que preconizamos descartará qualquer apoio de

empresas privadas ou organizações de pretensa caridade que são funcionais ao capitalismo; mas será bem-vindo o auxílio de cooperativas que sejam autênticas, movimentos populares e instituições públicas). Uma vez identificados esses outros apoios necessários, a comunidade se organizará para consegui-los (exercendo, se for o caso, toda a pressão necessária, com mobilizações, inserções na mídia, etc.). Uma vez conseguidos esses apoios e sempre partindo da energia transformadora da comunidade, a solução (mesmo que parcial e modesta) será implementada.

O sucesso conseguido pela comunidade na solução do problema focado na ocasião lhe dará mais força e confiança para perseverar na prática crítico-transformadora de outros problemas, orientada pelo horizonte ecomunitarista. Essa prática poderá incluir ações político-eleitorais e outras que fujam da ordem jurídico-política até então vigente, buscando as transformações radicais (de “ir à raiz das coisas”) mediante as quais e com as quais a Humanidade possa superar, orientada pelo horizonte ecomunitarista, essa sua pré-história (como disse Marx), que é o capitalismo. Com estes esclarecimentos do horizonte pós-capitalista fica claro que a ação e os sucessos da comunidade em questão nunca podem ser nem planejados nem avaliados em isolamento das muitas outras comunidades que conformam a grande comunidade local, regional, nacional, continental e planetária (quer dizer humana), mas, pelo contrário, sempre deverão ser enquadrados nesses respectivos contextos; isolar a ação e o sucesso de uma comunidade fechada em si mesma equivaleria a trair a perspectiva probematizadora socioambiental ecomunitarista, e ceder diante da atomização individualista (nesse caso pequeno-comunitária)

que perpassa o capitalismo e causa inúmeras tragédias humanas e na natureza não humana.

Se você chegou até aqui, amig@ educador/a, aguardo sua carta de resposta.

## BIBLIOGRAFIA GERAL

- CASSEN, Bernard, "Le project de Constitution de l'UE". In: *Le Monde Diplomatique* año VI, n. 71, mayo/2005, p. 16.
- DE LA VEGA, I. G. *Comentarios reales de los Incas*. Tomo I, Ed. Clacso. Acceso free: [http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20190904031821/Comentarios\\_reales\\_1\\_Inca\\_Garcilaso\\_de\\_la\\_Vega.pdf](http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20190904031821/Comentarios_reales_1_Inca_Garcilaso_de_la_Vega.pdf).
- DUSSEL, Enrique. *Filosofía de la liberación* México: Edicol, 1977.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.
- HABERMAS, Jürgen. *Strukturwandel der Öffentlichkeit*. Frankfurt: H. Luchter, 1962.
- JOSÉ DE LA FUENTE, Arancibia y RICARDO SALAS Astraín (Orgs.). *Introducción al ecomunitarismo y a la educación ambiental: lectura chilena de la obra de Sirio López Velasco*". Acceso free: <https://library.oapen.org/handle/20.500.12657/51640>. Em <https://zenodo.org/record/5745105#.YaZXEdDMI2w>. Em: <https://dlc.dlib.indiana.edu/dlc/handle/10535/10827>. E em <https://es.scribd.com/document/561776175/Introduccion-Al-Ecomunitarismo-y-Educacion-Ambiental>
- LÓPEZ VELASCO, Sirio. *Ética para mis hijos (y no iniciados)*. Barcelona: Anthropos, 2003.
- \_\_\_\_\_. *Fundamentos lógico-lingüísticos da ética argumentativa*. São Leopoldo: Nova Harmonia, 2003.
- \_\_\_\_\_. *Ética para o século XXI: rumo ao ecomunitarismo*. São Leopoldo, RS: Editora Unisinos, 2003.
- \_\_\_\_\_. *Introdução à educação ambiental ecomunitarista*. Rio Grande, RS: Ed. FURG, 2008.
- \_\_\_\_\_. *Ética ecomunitarista*. San Luis Potosí. México: Ed. UASLP, 2009. Acceso free: [https://issuu.com/filopoiesis/docs/etica\\_mexico\\_final\\_2009](https://issuu.com/filopoiesis/docs/etica_mexico_final_2009) y en <https://rebellion.org/download/etica-ecomunitarista-etica-para-el-socialismo-del-siglo-xxisirio-lopez-velasco/?wpdmdl=654430&refresh=5ffa00fe3411b1610219774>

<https://www.scribd.com/document/557262193/Etica-ecomunitarista>

\_\_\_\_\_. *Ucronía*. Rio Grande, RS: Editora FURG, 2009.

\_\_\_\_\_. *El socialismo del siglo XXI en perspectiva ecomunitarista*. San Luis Potosí, México: Ed. UASLP, 2010.

\_\_\_\_\_. *Ideias para o socialismo do século XXI com visão marxiana-ecomunitarista*. Rio Grande, RS: Editora FURG, 2012.

\_\_\_\_\_. *Ecomunitarismo, socialismo del siglo XXI e interculturalidad*. Caracas: Ed. El Perro y la Rana, 2012.

\_\_\_\_\_. *La TV para el socialismo del siglo XXI: ideas ecomunitaristas*. Quito: 13 Ediciones, 2013, 137p.

\_\_\_\_\_. “Liberación ecomunitarista y/o moksha?”, in CARBONARI, P. C (Orgs). *Filosofia e libertação: homenagem aos 80 anos de Enriqyue Dussel*, Passo Fundo, RS: Editora IFIBE, 2015, p. 133-146.

\_\_\_\_\_. *Contribuição à teoria da democracia: uma perspectiva ecomunitarista*. Porto Alegre: FI, 2017. Acesso free: <https://www.editorafi.org/196sirio>

\_\_\_\_\_. *Filosofia da educação: a relação educador-educando e outras questões na perspectiva da educação ambiental ecomunitarista*. Goiânia: Phillos, 2018. Acesso free: <https://www.editoraphillos.com/siriolopesvelasco>

\_\_\_\_\_. “Los exiliados y otros relatos”. 2020. Acesso free: <https://phillosacademy.com/los-exiliados-y-otros-relatos> y en <https://www.scribd.com/document/557262176/Los-exiliados-y-otros-relatos>

\_\_\_\_\_. *El otro y otros textos*. Cachoeirinha, RS: FI, 2023. DOI 10.22350/9786585725200. Acesso free: <https://www.editorafi.org/ebook/a020-el-otro-y-otros-textos>

LÓPEZ VELASCO, Sirio y ISRAEL SEMINO, M. J. *Confieso que sigo soñando*. (Anexos “Los Lineamientos de Cuba a la luz de la crítica del Che al Manual de Economía de la URSS”, y “Movimientos agroambientalistas en Uruguay: una mirada ecomunitarista”). Montevideo: Ed. Baltgráfica, 2014.

LYOTARD, Jean-François. *La condition postmoderne*. Paris: Minuit, 1979.

MARX, Karl. *Manuscritos de economía y filosofía*. Madrid: Alianza, 1844/1970.

MARX, Karl & Engels, Federico. *La ideología alemana*. Montevideo: Pueblos Unidos, 1845/1968.

SALAS, R. y DE LA FUENTE, J. (Orgs.). *Introducción al ecomunitarismo y a la educación ambiental*. Una lectura chilena de la obra de Sirio López Velasco. Santiago: Ariadna, 2021. Acceso free: <https://library.oapen.org/handle/20.500.12657/51640> en <https://zenodo.org/record/5745105#.YaZXEdDMI2w> en <https://dlc.dlib.indiana.edu/dlc/handle/10535/10827> y en <https://es.scribd.com/document/561776175/Introduccion-Al-Ecomunitarismo-y-Educacion-Ambiental>

SALAZAR BONDY, Augusto. *¿Existe una filosofía de nuestra América?* México: Siglo XXI, 1968.

SILVA, Claudinei Aparecido de Freitas da (Org.). *Vozes/voces filosóficas sobre o/el ecomunitarismo: homenagem ao Prof. Claudinei Aparecido de Freitas da Silva e a Sirio López Velasco no seu 70 aniversário*. Porto Alegre: FI, 2021, 414p. Acceso free: <https://www.editorafi.org/248vozes> // DOI: 10.22350/9786559172481

ZEA, Leopoldo. *La filosofía americana como filosofía sin más*. México: Ed. Siglo XXI, 1982.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

A. Latina, 16, 42, 43, 46, 47, 51, 62, 63, 66,  
69, 70, 83, 85, 104, 145, 155, 183, 201  
Abya Yala, 74, 75, 86, 89, 94, 117, 118, 122,  
123, 125, 126, 128, 131, 140, 153, 154,  
165, 176, 179, 185, 189, 194, 198  
adolescentes, 18, 114, 205, 207  
adultos, 18, 114, 205  
Agamben, 81, 83  
Argentina, 12, 32, 63, 67, 141, 203  
Aristóteles, 65, 73  
Artigas, 27, 29, 40  
ascepticismo, 20  
Austin, 65

### B

Bolivia, 30, 49, 94, 96, 114, 152, 160, 177,  
178, 185  
Bolsonaro, 141, 180  
Buen Vivir, 21, 75, 77, 90, 96, 118, 123, 125,  
126, 129, 130, 131, 132, 147, 151, 165

### C

capitalismo, 12, 13, 18, 20, 22, 23, 26, 30,  
36, 37, 38, 40, 42, 43, 44, 46, 47, 50, 51,  
63, 65, 68, 78, 79, 80, 81, 82, 86, 89, 90,  
98, 103, 104, 105, 106, 109, 110, 111, 112,  
117, 119, 120, 121, 123, 124, 125, 126,  
132, 136, 137, 142, 143, 144, 164, 165,  
168, 169, 170, 172, 174, 177, 179, 180,  
182, 192, 194, 199, 205, 209, 211, 214  
Carnaval, 32, 68

Che, 22, 26, 30, 40, 56, 85, 93, 118, 119,  
120, 121, 126, 139, 156, 164, 193, 217  
Chile, 18, 24, 32, 47, 55, 56, 72, 88, 133,  
136, 160, 191, 192, 202  
China, 27, 39, 180, 183, 201, 202, 203, 204  
COVID-19, 81, 85, 93  
Cuba, 31, 47, 53, 55, 67, 85, 104, 117, 119,  
139, 217

### D

democracia, 12, 14, 15, 16, 17, 21, 26, 34,  
57, 59, 75, 79, 83, 84, 85, 87, 104, 122,  
126, 154, 167, 192, 193, 200, 217  
descolonización, 88, 128  
Diego Rivera, 69  
Dussel, 33, 52, 176, 217

### E

Ecomunitarismo, 12, 16, 19, 20, 21, 22, 26,  
27, 34, 35, 36, 37, 39, 57, 68, 71, 76, 78,  
81, 82, 85, 87, 91, 92, 93, 95, 98, 100,  
101, 108, 110, 111, 112, 121, 126, 128,  
129, 130, 137, 139, 143, 145, 148, 153,  
156, 166, 168, 172, 177, 179, 183, 189,  
193, 194, 195, 199, 203, 204, 216, 217,  
218  
economía, 34, 40, 46, 51, 56, 57, 59, 68, 75,  
78, 85, 90, 96, 101, 102, 104, 110, 117,  
118, 120, 121, 130, 137, 139, 153, 167,  
177, 192, 197, 199, 203, 217  
educación, 18, 19, 21, 23, 24, 29, 56, 57, 59,  
64, 70, 71, 76, 77, 78, 85, 90, 104, 120,

122, 126, 131, 144, 147, 148, 149, 150,  
 151, 155, 156, 167, 168, 172, 177, 178,  
 186, 188, 194, 198, 216, 218  
 educación ambiental, 34, 57, 59, 70, 77,  
 85, 90, 104, 122, 126, 131, 144, 148, 155,  
 167, 168, 172, 177, 194, 216, 218  
 EEUU, 9, 27, 38, 39, 48, 51, 93, 94, 164,  
 180, 181, 183, 185, 187, 188, 198, 201,  
 202, 203, 204  
 emancipação, 16  
 estética, 34, 58, 60, 61, 63, 64, 66, 70, 71,  
 76, 85, 90, 122, 127, 132, 148, 151, 155,  
 167, 177, 212, 213  
 ética, 12, 13, 18, 22, 27, 42, 46, 50, 52, 59,  
 61, 62, 65, 66, 68, 74, 75, 91, 110, 129,  
 166, 172, 173, 199, 200, 207, 208, 216  
 Evo Morales, 56, 130, 152, 177, 193, 200

## F

Fake News, 140  
 Fidel, 139  
 Filosofía de la Liberación, 46  
 Filosofía Latinoamericana, 33  
 Frei Betto, 27, 145  
 Freud, 145  
 Frida Kahlo, 69  
 fútbol, 150, 169, 170, 171, 173, 174

## G

Gabriel García Márquez, 61  
 Gandhi, 126, 156, 208  
 Golpe, 32, 48, 49, 146, 152, 191, 192, 193  
 Gramsci, 42

## H

Hegel, 147  
 Herbert de Souza, 82

## I

indígenas, 16, 32, 51, 56, 66, 75, 89, 105,  
 109, 111, 114, 122, 131, 132, 139, 143,  
 150, 155, 165  
 INTELIGENCIA ARTIFICIAL, 91  
 Izquierda, 92

## J

Jorge Luis Borges, 61  
 José Mujica, 107, 189

## K

Kant, 60, 73

## L

Leopoldo Zea, 42  
 liberdade, 13, 205  
 libertação, 208, 213, 217  
 Lula, 48, 103, 113, 114, 140, 141, 145, 151,  
 183

## M

Makarenko, 147, 207, 208, 209  
 Marcuse, 164  
 Marx, 12, 32, 42, 43, 45, 51, 52, 55, 64, 69,  
 74, 112, 118, 119, 120, 134, 146, 147, 164,  
 170, 196, 208, 214  
 medios de comunicación, 76, 77, 105, 127,  
 143, 144  
 MST, 56

## N

Nuestamérica, 18, 23, 27, 33, 39, 40, 63,  
 183, 186, 198, 200, 201, 202, 203

**O**

Ortega y Gasset, 60

**P**

Pacha Mama, 33, 38, 62, 66, 68, 90, 118,  
125, 129, 182

pandemia, 81, 82, 83

Partido, 30, 42, 48, 51, 103, 120, 141, 192

Piaget, 61

Pinochet, 23, 32, 48, 49, 191, 193

poder, 29, 48, 49, 50, 52, 57, 81, 119, 120,  
146, 158, 169, 180, 192, 196, 197, 198,  
199, 212

política, 6, 14, 15, 19, 21, 24, 26, 34, 43, 46,  
49, 51, 52, 55, 56, 57, 59, 60, 70, 81, 83,  
84, 90, 91, 104, 122, 130, 153, 154, 155,  
162, 167, 177, 185, 191, 192, 193, 194,  
197, 198, 200, 202, 212, 213, 214

políticas sociales, 27, 49, 145

poscapitalismo, 19, 21, 44, 49, 182

pueblo, 40, 49, 53, 79, 106, 114, 120, 121,  
128, 145, 153, 162, 167, 169, 170, 177,  
178, 182, 185, 203

**R**

revolución, 31, 50, 52, 69, 164, 168, 193

Rousseau, 207, 208, 210

Rusia, 27, 39, 43, 50, 61, 120, 180, 181, 183,  
201, 202, 203, 204

**S**

Salazar Bondy, 33, 41, 46, 89

seudorrepresentativa, 50, 55, 84, 168,  
193, 198

Sirio López Velasco, 6, 7, 11, 12, 29, 35, 85,  
93, 94, 95, 216, 218

soberanía, 21, 29, 204

socialismo, 31, 37, 43, 48, 49, 55, 61, 69,  
82, 92, 104, 106, 107, 117, 119, 120, 164,  
186, 201, 216, 217

**T**

trabajo, 19, 23, 27, 28, 45, 46, 54, 96, 97,  
98, 109, 112, 113, 119, 120, 128, 131, 133,  
134, 135, 165, 186, 189, 197

Tupamaros, 30, 52, 70, 104, 182, 185, 186

**U**

Ucrania, 27, 181, 182, 183, 202, 203

Uruguay, 32, 48, 52, 55, 63, 66, 67, 91, 94,  
104, 105, 106, 133, 134, 135, 160, 162,  
163, 169, 170, 171, 175, 182, 185, 186,  
187, 188, 189, 202, 217

utopía, 20, 24, 44, 46, 47, 85

**V**

Vaz Ferreira, 33

**Y**

Yanomami, 113, 114



A Editora Fi é especializada na editoração, publicação e divulgação de produção e pesquisa científica/acadêmica das ciências humanas, distribuída exclusivamente sob acesso aberto, com parceria das mais diversas instituições de ensino superior no Brasil e exterior, assim como monografias, dissertações, teses, tal como coletâneas de grupos de pesquisa e anais de eventos.

Conheça nosso catálogo e siga as nossas páginas nas principais redes sociais para acompanhar novos lançamentos e eventos.



**[www.editorafi.org](http://www.editorafi.org)**  
[contato@editorafi.org](mailto:contato@editorafi.org)